

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA

ANDRESSA MARTINS BELISARIO

Parricídio em Psicanálise: Estudo de Caso

São Paulo
2022

ANDRESSA MARTINS BELISARIO

Parricídio em Psicanálise: Estudo de caso

Versão: Original

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Investigações em Psicanálise.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Kupermann.

São Paulo
2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Departamento de Psicologia Clínica
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MARTINS BELISARIO, ANDRESSA

Parricídio em Psicanálise: Estudo de Caso / ANDRESSA MARTINS
BELISARIO; orientador Daniel Kupermann. -- São Paulo, 2022.
97 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Psicanálise, 2. Parricídio, 3 Freud, 4. Complexo de Édipo, 5 Crônicas. I.
Kupermann., Daniel , orient. II. Título.

Nome: Andressa Martins Belisario

Título: Parricídio em Psicanálise: Estudo de caso

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Psicologia Clínica.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Construir um estudo de caso psicanalítico sobre o parricídio foi desafiador, principalmente diante dos efeitos que ainda são desconhecidos de uma pandemia – período de caos, isolamento e sofrimento que anunciava a tragédia que atravessaria a todos nós. O universo estava desmoronando e a peste que já assolou a humanidade se repetia com outros contornos, evidenciando a fragilidade da vida. O negacionismo científico ficava cada vez mais explícito, mas as chamas do conhecimento continuaram resistentes, assim como a esperança, força motriz da clínica e da humanidade.

Introduzo o agradecimento desta maneira porque sou grata a todos que acompanharam minhas inquietações e descobertas, contribuindo no percurso desta dissertação em um período tão difícil, onde a vontade de desistir algumas vezes deve ter batido à porta de todos.

A André Gaffuri, por compartilhar a travessia da vida, criando e construindo, apesar do caos.

Aos meus pais, por me proporcionarem o contato com diversas formas de ser no mundo.

Minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Daniel Kupermann, pelo acolhimento sensível nesta jornada, que fez crescer ainda mais minha admiração por suas contribuições ao campo psicanalítico.

Ao Prof. Dr. Eugênio Canesin Dal Molin, que supervisionou o caso clínico que proporcionou este estudo, pelas trocas e pela transmissão de ensinamentos e saberes tão preciosos, e ao Prof. Dr. Renato Cury Tardivo, pela delicadeza das correções e por ampliar meus horizontes. Ambos contribuíram com a qualificação desta dissertação.

Aos membros do psiA-Laboratório de Pesquisas e Intervenções em Psicanálise, sobretudo aos colegas que iniciaram essa jornada comigo, à Sabrina Veloso, ao Gustavo Dean-Gomes, ao Lucas Baviera e ao Raoni Rodrigues.

Ao Prof. Dr. Caio Augusto de Souza Nery e ao Prof. Dr. Sergio Barsanti Wey, que foram os meus barqueiros, transformaram o meu olhar e o meu caminhar.

E, principalmente, ao paciente José¹, que confiou em mim para a sua travessia em análise.

¹ Nome fictício.

“O homem de que nos falam e nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele”.
(FOUCAULT, 1975/2009, p. 32)

RESUMO

BELISARIO, A. M. **Parricídio em Psicanálise**: Estudo de Caso. Dissertação (Mestrado) - Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

A universalidade do Complexo de Édipo é insuficiente como única justificativa do ato parricida, instigando o enigma desta dissertação: por quê? O objetivo geral desta dissertação é investigar e discutir os fenômenos intrapsíquicos e as implicações intersubjetivas do parricídio, suas motivações e a impossibilidade de elaboração simbólica na destituição da autoridade paterna no caso clínico. Os objetivos específicos são: (1) identificar *se* e *como* os sentimentos de culpa interferem na repetição de atos violentos; e (2) analisar a necessidade de elaboração do Complexo de Édipo no caso estudado. Para responder a tais objetivos, utilizou-se o método de pesquisa psicanalítica, com a construção do estudo de caso por meio da crônica, dispositivo aqui escolhido para apresentar um testemunho clínico. A análise dos dados foi feita a partir do referencial psicanalítico, utilizando principalmente as teorias construídas por Freud. Freud (1928) aponta duas obras literárias primordiais neste tema: *Édipo Rei*, de Sófocles, e *Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski, por possuírem em seu enredo do parricídio, as quais nos ajudaram a explorar os conflitos inconscientes que motivaram esses protagonistas a cometerem o crime primevo. Assim, estes textos contribuem com a reflexão sobre a repetição do parricídio no caso estudado, cujo material clínico foi extraído de sessões de psicoterapia individual. Concluiu-se que a passagem ao ato parricida representa um salto no vazio, contribuindo para o sentimento de morte psíquica e consequentemente para as perdas das fronteiras entre as realidades externa e interna.

Palavras-chave: Psicanálise, Parricídio, Freud, Complexo de Édipo, Crônicas.

ABSTRACT

BELISARIO, A. M. **Parricide in Psychoanalysis: Case Study**. Dissertação (Mestrado) - Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The universality of the Oedipus Complex is insufficient as the only justification for the parricide act, instigating the enigma of this dissertation: why? The main goal of this study is investigating and discussing the intrapsychic phenomena and the intersubjective implications of parricide, its motivations and the impossibility of symbolic elaboration in the destitution of paternal authority in the clinical case. Its specific purposes are: (1) identify if and how feelings of guilt interfere with the repetition of violent acts; e (2) analyze the need to elaborate the Oedipus Complex. To respond to these objectives, the psychoanalytic research method was used, with the construction of the case study through the chronicle, which is a device that we developed from clinical testimony. Data analysis will be based on the psychoanalytic framework, using mainly the theories built by Freud. Freud (1928) points out among the primordial literary works: "Oedipus the King, by Sophocles and The Brothers Karamazov, by Dostoevsky" that have parricide in their plot. These works explore the unconscious conflicts that motivated these protagonists to commit primeval crime. Thus, they contribute to the reflection on the repetition of parricide in the case studied, whose clinical material was extracted from individual psychotherapy sessions. It was concluded that the passage to the parricide act represents a leap into the void, contributing to the feeling of psychic death and, consequently, to the loss of borders between external and internal realities.

Keywords: Psychoanalysis, Parricide, Freud, Oedipus Complex, Chronicles.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CRÔNICAS	22
2.1	UM DIA UM PARRICIDA DEITOU-SE NO MEU DIVÃ	26
2.2	O HORROR.....	27
2.3	JOSÉ.....	28
2.4	SENTIDO!.....	29
2.5	JOSÉ E O PARRICÍDIO	29
2.6	O VAZIO.....	30
2.7	CARANDIRU.....	30
2.8	A PRETINHA.....	31
2.9	O DUELO.....	32
2.10	CLARA.....	32
2.11	O MEIO DO CAMINHO	33
2.12	LIBERDADE.....	34
2.13	A HERANÇA	34
2.14	VALE A PENA VER DE NOVO	35
2.15	A CULPA	36
2.16	A REPETIÇÃO	37
2.17	O FINAL DA ANÁLISE.....	38
3	HISTÓRIA CLÍNICA	39
3.1	MITO DE CRONO.....	45
4	A TRAVESSIA DE FREUD PELO CONCEITO DO COMPLEXO DE ÉDIPO	51
4.1	AS ORIGENS DO CONCEITO	53
4.2	O AMADURECIMENTO COM O MITO CIENTÍFICO.....	57
4.3	O DECLÍNIO DO CONCEITO E SUAS REMINISCÊNCIAS	62
5	PSICANÁLISE E CRIMINOLOGIA	65
6	LITERATURA, CINEMA E PASSAGEM AO ATO.....	73
6.1	<i>ÉDIPO REI</i> , SÓFOCLES	75
6.2	<i>OS IRMÃOS KARAMÁZOV</i> , DOSTOIÉVSKI	80
6.3	<i>PADRE PADRONE</i> (1977).....	85
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
	ANEXO I – JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	97

1 INTRODUÇÃO

*Et, tu brute?*²

Teria Freud descoberto o inconsciente, ou Édipo, na impossibilidade de trair seu destino, o encontrou primeiro? Muitos psicanalistas contemporâneos apostam numa obsolescência do complexo edipiano. Poderíamos atribuir este fato a uma resistência do analista em lidar com seus aspectos contratransferenciais e ocupar outro lugar também em sua própria tragédia? Na impossibilidade de olhar seu conflito, estaria dando uma relevância menor ao do paciente, ou negando ambos?

Ferenczi, em *A figuração simbólica dos princípios de prazer e de realidade no mito de Édipo* (1912/2011), reitera que, além de ser o complexo nuclear das neuroses, o Complexo de Édipo também é responsável pela formação do caráter do sujeito normal. Compara Édipo e Jocasta aos dois princípios da atividade psíquica. O primeiro corresponde ao princípio da realidade, buscando desvendar seu destino mesmo que doloroso, e Jocasta ao princípio do prazer, suplicando que Édipo interrompa seus questionamentos e possa desfrutar o gozo, numa tentativa de proteger o ego dos conteúdos que proporcionam desprazer. No mito, o destino é a projeção das fantasias dos desejos recalcados do ódio ao pai e amor à mãe, que, ao se tornarem conscientes, despertam sentimentos de horror e aversão. Em grego, Édipo significa “pé inchado”, que é interpretado em manifestações simbólicas inconscientes como pênis, ocorrendo uma identificação fálica. Ferenczi aponta como fenômeno simbólico somático Édipo furar os próprios olhos como punição inconsciente e um deslocamento da autocastração.

Em *A Interpretação dos sonhos* (1900/1996), Freud realiza a primeira apresentação do Complexo de Édipo, utilizando a tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, para simbolizar sua teoria. Importante citarmos que em 1896 o pai de Freud faleceu, motivando sua autoanálise. Posteriormente, em uma das correspondências a Fliess, “Carta 71”, datada de Viena, 15 de outubro de 1987, o pai da Psicanálise expõe a descoberta de sentimentos amorosos pela própria

² Expressão que teria sido pronunciada em grego “*Kai su, têknon*”, podendo ser traduzida: “*Tu também, meu filho?*”, por Júlio César a Marcus Junius Brutus, em 44 a.C., reconhecendo-o entre seus agressores ao ser esfaqueado até a morte. Servília Cepião, mãe de Brutus, era uma das amantes de César, e existem boatos de que ele poderia ser seu pai. A frase foi eternizada por William Shakespeare antes do último suspiro de César, no ato 3, cena 1.

mãe e ciúmes do próprio pai, fenômeno que constatou ser presente em todas as crianças³. Em *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens* (1910), introduz o complexo de Édipo, mas sem conceitualização. A elaboração do conceito como conhecemos acontece nos anos 20, nos desdobramentos dos *Três Ensaio*s, que introduz a centralidade da castração.

Nesse intervalo, Freud constrói o mito primevo, *Totem e Tabu* (1913/1996): não é possível desvendar nas tribos selvagens a verdadeira origem do tabu; provavelmente é mantido pela interdição dos desejos inconscientes. É possível inferir que essas proibições foram transmitidas no processo civilizatório. O temor de transgredir um tabu é maior que o desejo, proporcionando condutas ambivalentes. “As mais antigas e importantes proibições ligadas aos tabus são as duas leis básicas do totemismo: não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto” (FREUD, 1913/1996, p. 49), constituindo-se aí o cerne dos desejos infantis e a base das neuroses.

Diversas lendas cristãs tiveram como modelo o mito de Édipo. Rank, em *O Mito do Nascimento do Herói* (1922/2015), aponta a lenda de Judas como uma das principais. Filho de Cyboread, que teve em um sonho a revelação de que geraria um filho que destruiria seu povo, a criança foi abandonada no mar, encontrada na ilha de Iscariotes e criada por uma rainha que não tinha filhos. Posteriormente, a realeza teve um filho, que foi assassinado por Judas, motivado por inveja e sentimento de abandono. Judas foge e encontra abrigo na corte de Pilatos, desentendendo-se com um vizinho e o mata, desconhecendo que se tratava de seu pai e se casando com a viúva, sua mãe. Após a revelação da tragédia, arrepende-se e é acolhido como um dos apóstolos de Jesus, posteriormente reconhecido como o traidor.

O interesse nesta pesquisa foi construído a partir de vivências clínicas e intensificado após a análise de um paciente parricida. Fez a pesquisadora defrontar-se além do mito de Édipo, despertou a reflexão sobre um novo episódio, após o protagonista da tragédia furar seus próprios olhos. Neste caso, depois do cumprimento da sentença de homicídio, apresentou-se como réu confesso. Contrário à neutralidade do mitólogo, como destaca Green (1994, p. 70), na atitude do psicanalista: “aborda o mito exatamente como aqueles que experimentavam o maior prazer ao ouvir a história, embora reconhecessem nessa narração o cumprimento do mais negro destino”.

³ Conforme nota do editor inglês, James Strachey, a primeira vez que Freud mencionou o complexo de Édipo foi no rascunho anexo à “Carta 64”, datada de 31 de maio de 1897: “Parece que esse desejo de morte, no filho, está voltado contra o pai e, na filha contra a mãe. Uma empregada faz a transferência disso desejando que a patroa morra e, desse modo, o patrão casa-se com ela” (FREUD, 1897/1996, p. 311). O manuscrito completo do sonho de Lisl, governanta dos filhos de Freud, perdeu-se com o tempo.

Segundo o *Michaelis On-line* (2022, não paginado), Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa, “parricídio” é o assassinato de pai, mãe ou qualquer outro ascendente. No Brasil, não existe juridicamente o crime parricídio, sendo qualificado como homicídio. O Código Penal Brasileiro, no Art. 151 (BRASIL, 1940), descreve o homicídio como matar alguém, e a pena prevista é de seis a 20 anos de reclusão. São excluídos do direito à herança os herdeiros que são autores, coautores ou tenham participação no homicídio do seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, conforme o Código Civil Brasileiro, Art. 1.814 (BRASIL, 2002).

Hungria (1979) explica que o termo parricídio, como diversas expressões jurídicas, possui etimologia do latim, *parricidium*, derivação de *paris excidium*, cujo significado é matar o par, homens que eram semelhantes e livres (o termo *homicidium* não existia no latim clássico). O dicionário Michaelis compreende o vocábulo “par” como sinônimo de casal e elementos que não apresentam diferenças, iguais. Com o tempo o significante parricídio sofreu transformações, significando o ato de matar os parentes, e atualmente não se restringe apenas ao pai.

A universalidade do Complexo de Édipo é insuficiente como única justificativa do ato parricida, instigando o enigma desta dissertação: por quê?

Propõe-se como objetivo geral desta dissertação investigar e discutir os fenômenos intrapsíquicos e as implicações intersubjetivas do parricídio, suas motivações e a impossibilidade de elaboração simbólica na destituição da autoridade paterna no caso clínico. Os objetivos específicos são (1) identificar *se* e *como* os sentimentos de culpa interferem na repetição de atos violentos e (2) analisar a necessidade de elaboração do Complexo de Édipo no caso estudado.

Para responder a tais objetivos, utilizou-se o método de pesquisa psicanalítica, com a construção do estudo de caso por meio da crônica, dispositivo aqui utilizado para apresentar um testemunho clínico. Segundo Figueiredo e Minerbo (2006), a especificidade do método psicanalítico é a presença de um psicanalista em atividade analítica, realizando uma investigação com o intuito de produzir um novo conhecimento psicanalítico. A atividade de pesquisa implica a transformação do objeto pesquisado, do sujeito pesquisado e dos instrumentos de investigação (conceitos e técnicas):

Interpretar significa olhar para o fenômeno investigado fora de seu campo habitual. O olhar do psicanalista é um olhar fora da rotina, que desopacifica o objeto. Ele ressurge diferente, desconstruído, transformado. O sujeito também se transforma na medida em que se torna capaz de ver coisas que não via antes. (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006, p. 260)

A Psicanálise é uma disciplina científica que possui o estatuto de um método investigativo. Conforme Laplanche e Pontalis (2016), seguindo os pressupostos freudianos, são três seus níveis:

- A) Um método de investigação que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres.
- B) Um método psicoterápico baseado nessa investigação e especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma psicanálise (ou uma análise).
- C) Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2016, p. 384-385)

Winnicott, em *O preço de desconsiderar a pesquisa psicanalítica* (1965/2016), acredita que as pesquisas que investigam as motivações inconscientes são negligenciadas, pois não seguem um padrão de planejamento que normalmente se adapta à pesquisa em ciências físicas. Por exemplo, a análise de um paciente não pode ser postergada devido às necessidades de uma pesquisa, sendo impossível repetir o contexto e os afetos despertados em uma observação; é possível apenas analisar o que aconteceu, relacionar com a teoria e propor alterações teóricas. Para o autor a pesquisa psicanalítica contempla uma “verdade poética” que possibilita uma experiência criativa, sensível e subjetiva. Embora a “verdade científica” seja fundamental, ela apresenta um objetivo mais limitado e tende a desconsiderar o ser humano como um todo, ignorando o inconsciente. Sobre isso, Winnicott escreve:

Bem, eu conheci um inventor, um homem que fazia ciência aplicada: ele teve uma ideia. Inventou um caixão muito leve, e tentou colocá-lo no mercado. Se esse homem tivesse consultado uma dúzia de psicanalistas, descobriria que todos concordariam em dizer que o peso sustentado pelos carregadores é o peso da culpa inconsciente, um símbolo da dor. Um caixão leve implica uma negação da tristeza, conseqüentemente, uma falta de seriedade. (WINNICOTT, 1965/2016, p.172)

Continuando a usufruir do pensamento de Winnicott, pagamos um preço muito alto em desconsiderar a pesquisa psicanalítica, que é o de permanecermos onde estamos, sem avanços, submetidos a jogos econômicos e políticos e à mercê do destino. O material da pesquisa

psicanalítica é essencialmente o ser humano e o seu modo de ser, sentir, agir, relacionar e contemplar. Infelizmente, a sociedade apresenta resistências em se beneficiar da união entre o inconsciente e a investigação científica. O autor destaca que, enquanto a discussão do valor inconsciente de uma guerra permanecer um tabu, será inevitável uma terceira guerra mundial, e defende que existe uma aceitação maior das descobertas psicanalíticas nas sociedades orientadas por valores que não violem a dignidade humana:

Caso o mundo sobreviva às próximas décadas, descobrir-se-á que a ideia impopular das motivações inconscientes tem sido um elemento essencial na evolução da sociedade, e que a pesquisa psicanalítica terá tido sua parte em poupar o mundo daquilo que, sem o conceito de motivação inconsciente, acaba se transformando em destino. Seria bom que a motivação inconsciente pudesse ser mais aceita e mais estudada, antes que chegue o tempo de o destino mudar nosso modo de soletrá-la para *fait accompli*.⁴ (WINNICOTT, 1965/2016, p.182)

As pesquisas psicanalíticas enfrentam diversas contestações no meio científico, entre elas a crítica de Karl Popper, que adverte que os enunciados da psicanálise não podem ser considerados científicos por conta da impossibilidade de serem falseados⁵. Para Mezan (2014/2019), é impossível reproduzir essa lógica nas pesquisas psicanalíticas porque:

[...] uma afirmação como “todo comportamento humano é codeterminado por motivações inconscientes” é tão geral que simplesmente não tem como ser contradita: o idealizador e o executor do *experimentum crucis* poderiam estar motivados por determinações inconscientes, como a clássica tese da resistência à psicanálise não cansa de lembrar. (MEZAN, 2014/2019, p. 531)

A psicanálise constituiu-se a partir das experiências clínicas de Freud sobre a histeria, que foram fundamentais para a revisão da técnica e de novas descobertas teóricas. Elas despertaram a necessidade de aprofundar a história subjetiva do sofrimento e suas relações com os sintomas. A hipnose foi substituída pela associação livre e pela arte interpretativa. Freud, em *Sobre a Psicanálise* (1913[1911]/1996), reconhece a Psicanálise como uma jovem ciência que

⁴ Fato consumado.

⁵ “Isto significa que a hipótese não apenas deve estabelecer uma relação de causa e efeito, concomitância, dependência, etc. entre A e B, mas ainda permitir imaginar meios por meio dos quais ela mesma poderia ser desmentida. Caso se realize o experimento assim concebido e a relação não seja invalidada, a hipótese que a afirma pode ser tida como verdadeira, porém sempre provisoriamente. Hipóteses que resistem a seguidas tentativas desse tipo são consideradas mais consistentes que as rivais” (MEZAN, 2014/2019, p. 531).

compreende: “um método de pesquisas das neuroses, mas também um método de tratamento baseado na etiologia assim descoberta” (FREUD, 1913[1911]/1996, p. 227).

Os estudos minuciosos de um único caso são extremamente relevantes na literatura psicanalítica. Esperamos que, por ser um estudo *a posteriori*, favoreça novos olhares sobre o material clínico. Dallazen et al. (2012) apontam a importância de utilizar um caso que já tenha sido encerrado, pois isto assegura que a pesquisa não sofrerá atravessamentos decorrentes do desejo do pesquisador de investigar determinados fatos, garantindo o princípio da abstinência do analista. Freud, em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912/1996), reconhece que na prática analítica a pesquisa e o tratamento ocorrem simultaneamente, mas é categórico ao recomendar que para fins científicos sejam utilizados apenas os casos que já foram encerrados para evitar interferências na condução do trabalho analítico:

Casos que são dedicados, desde o princípio, a propósitos científicos, e assim tratados, sofrem em seu resultado; enquanto os casos mais bem sucedidos são aqueles em que se avança, por assim dizer, sem qualquer intuito em vista, em que se permite ser tomado de surpresa por qualquer nova reviravolta neles, e sempre se o enfrenta com liberalidade, sem quaisquer pressuposições. A conduta correta para um analista reside em oscilar, de acordo com a necessidade, de uma atitude mental para outra, em evitar especulação ou meditação sobre os casos, enquanto eles estão em análise, e em somente submeter o material obtido a um processo sintético de pensamento após a análise ter sido concluída. (FREUD, 1912/1996, p. 128)

O estudo de caso é um delineamento de pesquisa que pode ser utilizado em diversos contextos com o objetivo de aprofundar o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos.

As primeiras pesquisas surgiram no campo antropológico e em seguida foram usufruídas por outros campos das ciências humanas como Medicina, Sociologia e Psicologia. Gil (2002, p. 54) descreve os propósitos do estudo de caso:

- a) explorar situações reais em que os limites são indefinidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto;
- c) descrever o contexto situacional em que está sendo realizada determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam utilização de levantamentos e experimentos.

A reflexão a partir do estudo de caso promove o aprimoramento da teoria, que por sua vez retorna para a clínica para continuar tecendo o conhecimento. Sobre a importância do caso clínico, ao apresentar no Prefácio a obra de Cassandra França (2017), Mezan diz:

Entre os escritos psicanalíticos, o caso clínico é o que mais exige do autor: discernimento para extrair de um longo trabalho o material relevante, amplo conhecimento da teoria que fundamenta suas intervenções, coragem para falar da contratransferência e dos eventuais erros de interpretação em que ela o fez incorrer, e – *last not least* – domínio da técnica narrativa para expor de modo convincente o que se tem a dizer. Se uma obra mais teórica pode ser comparada a uma sinfonia – desenvolvendo, contrapondo e modulando os conceitos/temas em movimentos contrastantes -, o relato de caso corresponde ao quarteto de cordas: poucas vozes/ timbres e estrutura complexa, porém enxuta, apresentada no modo mais intimista de uma peça de câmara. (MEZAN, 2017 apud FRANÇA, 2017, p. 9)

Mezan (2019) considera que nas pesquisas psicanalíticas a clínica é o centro das investigações, mesmo quando o objeto não é o paciente, como no caso de grupos e instituições. O autor compreende que o funcionamento do “pensamento clínico”⁶, termo nomeado por André Green, contribui para analisar profundamente as hipóteses, além de garantir a primazia da subjetividade e a importância da dúvida:

Quaisquer que sejam a diversidade e a abundância das soluções propostas, permanecerá sempre uma “distância teórico-prática” insanável. Dito de outro modo, jamais a teoria poderá aderir integralmente à clínica nem recobrir toda a extensão do seu campo, jamais a clínica será uma aplicação sem resto da teoria, inteiramente esclarecida por ela. O pensamento clínico deve ter sempre presente ao espírito este hiato e este resíduo inelimináveis, aceitar que eles não possam ser preenchidos por completo. Não há domínio em que o peso da incerteza seja maior do que na psicanálise. (GREEN, 2004, p. 13⁷ apud MEZAN, 2019, p. 541)

Seguindo esse raciocínio, Figueiredo (2021) destaca que o pensamento clínico é construído por atividades de criação e pelo exercício teórico em psicanálise, por meio da observação clínica – construções que o autor considera imprescindíveis na transmissão do conhecimento psicanalítico. A escrita e a leitura dos históricos clínicos estimulam o pensamento reflexivo e conseqüentes correções teóricas. O psicanalista identifica uma carência de históricos

⁶ “Sustento que existe em psicanálise não somente uma teoria da clínica, mas um pensamento clínico, e isto é um modo original e específico de racionalidade originado da experiência prática. [...] A elaboração pode ser levada a um nível de reflexão relativamente distante da clínica; no entanto, mesmo quando não se faz referência aos pacientes, *o pensamento clínico sempre faz pensar neles*” (GREEN, 2004, p. 12, apud MEZAN, 2019, p. 541).

⁷ GREEN, A. *La pensée clinique*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2004.

contemporâneos sensíveis aos movimentos inconscientes do paciente e do analista, além de ter tendência a desconsiderar os movimentos temporais: “que o final de um encontro ressignifique completamente o meio do caminho e que, na outra direção, a fala de abertura projete uma expectativa que só vai se esclarecer ao final” (FIGUEIREDO, 2021, p. 67). O autor acrescenta que o fato de os históricos clínicos de Freud serem mais semelhantes a contos e a novelas do que relatórios psiquiátricos aproxima o leitor e permite compreensão maior das ideias psicanalíticas. Ele reconhece que atualmente os psicanalistas estão recorrendo cada vez mais ao universo literário e cinematográfico para pensar a clínica diante de uma “insuficiência” em relatar casos psicanalíticos que contemplem a complexidade dos movimentos temporais.

Apresentar a narrativa do caso utilizando a crônica como um dispositivo de testemunho clínico tem o intuito de provocar outros olhares e experiências que possam revitalizar a escuta e criar uma outra forma de contar os históricos clínicos, pois aproxima o leitor dos afetos despertados no campo transferencial-contratransferencial, permitindo o acompanhamento do pensamento clínico. Esperamos proporcionar acesso à sensibilidade, à intensidade e ao ritmo dos encontros, a fim de ampliar o diálogo com o meio psicanalítico e suscitar o interesse de leitores de outras áreas do conhecimento.

O material clínico aqui apresentado foi construído por meio de 17 crônicas que adentram o universo trágico de um paciente parricida, nomeado de maneira fictícia como José. A etimologia da palavra “crônica” possui origem no termo grego *chrónos*, que significa tempo. Na mitologia grega, o deus Cronos, filho de Urano (o Céu) e Gaia (a Terra), castrou o pai com a ajuda da mãe e casou-se com a própria irmã, Reia. Gaia previu que Cronos seria destronado por um dos filhos que gerasse e, para evitar a realização da profecia, passou a devorar todos os filhos após o nascimento. Quando Zeus nasceu, Réia enganou o marido e deu uma pedra envolta em um lençol no lugar do bebê. A profecia realizou-se, Zeus sobreviveu e, quando atingiu a maioridade, deu a Cronos uma droga que o fez vomitar todos os filhos que havia devorado. Zeus, junto com os irmãos, liderou uma guerra contra Cronos, que saiu derrotado e foi destronado pelo filho.

Cronos simboliza a personificação do tempo: em sua passagem fatal, devora tudo que está no caminho. O tempo é um elemento estrutural da crônica, que em sua narrativa apresenta um resgate. Tempo... Tão precioso no trabalho analítico e imprescindível para o fortalecimento dos vínculos e para o estabelecimento da transferência. Cazuya, o poeta, na canção: *O tempo não para*⁸, é um bom exemplo de como o tempo dispara nossas angústias, explicita o retorno

⁸ Composição de Arnaldo Brandão e Cazuya, 1988.

dos conteúdos recalcados, por meio das repetições: “Eu vejo o futuro repetir o passado/Eu vejo um museu de grandes novidades”, consonante com o pensamento freudiano do retorno de toda lembrança quando a resistência é suspensa.

A formação traumática também está atrelada ao tempo. Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920/1996), faz uma descrição econômica do trauma caracterizado pela intensidade de excitações que excede a capacidade de elaboração do aparelho psíquico, que obedece ao princípio do prazer, e conseqüentemente, a constância. O trauma é constituído em dois tempos: o primeiro, cena traumática, só tem essa definição *a posteriori*, quando então uma segunda cena, geralmente após a puberdade, desperta lembranças com traços associativos de uma experiência que inicialmente não foi vivenciada como excitação sexual devido à imaturidade do aparelho psíquico. Dal Molin (2016) retoma a teoria de Ferenczi para apresentar um *terceiro tempo do trauma*, que é intermediário, presente no momento em que a criança busca no ambiente um objeto investido afetivamente para revelar o abuso. Um terceiro, normalmente um adulto, pode reconhecer o choque e oferecer elementos de ligação. Porém, na maioria dos casos ocorre o desmentido, e a criança é submetida à hipocrisia do adulto e se instaura um silêncio sobre a experiência. Na ausência de um ambiente acolhedor que nega suas sensações e inviabiliza a integração psíquica acontece a formação traumática.

As crônicas permitem ressaltar o traumático; a crônica e a análise se constituem por fragmentos, não têm o objetivo de esgotar um assunto, mas provocar novas associações. Os fragmentos se articulam e vão contando a história de vida do paciente e o movimento do trabalho analítico. Esses fragmentos não têm como mote explicar o caso, mas sim apresentar o testemunho dos encontros clínicos, que é um discurso fragmentado, onde verdade e ficção se entrelaçam. As crônicas são independentes, podem ser lidas individualmente, mas também em conjunto, pois são complementares.

As crônicas enquanto dispositivo do testemunho clínico pretendem transmitir as construções e o enquadre analítico, permitindo compreender o ritmo do par analítico e mergulhar no inconsciente, mas sem se afogar. Elas são curtas sem perder a profundidade, pensam e falam, e tudo isso permite ao leitor pensar, repensar e realizar suas próprias interpretações. O fascínio da clínica e das crônicas é que elas estão em movimento, mostram-se inacabadas, pois é impossível alcançar a totalidade de uma experiência.

A análise dos conteúdos dessa dissertação foi feita a partir do referencial teórico psicanalítico, utilizando principalmente as teorias construídas por Freud e considerando os processos investigativos que respeitam a subjetividade, a alteridade e o sofrimento humano. Safra (2001) afirma que os estudos na área da Psicanálise não costumam utilizar a metodologia

tradicional, definida pelo controle das variáveis e divisão sujeito-objeto, fato que não diminui seu rigor. A fidelidade aos princípios que norteiam a prática da investigação psicanalítica apresenta esse rigor.

Nas consultas realizadas na base de dados do Pepweb, PEPsic, Dedalus e no Portal de periódicos CAPES, encontramos diversas linhas de pesquisa que discutiam o tema do parricídio, entre elas: Psicologia, Comunicação e Artes, Direito e Filosofia. Os trabalhos que realizaram uma discussão com a teoria psicanalítica, em sua maioria, utilizaram interpretação de obras literárias e/ou os textos freudianos, principalmente *Totem e Tabu* (1913) e *Dostoiévski e o parricídio* (1928).

Foucault, em *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1977), apresenta um estudo de caso sobre parricídio que ocorreu no século XIX, quando um jovem camponês francês matou sua mãe grávida e seus dois irmãos, realizando a análise das peças judiciais, laudos médicos e a narrativa autobiográfica de Pierre Rivière e explorando as relações de poder e suas articulações com a psiquiatria e a justiça penal.

As dissertações e as teses brasileiras que apresentam estudos de caso sobre parricídio utilizam os dados obtidos, na maior parte, por meio de entrevistas, reportagens e processos judiciais. Ferreira (2010) realiza uma análise antropológica dos processos judiciais de parricídio, em São Paulo, entre 1990 e 2002, com enfoque nas representações socioculturais familiares e nos valores morais presentes na atribuição das sentenças. Pinheiro (2011) discute o funcionamento psíquico em três sujeitos que realizaram passagem ao ato parricida por meio de entrevistas e ressalta a impossibilidade de nomeação de parricídio no caso do homicídio cometido por um psicótico contra sua mãe, pois a exclusão da marcação simbólica e a recusa de filiação inviabilizam o reconhecimento parental. Silva (2007) discute as construções discursivas sobre os crimes de parricídio utilizando reportagens de revistas semanais brasileiras.

Gomide et al., no estudo sobre *Incidência de parricídio no Brasil* (2013), analisaram 246 casos de parricídio retirados de reportagens, impressas e on-line, entre 2005 e 2011. Os resultados mostraram que a maioria dos homicidas é do sexo masculino (86%), mata o pai e comete o crime sozinho (88%), mas, quando recebe ajuda, é de familiares. Normalmente não possuem um histórico infracional e apresentam mínima reincidência, e a motivação do crime desaparece com o assassinato dos pais. As armas mais utilizadas são: arma branca (55,4%), arma de fogo (17,1%) e utensílios domésticos (16,3%). As motivações vinculadas na imprensa, relatadas aos repórteres e aos policiais, em sua maioria são autoritarismo, discussões ou problemas mentais. Mas ressaltam que a literatura da área e uma análise mais detalhada apresentam crimes decorrentes de negligências e abusos sofridos principalmente na infância.

Existe uma escassez de trabalhos com o tema parricídio utilizando material clínico. O Complexo de Édipo e suas implicações, falhas e má resolução, provocam a sociedade a refletir sobre seus tabus primevos, o incesto e o parricídio. Assim, o estudo proposto tem relevância de caráter psicológico, teórico e social e pode contribuir para a melhor compreensão histórica do conflito e a construção de práticas clínicas que possibilitem novos desfechos.

Com base no tipo de pesquisa descrito e no arcabouço discutido nesta dissertação, o desenvolvimento do estudo foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos o testemunho clínico construído por meio de 17 crônicas que narram a tragédia de José e o percurso do trabalho analítico e, para aproximar o leitor desse gênero textual, realizamos um breve resgate histórico da crônica e da sua importância no cenário brasileiro.

Seguimos, no segundo capítulo, discutindo a relevância do estudo de caso psicanalítico e as dificuldades atreladas à narrativa dos históricos clínicos. Neste diálogo, apresentamos algumas recomendações freudianas e de outros psicanalistas para o exercício da psicanálise. Retomamos o mito de Cronos, com o propósito de auxiliar a reflexão sobre a destituição da autoridade paterna pela passagem ao ato no caso estudado.

Na travessia de Freud pelo conceito do Complexo de Édipo, no terceiro capítulo, exploramos as origens e o desenvolvimento do complexo nuclear das neuroses, por meio das correspondências de Freud a Fliess, do mito científico *Totem e Tabu* (1913/1996) e de textos que abordam as principais contribuições do inventor da psicanálise sobre o conflito edipiano.

No quarto capítulo investigamos as relações entre a Psicanálise e a Criminologia, e para tal foi utilizada a tríade de textos em que Freud aproximou-se do universo jurídico: *A Psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos* (1906/1996); *Criminosos em Consequência de um sentimento de Culpa* (1916/1996); e *O Parecer do Perito no Caso Halsmann* (1931/1996). Foram consideradas também contribuições de Lacan por meio de seus textos *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1950) e *Passagem ao Ato e Acting Out* (1963).

Por fim, realizamos uma discussão psicanalítica do material clínico traçando um paralelo com as obras literárias *Édipo Rei*, de Sófocles, e *Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski; e com a película italiana *Padre Padrone* (1977), roteiro de Gavino Ledda e dos irmãos Taviani. Neste capítulo a análise do mito, da tragédia, da literatura, do filme e as apresentações clínicas por meio das crônicas de José ocorrem simultaneamente e servem para ilustrar e elucidar a parte teórica, cujo principal referencial são os pensamentos psicanalíticos de Freud, Ferenczi, André Green e o pensamento filosófico de Rancière.

A realização desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEP-IPUSP). Os dados são retrospectivos e serão utilizados especificamente para este estudo de caso individual, garantindo a confidencialidade das informações, a privacidade do paciente e a proteção de sua identidade, em consonância com as normas e diretrizes das Resolução CNS 466/12 e suas complementares, o que desobriga a existência do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2 CRÔNICAS

Nesta seção, apresentamos um caso clínico construído por meio de 17 crônicas criadas pela própria autora com base na experiência clínica com o paciente José, intituladas: “Um dia um parricida deitou-se no meu divã”, “O Horror”, “José”, “Sentido!”, “José e o Parricídio”, “O vazio”, “Carandiru”, “A Pretinha”, “O Duelo”, “Clara”, “O meio do caminho”, “Liberdade”, “A Herança”, “Vale a Pena Ver de Novo”, “A Culpa”, “A repetição” e “O final da análise”. Antes, no entanto, é necessário explorar alguns conceitos sobre o gênero.

Segundo Gancho (1991), a crônica tem o intuito de contar, descrever, comentar e analisar fatos do cotidiano. Normalmente possui o formato de um texto curto com informações que podem contemplar assuntos distintos, sem a necessidade de apresentar uma narrativa completa. É importante destacar que a crônica pode ser reflexiva e é muito comum o uso do humor e da ironia.

A estrutura da crônica é uma desestrutura; a ambiguidade é a sua lei. A crônica tanto pode ser um conto, como um poema em prosa, um pequeno ensaio, como as três coisas simultaneamente. Os gêneros literários não se excluem: incluem-se. O que interessa é que a crônica, acusada injustamente como um desdobramento marginal ou periférico do fazer literário, é o próprio fazer literário. E quando não o é, não é por causa dela, a crônica, mas culpa dele, o cronista. Aquele que se apega a notícia, que não é capaz de construir uma existência além do cotidiano, este se perde no dia a dia e tem apenas a vida efêmera do jornal. Os outros, estes transcendem e permanecem. (PORTELLA, 1979, p. 53-54)

Para explorar a palavra “crônica”, Bender e Laurito (1993) retomam a palavra grega *chrónos*, cujo significado é tempo. Etimologicamente, a palavra “crônica” é originária do termo grego *chronikós*, em latim *chronicu*. Na língua portuguesa é radical de outros termos que estão atrelados à ideia de tempo, por exemplo: cronômetro, cronograma e cronológico. A crônica enquanto gênero textual pode apresentar um registro do passado ou revelar o presente, mas primordialmente é um resgate do tempo. Na crônica *O tempo e os relógios*, Cecilia Meireles diz:

Creia-se ou não, todo mundo sente que o tempo passa. Não precisamos olhar para o espelho nem para nenhum relógio: o tempo está em nosso coração, e ouve-se; o tempo está em nosso pensamento, e lembra-se. “Vou matando o tempo, enquanto o tempo não me mata” — respondia-me na Índia um grande homem amigo meu, cada vez que perguntava como ia passando.

[...]

Em todo caso, esses são os tempos grandes. O tempo pequeno é o dos nossos relógios. (MEIRELES, s.d. apud BENDER; LAURITO, 1993, p. 73)

A análise compreende o ritmo do paciente e as trocas do par analítico que constroem um momento único. Tempo que não é linear, transita entre o passado, o presente e o futuro, além de explorar as repetições, como uma crônica resgata o passado, além de facilitar e sustentar a regressão. As interpretações do analista favorecem a perlaboração, que tem o intuito de superar as resistências e libertar o sujeito da compulsão à repetição.

Na consulta ao dicionário *Michaelis On-line* (2022, não paginado), o termo “crônica” assinala, entre dez significados, três que interessam ao nosso estudo:

- 1 Narração histórica pela ordem do tempo em que se deram os fatos.
- 2 JORN Seção em jornal ou outro periódico assinada, na qual o autor expõe suas ideias e tendências sobre arte, literatura, assuntos científicos, esporte, notas sociais, humor etc.
- 3 LIT Conto pequeno cuja trama é indeterminada.

O primeiro dos significados remete a crônica ao seu sentido essencial, que é o registro do passado e dos fatos na ordem em que ocorreram. O segundo compreende a crônica como uma narrativa atual de diversos fatos do cotidiano e o terceiro atribui ao gênero o formato de um texto curto, o que não impede de registrar de forma intensa a matéria da vida.

A crônica enquanto gênero histórico tem seus primeiros registros na Idade Média, mas seu reconhecimento ocorre no período do Humanismo, em Portugal, em 1418. Eram realizados registros dos antigos reis e dos acontecimentos históricos que recebiam o nome de *caronyca*. A partir de 1434, o cronista passa a ser um escritor profissional e começa a ser remunerado pela interpretação dos fatos históricos. Estudiosos afirmam que a pré-história literária brasileira teve seu início com uma crônica: a carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que descreve a “descoberta” do Brasil em 1500 ao rei D. Manuel. Existe também a crônica dos missionários e dos religiosos, por exemplo: José de Anchieta, que documentava o percurso da catequese e enviava notícias sobre a terra e o povo que nela vivia, apresentando o olhar do colonizador. Com o advento da literatura jornalística, a partir do século XIX, o conceito de crônica como registro de fatos históricos foi sofrendo transformações e foram acrescentados elementos de ficção. O poeta e cronista Olavo Bilac, em uma de suas crônicas do início do século XX, ressalta que o cronista sempre será um historiador do cotidiano, mesmo quando a sua principal preocupação não seja fazer história.

A crônica que é muito utilizada para designar um texto jornalístico tem a sua origem na França, no século XIX. Chamada folhetim – em francês, *feuilleton* –, era um espaço no rodapé do jornal utilizado para destinar entretenimento ao leitor, e com o tempo esse espaço foi ficando maior e atraindo mais os leitores. Estes folhetins eram divididos em folhetim-romance

e folhetim-variedades, sendo aquele um texto de ficção que apresentava os romances em capítulos e percussor das radionovelas e telenovelas – entre eles, destacam-se os célebres romances publicados inicialmente sob a forma de folhetins: *O Guarani*, de José de Alencar; *Memórias de um sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; e o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Nelson Rodrigues tentou ressuscitar o gênero na imprensa carioca, utilizando o pseudônimo de Suzana Flag, de 1944 a 1947.

O folhetim-variedades deu origem à concepção contemporânea de crônica e apresentava fatos variados que contemplavam as vivências do dia a dia. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi fundamental para discutir e ampliar a necessidade de textos que possuíssem uma linguagem que se aproximasse mais da realidade brasileira, popular e informal, com um olhar mais crítico e distanciando-se da linguagem conservadora utilizada pelos parnasianos⁹. As crônicas contemporâneas são mais curtas e, em geral, costumam contemplar um assunto específico ou até mesmo a falta de assunto (BENDER; LAURITO, 1993).

Se tem um tema que merece destaque entre os cronistas são as crônicas que falam da Crônica. Em *Ser Cronista*, Clarice Lispector, que transitou pelo gênero transbordando ironia, constata a necessidade de conversar com Rubem Braga, a quem atribui a invenção da crônica, a fim de compreender melhor esse assunto. Vale citar *O exercício da Crônica*, de Vinicius de Moraes, poeta que fez do gênero um exercício permanente e que traduz os anseios do cronista e as dificuldades de se encontrar um tema:

Escrever prosa é uma arte ingrata. Eu digo prosa fiada, como faz um cronista; não a prosa de um ficcionista, na qual este é levado meio a tapas pelas personagens e situações que, azar dele, criou porque quis. Com um prosador do cotidiano, a coisa fia mais fino. Senta-se ele diante de sua máquina, acende um cigarro, olha através da janela e busca fundo em sua imaginação um fato qualquer, de preferência colhido no noticiário matutino, ou da véspera, em que, com as suas artimanhas peculiares, possa injetar um sangue novo. Se nada houver, resta-lhe o recurso de olhar em torno e esperar que, através de um processo associativo, surja-lhe de repente a crônica, provinda dos fatos e feitos de sua vida emocionalmente despertados pela concentração. Ou então, em última instância, recorrer ao assunto da falta de assunto, já bastante gasto, mas do qual, no ato de escrever, pode surgir o inesperado. (MORAES, 1962, p. 9-11)

Concordamos que um dos cronistas mais expressivos é, sem dúvida, Rubem Braga, que goza da liberdade de ser cronista ao mesmo tempo que transcende o meramente fugaz e

⁹ Representantes do Parnasianismo, escola literária que teve origem na França no século XIX, em oposição ao sentimentalismo do Romantismo, utilizando uma linguagem culta. O principal objetivo era a criação de “poesias perfeitas”.

efêmero, oferecendo qualidades esperadas de grandes obras literárias. O poeta capixaba, carioca honorário, teve seu primeiro reconhecimento como correspondente de guerra na Itália e manteve um estilo brasileiro, intercalando elementos do “paraíso perdido” de sua infância no interior com a orla carioca, aprimorando o gênero.

No Brasil são populares diversos tipos de crônicas, entre elas: a policial, a esportiva, a crônica de moda e a crônica social. Um dos maiores representantes da crônica policial foi Nelson Rodrigues, dramaturgo que se revelou um cronista excepcional e transitava com maestria por um assassinato motivado por ciúmes até uma partida de futebol. Atravessado pelo trágico, trouxe às crônicas elementos da tragédia grega e da ópera. Em *O grito*, Nelson Rodrigues explicita sua dor e sua tragédia familiar: quando tinha apenas 16 anos, presenciou o assassinato de Roberto Rodrigues, seu irmão, mas a bala era endereçada ao seu pai, Mário Rodrigues, que não estava na sede do Jornal.

Naqueles cinco, seis minutos, aconteceu tudo (e como, nesses momentos, a figura do criminoso é secundária, nula. Eu não me lembrei da ira; eu também não pensei em ferir ou matar. Só Roberto existia. Estava, ali, deitado, certo, certo de que ia morrer. Qualquer movimento era uma dor jamais concebida). Vinte e seis de dezembro de 1929. Nunca mais me libertei do seu grito. Foi o espanto de ver e ouvir, foi o espanto que os outros não sentiram na carne e na alma. E só eu, um dia, hei de morrer abraçado ao seu grito do meu irmão Roberto. Roberto Rodrigues. (RODRIGUES, 1967, p. 21 apud BENDER; LAURITO, 1993, p. 52-53)

Bender e Laurito (1993) enfatizam que é difícil classificar uma crônica, pois ela apresenta um aspecto que é indefinível. Cada cronista possui um estilo único. Cecília Meireles, por exemplo, tem tendência a utilizar poesia e misticismo; Drummond é reflexivo mesmo quando não parece ser; Fernando Sabino é leve; Luís Fernando Veríssimo, Stanislaw Ponte Preta, Carlos Eduardo Novaes e Millôr Fernandes abusam do humor; Paulo Mendes Campos eleva a poesia à prosa; Manuel Bandeira explora as reminiscências; Rachel de Queiroz é atenta aos acontecimentos; Clarice Lispector, ao existencial; e Rubem Braga conta casos como ninguém.

A liberdade é uma das principais características de uma crônica; a crônica é livre, sem censura. Embora o fato analisado pelo cronista seja o mundo real, é um gênero que transita pela fantasia e desnuda a realidade. Em *Estação Carandiru* (1999/2005), o médico Drauzio Varella reúne crônicas sobre a história de vida da população carcerária que possui os seus próprios códigos de conduta. O plano de fundo é a Casa de Detenção de São Paulo, que foi o maior presídio da América Latina. Drauzio iniciou um trabalho voluntário de prevenção à Aids no

Carandiru, em 1989. O livro foi um dos maiores fenômenos editoriais brasileiro, recebeu o Prêmio Jabuti 2000 de livro do ano de não ficção e a coletânea reiterou a importância da crônica no cenário brasileiro. No ano de 2003, foi transformado em filme pelo olhar do premiado cineasta e diretor Héctor Babenco, tornando-se um clássico do cinema nacional.

A crônica permite ao jornalista ser um místico, ao médico ser um filósofo, ao contador de casos ser um historiador e ao psicanalista ousar, ir além. Isto porque os testemunhos clínicos são inerentes à formação e à prática clínica do psicanalista, essenciais para os avanços teóricos, e desvelar um caso clínico é também revelar-se, pois, ao descrever o que foi vivenciado, pretende-se possibilitar ao leitor novas associações e interpretações. Apresentar o conteúdo de uma análise é uma tarefa complexa, principalmente quando a história de vida do paciente é marcada por atos violentos – em nosso caso, um parricídio.

O material clínico que será apresentado nas próximas páginas foi extraído das sessões de análise realizadas pela autora dessa dissertação, sessões estas ocorridas semanalmente pelo período de um ano e nove meses, com a interrupção de um mês. Foram omitidos e trocados dados que poderiam permitir a identificação do paciente, que foi nomeado José, inspirado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade. A narrativa apresenta a fluência da linguagem que era utilizada por José, mantendo as figuras de estilo e as gírias.

Cabe lembrar que a psicanálise não se caracteriza por um novo discurso, mas sim a teorização de uma prática de interlocução, que possibilita ao sujeito redescobrir a constituição de sua subjetividade por meio de sua história.

2.1 UM DIA UM PARRICIDA DEITOU-SE NO MEU DIVÃ

Era outono, um desses dias em que o sol engana o frio intenso. José estava me aguardando na recepção por indicação da psicanalista que atendia sua enteada. Eu não sabia detalhe algum do caso e, quando é possível, prefiro ter as primeiras impressões a partir da minha escuta do paciente.

Assim que entramos na sala, José, apreensivo, disse:

— Eu nunca fiz isso antes, mas a minha família está achando que eu preciso de terapia.

— O que você acha?

— Vou te contar logo de cara porque estou aqui. (silêncio) Matei meu pai, sou réu confesso! Cumpri a minha pena no Carandiru. Eu carrego isso a todo lugar que eu vou, por isso achei melhor já te falar de uma vez.

Ao revelar o crime logo no início da sessão, ele demonstrava preocupação em ser aceito e receio em ser julgado, sobretudo testava o tipo de vínculo que estabeleceríamos. O relato dele suscitava sentimentos ambivalentes; repulsa e interesse intercalavam-se. José falou que era um parricida, mas ainda não podia contar sobre o parricídio, buscava desvendar o próprio enigma. Relatou alguns de seus conflitos familiares e seu comportamento explosivo. Ficou emocionado quando se lembrou do período de cárcere e da sua juventude acorrentado.

No fim da sessão, após minha explicação sobre o contrato analítico, ele questionou:

— Foi bom conversar com você. No início eu não queria vir, mas agora eu quero continuar. Por quanto tempo eu preciso vir?

— O tempo que for necessário.

José imediatamente sorriu, pois a espontaneidade da minha fala diminuiu as fantasias de que a análise poderia ser o cumprimento de mais uma sentença.

2.2 O HORROR

O meu interesse na tragédia que José contou misturava-se ao horror que um assassinato desperta, principalmente quando nos defrontamos com um parricídio. O crime revela um dos aspectos mais obscuros da existência humana: matar um outro ser humano – neste caso, o próprio pai. Não é comum a análise de homicidas fora de um contexto institucional e, de parricidas, é ainda mais raro. Na prática clínica são frequentes as manifestações das fantasias edipianas, desejos incestuosos e desejos parricidas. Todos fantasiam, mas José tem sangue nas mãos, matou o pai. A universalidade do Complexo de Édipo é insuficiente para justificar a passagem ao ato parricida.

Em meus pensamentos ecoavam alguns questionamentos: por quê? Como? Quais foram suas motivações? Eu não buscava justificativas para um parricídio, entretanto, existia a preocupação em não ocupar transferencialmente o lugar de um juiz; o lugar do analista não deve ser o de punir nem o de absolver o analisando, mas de manter a escuta do sofrimento do sujeito inconsciente.

José desconhecia a existência do inconsciente, mas, ao iniciar a análise, aceitou, pela primeira vez, mergulhar em seu próprio inconsciente e olhar para as próprias mãos cheias de sangue.

2.3 JOSÉ

Primogênito de três irmãos, José crescera em um ambiente com poucos recursos financeiros, hostil e violento. Suas memórias infantis eram impregnadas pela embriaguez do pai. Numa noite dessas, um prato de comida foi arremessado na parede, pois o pai estava transtornado porque sua esposa, mãe de José – que o pai havia apelidado de rapariga –, não havia colocado farinha na mesa. A partir daquele dia a farinha perdeu o sabor. José nunca mais comeu farinha.

Suas lembranças da infância eram confusas, como se tivesse crescido em um picadeiro sem palhaço, vendo o pai ser o bêbado equilibrista. No início da adolescência, José estava no circo com a namorada, quando encontrou o pai com a amante. Ao chegar em casa, foi presenteado com uma caixa de cigarros deixada por seu pai em sua mesa de cabeceira, o que estabeleceu um pacto de silêncio entre eles.

Por muito tempo, o avô materno foi seu super-herói. Um dia, após um conflito familiar durante a sua infância, o avô ameaçou o pai de José com uma espingarda. José se sentiu vingado pelo ato do avô, que destituiu a autoridade paterna, entrando em contato com a possibilidade de que matar o pai era uma alternativa aceita e desejada também por seus familiares. Ele possuía uma boa relação com os avós maternos, sentia-se acolhido por eles, o que diminuía o sentimento de desamparo. Os poucos brinquedos que José e os irmãos tinham eram presentes de seu avô, por quem o jovem tinha admiração e que ocupava o lugar de ideal do Eu.

Durante sua adolescência, seus pais se separaram, de modo que José e os irmãos ficaram por um período morando com o pai e a madrasta. A mãe não possuía recursos financeiros para levar os filhos para morarem com ela, circunstância que jurou ser temporária. No início, José se deu bem com a madrasta, ganhou até uma calça jeans, mas ficava cada vez mais difícil suportar o fato de sua mãe ter saído de casa e o seu pai ter colocado outra mulher no lugar dela. Com o tempo, a convivência foi ficando insustentável. José sentia que a presença dele incomodava:

— Eu estava dormindo quando meu pai apareceu com uma cinta na mão, gritando que tínhamos roubado o dinheiro da bolsa da minha madrasta. Ele batia até na minha cara, não parava de me bater, nunca tinha apanhado tanto... Não roubei nada! Perguntei aos meus irmãos e eles também negaram. Acho que ela não queria mais a gente lá e inventou tudo isso. Fomos morar em um cômodo com a minha mãe e, quando cheguei todo machucado, ela não conseguia parar de chorar. Eles podiam ter pedido pra gente ir embora, ele sabia que eu não era ladrão, mas precisava de um pretexto pra me bater.

2.4 SENTIDO!

Ainda jovem, José brincava de polícia e ladrão.

Mais tarde, ele foi convocado a servir o exército, período em que vivenciou situações humilhantes oriundas de uma autoridade exercida de forma punitiva, rivalizando novamente com a figura masculina. Houve um deslocamento da opressão paterna para a opressão do Estado, e José desenvolveu um superego rígido e autoritário. Exemplo dessa rigidez é notado quando ficou uma semana na solitária. Seu crime? Acordou com diarreia e não conseguiu apresentar-se no horário.

O tenente foi buscá-lo no banheiro, e ele se recusou a abrir a porta. José pediu que o tenente reconsiderasse sua situação, pois estava todo cagado. Pouco tempo depois abandonou o exército, pois aquelas regras não faziam sentido. José parece ter descoberto que o lugar fedia mais do que ele imaginava.

2.5 JOSÉ E O PARRICÍDIO

— Às vezes, as pessoas querem saber e outras vezes eu que preciso falar, mas nem todo mundo pode ouvir... Você pode ouvir.

No início da vida adulta, ocorreu uma discussão fatídica. José foi visitar os tios que moravam no mesmo quintal que o pai dele. Fazia alguns anos que eles não se viam, pois, desde a última surra que sofrera do pai, José nunca mais havia pisado naquela casa.

— Sabe qual foi a primeira coisa que meu pai falou quando me viu?

— Como que está aquela rapariga? Quenga!

— “Quenga é a sua mulher!”. Meu sangue ferveu naquele momento.

O pai dele puxou uma foice, o golpe não o atingiu, mas se juraram de morte. Estabeleceram um “pacto de morte”. E agora, José?

— Tentei pegar um revólver emprestado, mas não consegui. Um dos meus amigos me deu uma faca e escrevi na bainha “Nunca foi estreada”. A partir daquele momento, eu sabia que não tinha mais volta: era eu ou ele. Fui na casa do meu pai no outro dia de manhã, acho que ele ouviu minha voz e saiu correndo. Fui atrás, perseguindo-o pela rua. Quando ele saiu da viela, um conhecido colocou o pé e ele tropeçou. Dei uma facada no abdômen, ele virou, dei outra nas costas e mais três no peito. Ele me dizia: “— Você conseguiu! Você conseguiu!”. Não senti

nada, absolutamente nada naquele momento. Como esse conhecido ainda estava por perto, troquei de camiseta com ele, enrolei a faca na minha camiseta e falei para ele jogar no rio. Era dia de clássico, Corinthians e São Paulo, e minha maior vergonha foi ter que usar a camisa do São Paulo. Quando cheguei em casa, contei para minha mãe e meus irmãos, que choraram muito. Liguei para meu tio, que informou que meu pai estava no hospital e os médicos disseram que foram 11 facadas... Só dei cinco... Acho que as outras facadas foi enquanto ele se defendia. No outro dia ele morreu. Entrei em contato com um advogado e me apresentei na delegacia. “Sou réu confesso!”.

Ficamos em silêncio até o final da sessão. Ele levantou-se e pela primeira vez me disse “obrigado”.

2.6 O VAZIO

José não tinha sangue apenas em suas mãos, mas sim no corpo inteiro. Ao correr pela viela, o sangue escorria pelo asfalto.

A cena do parricídio é brutal.

O último suspiro do pai é endereçado ao filho, seu assassino, que abandona o corpo já sem vida, sem ao menos olhar para trás.

Fiquei paralisada ao escutar a narrativa do parricídio. O sangue não é simbólico, ele é real. José retornou ao momento em que cometeu o homicídio, olhou para o pai morto e ficou em silêncio. Ausência de palavras que é da ordem do irrepresentável.

O silêncio me invadiu no restante daquele dia e daquela semana, era difícil nomear o que eu estava sentindo. Estava misturada com o vazio vivenciado pelo paciente durante e após a passagem ao ato.

2.7 CARANDIRU

José, réu confesso, foi condenado a 15 anos pelo crime de parricídio, pena reduzida a dez anos por bom comportamento. Cumpriu a sentença na antiga Casa de Detenção popularmente conhecida como Carandiru, o lugar mais concreto e cinza que existiu em São Paulo, cidade que carrega em seu nome o pensamento e a moral cristãos, em homenagem ao apóstolo São Paulo – assim como Sankt-Peterburg, cidade russa, que teve o nome em homenagem ao apóstolo São Pedro, padroeiro do Tzar Pedro, o Grande.

Quando José chegou ao Carandiru, faltaram-lhe palavras – ele ficou um período em silêncio, procurando entender o funcionamento daquele lugar que possuía suas próprias leis.

— Parecia o inferno, foi o local mais improvável onde encontrei Deus e Nossa Senhora. Existiam imagens dela em todo canto. Os dois primeiros anos foram os mais difíceis. Eu chorava escondido. As noites eram longas, escutava murmúrios, às vezes, até berros. Na cadeia ninguém dorme, nem os ratos.

Era penoso ficar privado de liberdade. José chegou a questionar se era semelhante ao Pedrinho matador, assassino em série que cometeu mais de cem homicídios, inclusive o parricídio. Tinha medo de descobrir um prazer em matar.

Com o tempo, José descobriu alguns prazeres no cárcere. Ele recebia visitas íntimas, disputava campeonatos de futebol, usava drogas e produzia a própria cachaça, conhecida popularmente como maria-louca. O mundo externo começou a se tornar ameaçador e o presídio, seguro. José criou vínculos de amizade e pertencimento, sentia-se protegido do desamparo e desejava a liberdade na mesma intensidade que temia a sua concretização.

No dia do Massacre do Carandiru, em 1992, centenas de detentos foram exterminados por policiais militares. José atribuiu a um milagre estar no regime semiaberto e chorou pela morte dos amigos, dos inimigos e pela vida que ainda era sua.

2.8 A PRETINHA

— Quando vi minha mãe entrando naquele lugar, não pude conter as lágrimas. Senti muita vergonha. Jamais permitiria que ela fosse me visitar ali, não é lugar de mulher, e mesmo assim ela apareceu. Enxuguei as lágrimas e muito antes de terminar o tempo da visita pedi para que ela fosse embora e nunca mais voltasse àquele lugar. Ela obedeceu e ficou mais tranquila quando escrevi dizendo que estava namorando a Pretinha. Na primeira vez que a Pretinha foi me visitar, ela chegou com a irmã de um dos meus companheiros de cela. Era uma jovem magrinha, pequenininha e pretinha. Começamos um relacionamento que durou alguns anos, e fazíamos planos de morarmos juntos. Ela me visitava toda semana, até que um dia ela não apareceu... Achei estranho, isso nunca tinha acontecido. Fiquei sabendo por outras pessoas que ela estava grávida e tinha feito um aborto. Ela não me contou nada! Eu tinha o direito de participar dessa decisão. O filho era meu! Nunca vou saber como seria ter esse filho, tinha o sonho de ser pai, mas o destino não permitiu. Gostaria de ser o pai que eu não tive... Na outra semana, quando ela apareceu, assim que nos olhamos ela percebeu que eu já sabia. Ficamos em

silêncio e ela começou a chorar, pedi para ela ir embora e nunca mais voltar. Não posso perdoar a Pretinha, ela matou o meu filho!

2.9 O DUELO

José, como diversas crianças da periferia, tinha um sonho: ser jogador de futebol profissional. Na adolescência, chegou a jogar em times da subdivisão e contava com entusiasmo que havia batido bola com os jogadores do Corinthians. Mas, para ajudar no sustento da família, teve que trabalhar como operário. Sua frustração foi se tornar jogador de fim de semana.

Na prisão, participava de todos os jogos e era um dos artilheiros. Em uma das partidas, driblou diversas vezes um outro detento, que se sentiu desrespeitado.

— Ele me xingou de filho da puta. Filho da puta! “Vou matar esse filho da puta!”. Existe um código de conduta na prisão, ele desrespeitou a minha mãe! O duelo foi marcado para o dia seguinte, na Rua 10¹⁰. Na noite anterior afiei a minha faca, fiquei pensando que não tinha mais volta. Estava mais uma vez disposto a matar pela minha honra, mesmo com o risco de aumentar o tempo de cadeia.

Ao amanhecer, o presídio estava mais silencioso que o habitual, todos ávidos por sangue, aguardando o sol do meio-dia.

— Estávamos lá, um de costas para o outro. Quando escutei o sinal, virei e saí correndo, ele largou a faca no chão e levantou as mãos. No fundo senti um alívio, eu não queria matar. Ficou ruim pra ele, covarde não tem vez na prisão. Fugir é a maior humilhação para um homem. Muitos tinham medo de mim: se eu já tinha matado até o meu pai, poderia matar qualquer um. Já matei quem eu queria matar. Não precisei carregar mais uma morte.

2.10 CLARA

— A Clara quer falar com você.

— O que você acha?

¹⁰ “Não há briga de soco na rua Dez, paulada e facada é que acertam as diferenças sob o olhar excitado dos circunstantes. O perdedor, quando sai vivo, desce para a Carceragem e pede transferência de pavilhão, geralmente para o Cinco. O adversário melhora a posição no ranking” (VARELLA, 2005/2019, p. 14).

— Acho que você tinha que conversar com ela porque ela acha que eu não te conto as coisas... Que eu não te contei que matei meu pai, dos episódios que tenho de explosão, das brigas no trânsito, que uso cocaína, que como demais... Já disse que falo dessas coisas... Mas acha que eu não continuaria vindo se tivesse te contado... Quer conversar com você e eu acho que você precisa falar com ela.

— Esse espaço é seu...

— Eu sei, mas ela tá me enchendo o saco. Você pode conversar com ela?

— Posso conversar, mas não contar o que a gente conversa, só escutar o que ela tem para dizer.

Na semana seguinte, José chegou gargalhando.

— A Clara gostou muito de você, ela disse que vocês conversaram bastante sobre o que ela sente e que você recomendou que ela fizesse terapia. Acho que seria muito bom. Ela ficou de pensar, mas a gente sabe que ela foge (risos). Ela falou que chorou bastante, ficou bem mexida, falei pra ela que não é fácil fazer terapia. [...] Você me ajuda a pensar nas coisas, fico um tempão pensando no que a gente conversa, mas às vezes saio daqui pior do que entrei, é difícil mexer numas coisas que estavam enterradas no passado. O que a gente conversa me faz pensar que tem umas coisas que preciso mudar, não dá pra continuar fazendo merda a vida inteira! Não posso mais partir pra porrada, até porque crio outro problema, preciso me controlar.

José começou a desmarcar menos as sessões e teve um incentivo maior de Clara, que antes agendava compromissos para ele no horário da análise. Houve um fortalecimento do vínculo de confiança.

2.11 O MEIO DO CAMINHO

— Aconteceu algo bem diferente hoje no meu trajeto, lembrei das nossas conversas na hora. Você acredita que um filha da puta me fechou, buzinou, parou do meu lado, abaixou o vidro e me chamou de folgado? Meu sangue ferveu, acho que ele não fazia ideia com quem ele estava mexendo. Fiquei pensando se valia a pena quebrar a cara desse otário... Sorte a dele que eu estava indo pra minha terapia, deixei quieto. Você viu como está funcionando? Às vezes, consigo respirar fundo e tomar uma outra atitude. No início dessa semana foi impossível. Fui deixar a Clara no mercado e um tiozinho parou atrás de mim e ficou buzinando. Não tive dúvida: desci do carro e fui até o carro dele. Chamei o cara de maluco, avisei que a minha mulher estava

descendo do carro, mas, se ele quisesse resolver, a gente sairia na mão ali mesmo. O cara começou a se tremer todo e pediu desculpas. Ainda encontrei ele no mercado, ele ficou se escondendo de mim... É cada uma! Você sabe que a Clara tem um probleminha na perna, que ela se move com um pouquinho de dificuldade. Mexeu comigo eu até aguento, mas com a Clara, não!

2.12 LIBERDADE

— O que é ser livre?

— Na maioria das vezes a gente só sabe o que é ser um sujeito preso. Nunca vou me esquecer do dia em que saí da cadeia, o sol batendo na minha cara e a realidade também, porque eu não tinha nem dinheiro pra voltar pra casa, tive que pedir carona no busão. O mundo que eu conhecia não existia mais, a carona era pela porta traseira. Todos me olhavam e parecia que sabiam de onde eu estava vindo, e eu não conseguia olhar na cara de ninguém. No fundo, depois de tanto tempo, eu só queria tomar um banho.

Quando começou a respirar em liberdade conheceu Clara. Construíram um relacionamento. Paula, a enteada dele, era criança, tornou-se adulta. José ocupa o lugar de protetor dessas mulheres, repetindo a relação que possuía com a mãe. É hostil com o namorado da enteada, apresentando dificuldades com relacionamentos triangulares que remetam ao complexo edipiano.

José envolveu-se em diversos conflitos com a lei. Em uma das brigas no trânsito, golpeou um rapaz com um capacete, e pôde responder ao processo em liberdade, mesmo não sendo réu primário. Agrediu uma inquilina que insultou a mãe dele, quebrando-lhe o braço. Espancou um funcionário do banco, deixando-o desacordado. Repete situações em que entra em conflito com a lei. Seria uma tentativa de ser punido para aliviar o sentimento de culpa advindo do parricídio? Ocupa o lugar ativo em episódios violentos que na infância foram vivenciados passivamente? Ocorreu a identificação com o agressor paterno e a mimetização dos atos agressivos?

2.13 A HERANÇA

— Tô puto! Olha, aconteceu tanta coisa aqui fora enquanto eu estava preso... Venderam a casa do meu pai, eu e os meus irmãos ficamos sem nada. Vai vendo a história: a casa não valia

nada, mas o terreno, sim, e construíram um condomínio de luxo no lugar. A minha madrasta e o filho dela com meu pai ficaram com todo o dinheiro e a gente nem viu o cheiro.

— Você acha que tinha direito à herança?

— Não sei, eu matei o meu pai. Mas os meus irmãos não tinham nada a ver com isso. Pensando bem, talvez eu tivesse direito, eu também era filho dele, ele me deixou um monte de coisa ruim... Só tenho lembrança ruim dele e quando é algo bom não tenho direito a nada?

2.14 VALE A PENA VER DE NOVO

— Nossa! Você parece muito um artista que eu não lembro o nome, vocês são iguaizinhos... Sabe aquele ator que está passando na reprise da novela da tarde que tem o olho claro e o cabelo enroladinho que nem o seu?

— No período da tarde estou no consultório... Qual o papel que ele faz?

— Impossível você não conhecer. Esse ator ficou muito famoso. Ele dava raquetadas na mulher!

José me colocou transferencialmente no lugar do algoz, no lugar do seu pai, um homem que era agressivo com as mulheres. Ele pôde expressar o ódio à analista na destituição do gênero feminino por meio de deslocamento/condensação para o gênero masculino, além de manifestar as suas angústias e as suas fantasias de que algumas interpretações na análise também eram agressivas.

— O que você sente assistindo a novela?

— Sinto muita raiva! Meu pai também era violento com as mulheres, você sabe disso. Esse cara merece uma surra!

— Parece que assim como na novela as mulheres da sua vida também não conseguem se defender sozinhas. Será que as mulheres não podem se defender?

— Então, eu ando pensando nisso... A Clara e a Paula me pedem ajuda e depois eu que sou o descontrolado. Meu cunhado gritou com a Clara, eu fui falar com ele e fiquei com fama de ameaçar um deficiente... A Paula pediu para eu falar com o namorado dela que estava dando mancada, saindo de balada escondido, não cuidava dela quando ela bebia, e agora ele não quer vir aqui porque está com medo de mim... Depois elas conversam normalmente com eles e eu fico como o errado da história.

Na sessão seguinte, atendi José no último horário e não tinham outras pessoas na clínica. Ele perguntou se eu queria que ele me esperasse para trancar o local, quando eu recusei, e ele me disse sorrindo:

— Tá certo! Você é uma mulher que pode se defender sozinha. O mundo está mudando e eu preciso entender isso. Boa noite!

2.15 A CULPA

— José, em algum momento você pensou em fugir?

— Jamais! Meus tios me ensinaram que precisamos nos responsabilizar por nossos atos. Meu pai não respeitava nenhuma mulher, xingava minha mãe, minha tia, a mulher do meu primo... Te falei que ele até chutou uma mulher grávida na feira. Se não fosse eu, outra pessoa o teria matado. Meu pai era um homem muito desrespeitoso, nunca considerei ele um exemplo. Você acredita em destino? Eu acredito, não mudaria nada no meu passado. Meu pai não era um homem de muitos amigos, por conta do que já te contei, e as pessoas não gostavam dele. Mas havia quem gostava, ele tinha até um melhor amigo. Esse amigo me encontrou um dia qualquer depois do homicídio. Eu perguntei se estava bravo comigo e ele disse que não, somente não esperava que eu mataria meu pai. Talvez esperasse isso do meu primo, meu tio... não de mim... Não me arrependo, faria tudo de novo, paguei pelo que fiz, foram dez anos, quase cinco no semiaberto, cumpri minha pena. Tive que pagar pelo meu crime. Agora só não sei o perdão divino. Sou católico, mas não frequento a igreja, minha família nunca frequentou. A primeira vez que entrei numa igreja eu fui por minha conta, tinha uns 18 anos, desci na Sé e entrei naquela catedral da praça. Senti uma coisa diferente, estava acontecendo uma missa, achei bonito, senti paz.

— Perdão divino?

José ficou emocionado, respirou fundo e continuou.

— Você não sabe? Tem um pecado capital: “Não matarás”. *Infligi*, eu matei. Não pode, é a lei divina. Em algum momento na hora do juízo final vai chegar a minha hora, chega a de todo mundo. Vou me encontrar com Deus e ele vai me perdoar ou não. Na lei dos homens já cumpri minha pena. Agora o perdão divino depende dele. Eu me perdoei, tive muito tempo para pensar. Sei que não era o certo, mas era meu destino, nunca o considerei meu pai, mas de sangue era. Fazia minha mãe sofrer muito e a gente também. Aconteceu há tanto tempo...

José ficou em silêncio me olhando com os olhos marejados. Levantou-se indicando que a sessão havia terminado, não se despediu e foi embora.

2.16 A REPETIÇÃO

Acordo no domingo de manhã com a seguinte mensagem no meu celular: “Você pode me atender? Fiz merda!”. Meu corpo estremeceu, era um misto de medo e de esperança, pois a mensagem endereçada era um pedido de ajuda e havia chegado à destinatária, o que demonstrava confiança no vínculo construído e que a merda podia não ser tão grande. Foi a única vez que José me enviou uma mensagem no final de semana, e agendamos uma sessão para o dia seguinte.

Após interromper a análise por um mês, José retornou narrando um episódio de descontrole e violência no casamento de sua enteada.

— Eu não sei o que aconteceu, não sei te explicar, mas eu preciso voltar a fazer terapia. Tomei um copo de cachaça e não lembro de mais nada.

— Do que você se lembra?

— Tinha sido o casamento da Paula e estávamos voltando do cartório, nós quatro: eu e a Clara no banco de trás, e a Paula e o marido, que estava dirigindo, na frente. Paramos para almoçar e, para comemorar, eu pedi uma cachaça, e depois da primeira dose tudo ficou estranho. O clima foi ficando cada vez mais tenso e, quando estávamos voltando, começamos a discutir no carro, não sei o porquê, só lembro de ter puxado o freio de mão, e a Clara disse que eu parti para cima do meu genro. Chamaram a polícia e eu saí correndo, pulei até muro... Nem sei como cheguei em casa, comecei a andar sem rumo. Tenho meus desentendimentos com eles, eles são folgados, tomam a minha cerveja, mas agredi-los foi além, me senti muito envergonhado. Quem tomava cachaça era o meu pai, parece que eu fiquei possuído por ele, virei outra pessoa. Ele tomava cachaça e arrebentava nossa casa, fazia todo mundo sofrer, não quero ser essa pessoa.

Numa tentativa de reparação, presenteou o casal com alguns móveis, ajuda na mudança e alguns consertos na nova residência. José pôde olhar a repetição do conflito edipiano e a sua dificuldade de estabelecer relacionamentos triangulares.

— Sabe, essa é minha família hoje, preciso conviver bem com eles. Nunca tive o que tenho com Clara, essa cumplicidade e cuidado. Agora que a Paula foi embora é a hora de aproveitarmos nossa velhice.

O paciente enviou por aplicativo de mensagens diversas fotos de uma viagem que fez com Clara, começou a construir novos planos de vida. Parece uma tentativa na velhice da continuidade de uma existência que não pôde ser e de uma nova travessia edipiana.

2.17 O FINAL DA ANÁLISE

Quando uma análise termina? Freud diz que as análises podem ser termináveis e intermináveis. Muitas vezes é difícil reconhecer o momento do fim. Alguns são bruscos e promovem rupturas, outros são brandos e seguem um tempo que é suficiente. A decisão de interromper a análise partiu de José e achei importante respeitar o desejo e o tempo dele.

— Hoje é o último dia que venho, mas quis vir aqui para te falar isso pessoalmente. Foi bom poder falar com você esse tempo todo. Muita coisa mudou desde que começamos, eu mudei. Se fosse antes nem viria pra me despedir. Estou conseguindo levar algumas coisas mais leves, só quero uma velhice tranquila. Lembra quando eu te contei que fui pra Argentina e joguei bola com os meninos na rua? Essa é a liberdade que eu quero. Queria viver em um lugar que eu pudesse ser livre e recomeçar. Sonhei que tinha me mudado com a Clara pra lá. [...]

O trabalho analítico, muitas vezes, resgata a continuidade do ser, ao retomar uma existência que foi simbolicamente interrompida. A análise e a sessão não se encerram quando terminam: possuem um tempo que transcende; afinal, seus efeitos continuam mesmo possuindo um início, meio e fim, que seguem um tempo cronológico.

3 HISTÓRIA CLÍNICA

“Sozinho no escuro
qual bicho-do-mato,
sem teogonia,
sem parede nua
para se encostar,
sem cavalo preto
que fuja a galope,
você marcha, José!
José, para onde?”

(Carlos Drummond de Andrade, *José*, 1942)

Como já abordado, o paciente foi nomeado como José, inspirado no poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade, e o material clínico, extraído das sessões de análise realizadas semanalmente pelo período de um ano e nove meses, com a interrupção de um mês. Além disso, como os estudos minuciosos de um único caso são extremamente relevantes na literatura psicanalítica, esperamos que, por ser um estudo *a posteriori*, favoreça novos olhares sobre este material clínico.

Loreiro (2002) identifica que Freud compara *O homem dos Lobos* (1918) a novelas de ficção e atribui inicialmente um aspecto literário a *Estudos sobre a histeria* (1895), posteriormente científico. Os analistas são constantemente convocados a escrever textos que compartilhem a sua prática clínica. A transmissão do conhecimento, do raciocínio clínico e das vivências analíticas é possível por meio dos testemunhos clínicos. Renato Mezan (1998), em *Escrever a Clínica*, esmiúça a árdua tarefa de organizar os pensamentos e afetos acerca dos encontros na prática cotidiana do psicanalista que, a partir de sua escuta, tem muito o que dizer, mas muitas vezes enfrenta dificuldades de selecionar e organizar o material que deseja aprofundar. O autor considera ainda fundamental no processo da escrita a fase da associação livre, em que uma ideia vaga ganha consistência por meio da cadeia associativa, permitindo acesso aos pensamentos latentes com o intuito de elaborar um tema, e no caso de o psicanalista elaborar também uma dor, visto que se defronta constantemente com a travessia do trágico.

Este caso clínico foi construído por meio de 17 crônicas que narram as construções analíticas e a tragédia de José. Escrever a clínica de uma outra forma é explorar os elementos da criação e da vitalidade que são intrínsecos à técnica psicanalítica.

A transmissão da psicanálise por meio dos exemplos clínicos tem o intuito de auxiliar, elaborar e expandir a compreensão teórica. Freud, em seus trabalhos, deixa explícitas as formulações ancoradas em sua prática clínica. Dolto (2013, p. 340) compreende: “*a teoria sem*

exemplo não serve para nada, enquanto um exemplo sem teoria pode servir muito. Evidentemente, é preferível os dois juntos”. Atento à suscetibilidade interpretativa presente em todos os quadros clínicos, Green (1988, p. 58) relembra: “*O problema, a partir da experiência clínica, permanece teórico*”.

Pretende-se com o testemunho da prática clínica provocar questionamentos clínicos e teóricos, afinal, a teoria e a prática caminham juntas, são indissociáveis, e a Psicanálise, enquanto uma jovem ciência, está em constante transformação e revitalização.

Ao nos defrontarmos com a difícil tarefa semelhante à do musicista: “O que é possível fazer depois de Beethoven?”, há a necessidade de um retorno a Freud, com a pretensão de todo jovem cientista, quiçá, ir além. Assim, seguindo as recomendações do fundador da Psicanálise, em *Os Instintos e suas Vicissitudes* (1915/1996, p. 123):

O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo conceitos “básicos”, que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo.

É necessário também falar do método catártico, episódio inaugural da invenção da psicanálise, conforme Kupermann (2003), quando houve rupturas com o saber médico e o conhecimento começou a ser construído durante o processo terapêutico, por meio da associação livre e do abandono da sugestão hipnótica; transformando as relações de poder e saber, a palavra do paciente torna-se primordial. Freud (1913[1911]/1996, p. 227), em *Sobre a Psicanálise*, destaca a importância da experiência clínica:

Posso começar dizendo que a psicanálise não é fruto da especulação mas sim o resultado da experiência; e, por essa razão, como todo novo produto da ciência, acha-se incompleta. É viável a todos convencerem-se por suas próprias investigações das correções das teses nelas corporificadas e auxiliar no desenvolvimento ulterior do estudo.

Strachey (1969), na introdução da obra freudiana *Artigos sobre Técnica* (1911-1915[1914]/1996), aponta entre os históricos clínicos fundamentais para a construção do método psicanalítico: Dora (1905[1901]), Little Hans (1909) e Rat Man (1909). O editor observa que Freud considerava imprescindível a experiência clínica e a análise do analista para aprofundar as hipóteses e dominar um tema; o pai da Psicanálise considerava os conteúdos dos livros complementares.

A primeira tese de doutorado com o tema psicanalítico foi um estudo de caso, e Cromberg (2014) destaca o pioneirismo de Sabina Spielrein na transmissão deste conhecimento psicanalítico na universidade. Spielrein, em *O conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (Dementia praecox)* (1911)¹¹, propõe um estudo sobre a *demência paranoide*, com o intuito de aprofundar os processos psíquicos, explorando aproximações entre sonho, psicose e mito. A pioneira da psicanálise escolheu uma narrativa que descreve *quase literalmente* o que a paciente disse; este “quase” anuncia a impossibilidade de transcrever uma análise *ipsis litteris* e convida o leitor a acompanhar e corrigir as suas interpretações: “aquele que quiser testar a adequação de minhas conclusões terá de proceder como um juiz investigador, tendo de trabalhar a questão de forma tão detalhada que seria como se sentisse cada palavra” (SPIELREIN, 1911 apud CROMBERG, 2014, p.130).

Narrar uma análise implica reconhecer as construções e as frustrações inerentes ao processo, assim como suas limitações, além de possibilitar ao analista revisitar a intensidade dos encontros e dos afetos despertados e, primordialmente, aceitar o que foi possível naquele momento. Margaret Little, em *Ansiedades Psicóticas e Prevenção* (1990/1992), subverte o estudo de caso em psicanálise, compartilha o registro pessoal de sua análise com Winnicott e explora as ansiedades despertadas em relatar suas vivências enquanto analisanda:

Salvo as limitações do tempo e do espaço, os mecanismos inconscientes levam a todos os tipos de distorções, inclusive falsificações da memória. Portanto, tenho de levar em conta não só o desejo de esclarecer - de me livrar o máximo possível de conceitos e interpretações errôneos - como também o meu próprio narcisismo e exibicionismo, minhas inibições e reservas mais realistas. (LITTLE, 1990/1992, p. 23-24)

Esta introdução é necessária para discutir um ponto importante: desde o início, José apresentou-se como parricida e culpado: “Matei meu pai, sou réu confesso!”, fala aparentemente dissociada de afeto, diferente da narrativa emotiva dos tempos de cárcere. Quando mata o próprio pai, insere-se em um novo laço¹² social. No presídio ele encontrou um lugar de pertencimento com os excluídos e marginalizados socialmente. Ao buscar análise, José

¹¹ Tese orientada por Jung, no curso de Medicina, publicada em 1911, no *Anuário de investigações psicanalíticas e psicopatológicas*.

¹² Kaës (2011) define como “laço” as diversas modalidades das alianças: familiar, casal e grupal, que são conscientes e inconscientes, com o intuito de unir os sujeitos para viverem juntos. A análise do laço intersubjetivo é submetida à análise das relações despertadas pelos complexos, pelas relações de objeto, pelas identificações e pelos mecanismos de defesa.

procura também compreender o próprio enigma. No imaginário social, o analista pode escutar tudo, porém deve aceitar somente as demandas que pode suportar e auxiliar.

No término da primeira sessão, José indagou: “Quanto tempo preciso vir?”, ao que respondi: “O tempo que for necessário”. Ele imediatamente sorriu, pois, como já discutido, a espontaneidade e a sinceridade das minhas palavras diminuíram as fantasias de que a análise seria o cumprimento de mais uma sentença. As questões sobre a duração de uma análise são muito comuns no início de um tratamento e, quanto a isto, Freud, em *Sobre o Início do Tratamento* (1913/1996), compreende que são indagações “quase que irrespondíveis”, conforme ilustra com a fábula de Esopo:

Quando o caminhante perguntou quanto tempo teria de jornada, o filósofo simplesmente respondeu “Caminha”! e justificou sua resposta aparentemente inútil, com o pretexto de que precisava saber a amplitude do passo do Caminhante antes de lhe poder dizer quanto tempo a viagem duraria. (FREUD, 1913/1996, p.143-144)

Não é possível prever o ritmo do trabalho analítico. Freud (1913/1996) alerta que o neurótico pode diminuir os passos e realizar progressos vagarosos e, com frequência, apresentar fantasias de um processo curto com o desaparecimento instantâneo dos sintomas. Enquanto a psicanálise demanda um período muito mais longo, as mudanças psíquicas profundas são lentas e submetidas à atemporalidade dos processos inconscientes. Ele compara a neurose a um organismo, pois possuem manifestações autônomas e interdependentes, e o sintoma pode intensificar após o início de uma análise, sendo imprevisível o período necessário de uma análise.

Segundo ainda Freud, em *O Inconsciente* (1915/1996, p. 192), os processos do sistema inconsciente são intemporais: “não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo, não têm qualquer referência ao tempo. A referência vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs”. O sistema pré-consciente é o responsável pela comunicação dos conteúdos entre os sistemas inconsciente e consciente, por meio da censura e do princípio da realidade, com a finalidade de estabelecer uma ordem temporal. Importante mantermos em mente que o inconsciente freudiano é dinâmico, e a afirmação do inconsciente atemporal contribuiu para muitos mal-entendidos. Freud tinha a intenção de comunicar que os processos inconscientes não sofrem desgaste do tempo e que os conteúdos reprimidos são indestrutíveis, que o desejo é indestrutível. Freud compara o conteúdo do inconsciente com a existência de uma civilização aborígine no psiquismo, constituindo o núcleo do inconsciente junto com o material infantil reprimido.

Sobre a atemporalidade do inconsciente, em consonância com a formulação do inconsciente freudiano, na obra Cromberg (2014, p. 216) é possível ter acesso ao que Spielrein (1911, não paginado) conclui:

[...] nós vemos no inconsciente algo que está fora do tempo ou que é, ao mesmo tempo, presente, passado e futuro. Sendo assim, o inconsciente nos fornece indícios sobre os conflitos pessoais no presente, sobre os conflitos do passado filogenéticos a partir do qual se originam as vivências pessoais e, eventualmente, sobre o desenvolvimento futuro das coisas, já que o futuro surge do passado (na verdade, ele é apenas uma forma do passado).

No estudo *Construções em Análise* (1937/1996), um dos últimos trabalhos sobre a técnica, Freud observa que o trabalho de análise contribui para o abandono das repressões e a substituição por uma condição psicologicamente madura, revelando o oculto. Após o estabelecimento da transferência, o analista deve conduzir o paciente a recordar as lembranças, assim como os afetos atrelados à experiência reprimida, que se manifesta por meio de formações substitutivas, sintomas e inibições. Os fragmentos das lembranças são acessíveis pelos sonhos, pela associação livre e pelos conteúdos de repetição. Como o analista não pode recordar algo que corresponde aos conteúdos reprimidos pelo paciente, sua tarefa é realizar o trabalho de construção e/ou reconstrução, semelhante à escavação realizada pelo arqueólogo:

Os dois processos são de fato idênticos, exceto pelo fato de que o analista trabalha em melhores condições e tem mais material à sua disposição para ajudá-lo, já que aquilo com que está tratando não é algo destruído, mas algo que está vivo – e talvez por outra razão também. Mas assim como os arqueólogos erguem as paredes do prédio a partir dos alicerces que permaneceram de pé, determina o número e a posição das colunas pelas depressões no chão e reconstrói as decorações e as pinturas murais a partir dos restos encontrados nos escombros, assim também o analista procede quando extrai suas inferências a partir dos fragmentos de lembranças, das associações e do comportamento do sujeito de análise. Ambos, possuem direito indiscutido a reconstruir por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram. (FREUD, 1937/1996, p. 273)

O analista ocupa um lugar privilegiado, possui mais recursos que o arqueólogo, pois tem acesso às repetições e às reminiscências infantis atualizadas na transferência, enquanto muitas vezes o arqueólogo possui objetos que foram destruídos ou perdidos durante guerras, saques ou incêndios, sendo a reconstrução o único recurso acessível. Para Freud (1937/1996, p. 274), é improvável a destruição total do objeto psíquico:

[...] defrontamo-nos regularmente com uma situação que, com o objeto arqueológico, ocorre apenas em circunstâncias raras, tais como as de Pompéia ou da Tumba de Tutancâmon. Todos os elementos essenciais estão preservados, de alguma maneira e em algum lugar, e simplesmente foram enterrados e tornados inacessíveis ao indivíduo. [...] para o arqueólogo, a reconstrução, é o objetivo e o final dos seus esforços, ao passo que, para o analista, a construção constitui apenas o trabalho preliminar.

Atualmente, os avanços científicos permitem a utilização de novos recursos tecnológicos nas explorações arqueológicas, entre eles: recolher material genético para realizar exames de DNA, utilizar tomografia computadorizada na autópsia virtual e realizar o escaneamento digital para mapeamento tridimensional dos ambientes. Descobertas recentes, utilizando análises de DNA e tomografia computadorizada, revelaram que o faraó egípcio Tutancâmon¹³ possuía a doença de Köhler, que provoca inflamação nos ossos. Os materiais analisados demonstraram alterações genéticas que seriam hereditárias, caracterizadas por membros alongados, revelando a existência de relações incestuosas entre irmãos e contribuindo para sua morte precoce – fato que justifica as dinastias curtas. Esses resultados indicam que o faraó tinha o pé torto, sendo necessário que usasse bengala, e este objeto foi encontrado em sua tumba entre os seus pertences; sua deficiência impossibilitava a condução das bigas¹⁴. Os estudos revelam um ser frágil, em dissonância com o imaginário social de um faraó guerreiro, e estas descobertas permitem uma compreensão mais aprofundada do homem e das civilizações e apontam a necessidade de se evitar interpretações precoces, recomendação que se estende aos analistas.

Nas discussões sobre a técnica psicanalítica na obra freudiana, as interpretações tiveram espaço maior do que as construções em análise. A centralidade da técnica interpretativa foi revista em um de seus últimos trabalhos. Freud (1937/1996) destaca que no tratamento analítico as construções não seguem uma sequência, diferentemente das construções de casas: os fragmentos na análise são alternados e construídos conforme os novos conteúdos são manifestados:

Mas acho que ‘construção’ é de longe a descrição mais apropriada. ‘Interpretação’ aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, tal como uma associação ou uma parapraxia. Trata-se de uma ‘construção’, porém, quando se põe perante o sujeito em análise um fragmento de sua história primitiva, que ele esqueceu, aproximadamente da seguinte maneira: ‘Até os onze anos de idade, você se considerava o único e ilimitado

¹³ Faraó da XVIII dinastia egípcia, governou de 1332–1323 a.C., cujo nome original era Tutankhaten, conhecido popularmente como Rei Tut. Sua tumba foi descoberta em 1922, no Vale dos Reis, pelo arqueólogo Howard Carter, por meio de escavação financiada por Lord Carnarvon.

¹⁴ Carruagem de guerra com uma carroceria puxada por dois cavalos, utilizado em combates na Antiguidade.

possuidor de sua mãe, apareceu então um outro bebê e lhe trouxe uma séria desilusão Sua mãe abandonou você por algum tempo e, mesmo após ao reaparecimento dela, nunca mais se dedicou exclusivamente a você. Seus sentimentos para com ela se tornaram ambivalentes, seu pai adquiriu nova importância para você..., e assim por diante” (FREUD, 1937/1996, p. 275)

Freud considera que, em análises com a predominância de sentimento de culpa, necessidades masoquistas e punição do paciente pelo analista (denominada *reação terapêutica negativa*), o paciente responde a uma construção equivocada com o agravamento do quadro e a intensificação dos sintomas.

Daniel Kupermann (2003) destaca no estudo freudiano *O problema econômico do masoquismo* (1924): para se evitar o desamparo nos masoquismos secundários, masoquismo feminino e masoquismo moral, ocorre uma identificação narcísica com o objeto, submetendo-se ao outro, onde a perda é vivenciada como insuportável, pois culpa e “necessidade de punição do ego se conjugam a um incremento do poder mortífero do superego, pelo retorno da pulsão de morte sobre o próprio sujeito, sendo que, assim, o ego fica submetido ao superego, oferecendo-se a ele como objeto” (KUPERMANN, 2003, p. 206).

O psicanalista enfatiza que superar o pai é transgredir sublimatoriamente, algo que implica renúncias de referências egóicas consolidadas e a despossessão da identificação narcísica, prevenindo manifestações dos masoquismos secundários e favorecendo a existência criativa.

Na prática clínica é imprescindível a reflexão constante para não reproduzirmos relações de submissão, em que o paciente fica aprisionado no saber técnico do analista, tornando-se sua extensão e inviabilizando trocas e encontros. Como alerta Coelho Junior (2008, p. 21), “Uma experiência de subjetivação em que só se assimile o semelhante acaba por tornar-se o permanente exercício da mesmice, da identidade fixa como recusa à alteridade, com a clara exclusão da ética”.

3.1 MITO DE CRONO

Na mitologia grega, o deus Cronos simboliza a personificação do tempo: “Crono devora, ao mesmo tempo que gera; mutilando a Urano, estacando as fontes da vida, mas torna-se ele próprio uma fonte, fecundando Reia” (BRANDÃO, 2015/2020, p. 208). A castração de Urano

promove impotência e impossibilita a transmissão transgeracional¹⁵ do poder por meio de novos herdeiros. O mito possui em seu enredo a rivalização entre pai e filho e a destituição da autoridade paterna pela passagem ao ato, trama semelhante à crônica *José e o Parricídio*.

Os mitos desconsideram o tempo linear e irreversível, pois seguem um tempo ritualizado, que é eterno e circular: “É precisamente essa reversibilidade que liberta o homem do peso do tempo morto, dando segurança de que ele é capaz de abolir o passado, de recomeçar a sua vida e recriar seu mundo” (BRANDÃO, 2015/2020, p. 42).

Todos os povos em algum momento de sua história tiveram a necessidade de criar lendas ou relatos fantásticos para compreender o mundo e a sua existência. Segundo Grimal (1993), na mitologia clássica os mitos sobre as origens dos deuses e do universo são classificados como mitos teogônicos.

No início era o Caos¹⁶, o Vazio, compreendido como força motriz do universo. Nix, a personificação da Noite, e seu irmão Érebo, a escuridão, são rostos das trevas que coexistem no Caos, mas aos poucos vão se desprendendo do Vazio. A Noite transforma-se em uma imensa esfera, suas metades se separam como um ovo e nasce Eros, o Amor. Uma dessas metades se torna Urano – o Céu – e a outra, côncava, Gaia¹⁷ – a Terra –, e dessa união são geradas as primeiras gerações de divindades constituídas pelos Titãs, entre eles Cronos, o mais jovem, as Titânidas, os Ciclopes e os Hecatônqueros, os monstros dos cem braços. Urano obrigou todos os filhos a permanecerem enterrados nas profundezas da Terra. Cronos, com a ajuda de sua mãe, Gaia (que forjou uma foice), castrou o próprio pai, cortando seus testículos no momento em que o casal estava envolvido em um abraço – alusão ao ato sexual. O sangue que caiu na Terra fecundou as Erínias, os Gigantes e as Melíades, ninfas dos freixos; da espuma da do membro que é lançada ao mar nasceu Afrodite. Cronos assumiu o reino do Universo, casou-se

¹⁵ Kaës (2011, p. 219) recorda que o conceito de transmissão geracional é um processo inconsciente, transpõe as gerações. Permite o contato com uma experiência que não foi vivenciada em primeira pessoa consequentemente, mas o conteúdo transmitido permanece latente, “estranho a consciência e se torna indizível”.

¹⁶ “Vazio primordial, vale profundo, espaço incomensurável” (BRANDÃO, 2015/2020, p.162).

¹⁷ Segundo Brandão (2015/2020, p. 195), Gaia simboliza a fundação materna: “é a Tellus, a Mãe-Terra. Concede e retoma a vida. Prostrando-se ao solo, exclama Jó 1,21: *Nu sai do ventre da minha mãe, nu para lá retornarei. Revertere ad locum tuum*, volta a teu lugar, é um lembrete que alguns cemitérios gostam de estampar... Guardiã da semente da vida, em todas as culturas sempre houve ‘enterros’ simbólicos, análogos às imersões batismais, seja com a finalidade de fortalecer as energias ou curar, seja como rito de iniciação. De toda forma, esse *regressus ad uterum*, essa descida ao útero da terra, tem sempre o mesmo significado religioso: a regeneração pelo contato com as energias telúricas; morrer para uma vida a fim de renascer para uma vida nova e fecunda”.

com sua irmã, a titânida Reia, e aprisionou seus irmãos nas profundezas do Tártaro¹⁸. Ele é amaldiçoado por Gaia com a profecia de que seria destituído do poder por um de seus herdeiros. Para evitar a realização da previsão, engoliu os filhos após o nascimento, entre eles: Hades, Poseidon, Hera, Deméter e Héstia. No parto do último filho de Zeus, Reia enganou o marido e fez com que ele comesse uma pedra enrolada em panos no lugar da criança. O bebê foi escondido em uma caverna em Creta, confiado às Ninfas e aos Curetes. Ao atingir a maturidade, Zeus retornou e envenenou Cronos, que vomitou os filhos, e em seguida inicia-se uma guerra com duração de dez anos. Os Titãs ficaram ao lado de Cronos e os monstros do Tártaro tomaram partido de Zeus e dos seus irmãos, os Cronidas. Zeus destrona o pai e assume o trono do Olimpo, onde Cronos e os Titãs são acorrentados e aprisionados no Tártaro (BRANDÃO, 2015/2020).

Percebe-se nos mitos de criação a transgeracionalidade dos sentimentos autoritários e a impossibilidade do pai primevo em reconhecer a individualidade dos filhos. Está ausente a interdição ao parricídio, pois nestes exemplos perpetuam a continuidade do laço social. A existência dos herdeiros é experimentada como ameaçadora, e são projetados sentimentos persecutórios e fantasias de castração, um impedimento ao gozo déspota. Na passagem ao ato de devorar ocorre a incorporação do objeto, que representa os pais que devoram simbolicamente a existência dos filhos e desconsideram a sua alteridade.

Cronos castra o pai com a ajuda de Gaia, mentora do crime, e a mãe fornece uma foice para o descendente. O filho interrompe o ato sexual entre os pais, e cortar o falo simboliza a perda do poder e a interdição ao gozo paterno. Gaia entrega o falo do marido ao filho. Reia também auxilia Zeus na destituição da autoridade paterna, e ela esconde o filho até que ele atinja a maturidade, ajudando em seu retorno para destronar o pai e ocupar sua posição. Essas mães são cúmplices dos filhos na destituição do poder paterno pela passagem ao ato. Nos dois mitos a perpetuação da lei paterna se mantém mesmo após a exclusão do pai do triângulo edipiano e, por meio da proibição do incesto entre mãe e filho, o gozo da mãe primeva é interdito.

No mito de Cronos, Zeus está sob ameaça de morte pelo pai e, assim como José, o pai dele puxou uma foice e só não o matou porque o golpe não o atingiu. No discurso de José é possível identificarmos que uma das motivações do parricídio foi defender a honra materna, o que proporciona a ilusão de uma preservação narcísica. A criança apresenta a fantasia de que a mãe é uma santa, não faz sexo, e com o amadurecimento essa idealização vai desaparecendo.

¹⁸ Local de suplício permanente dos criminosos mortais e imortais.

Quando o pai xinga a mãe de José de “quenga”, autoriza o gozo materno com outros homens e destrói a ilusão simbiótica entre mãe-bebê, de ser o único objeto do gozo materno:

- Sabe qual foi a primeira coisa que meu pai falou quando me viu?
- Como que está aquela rapariga? Quenga!
- “Quenga é a sua mulher!”. Meu sangue ferveu naquele momento.
(relato de José)

O pai de José puxou uma foice, o golpe não o atingiu, mas juraram-se de morte. Estabeleceram um “pacto de morte”. Observamos também outro episódio, este durante o cárcere, em que o parricida rivaliza com a figura masculina, vislumbrando a repetição da passagem ao ato homicida com a justificativa de defender a honra materna:

- Ele me xingou de filho da puta. Filho da puta! “Vou matar esse filho da puta!”. Existe um código de conduta na prisão, ele desrespeitou a minha mãe! O duelo foi marcado para o dia seguinte, na Rua 10. Na noite anterior afiei a minha faca, fiquei pensando que não tinha mais volta. Estava mais uma vez disposto a matar pela minha honra, mesmo com o risco de aumentar o tempo de cadeia. (relato de José)

José tinha o desejo de ser pai, e a descoberta de que Pretinha havia interrompido a gestação o fez entrar em contato com a recusa dela em ter um filho dele e, conseqüentemente, uma parte dele, despertando sentimentos de rejeição. Pretinha tinha um segredo: José havia sido excluído do triângulo edipiano, impedido de participar da decisão de construir uma nova família. Ele vivenciou o aborto do filho como uma castração, que evidencia a sua falta, destrói as suas fantasias onipotentes e impede que ele ocupe simbolicamente o lugar do pai morto, conforme observamos no trecho a seguir:

- Fiquei sabendo por outras pessoas que ela estava grávida e fez um aborto. Ela não me contou nada! Eu tinha o direito de participar dessa decisão. O filho era meu! Nunca vou saber como seria ter esse filho, tinha o sonho de ser pai, mas o destino não permitiu. Gostaria de ser o pai que eu não tive... Na outra semana quando ela apareceu, assim que nos olhamos ela percebeu que eu já sabia. Ficamos em silêncio e ela começou a chorar, pedi para ela ir embora e nunca mais voltar. Não posso perdoar a Pretinha, ela matou o meu filho!
(relato de José)

Rank, em *O Trauma do Nascimento* (1923/2016), identifica que as representações humanas do céu e do inferno são projeções das fantasias e das angústias intrauterinas. As punições do inferno são equivalentes ao universo subterrâneo da civilização grega, reproduzem o aprisionamento e o calor intrauterino. O senhor deste inferno, o diabo, possui traços perversos

do pai primevo, transforma as sensações prazerosas em desprazer. A garganta do diabo é a simbolização da mãe primitiva, cruel e ameaçadora, representada pelas bruxas na Era Medieval e na Inquisição.

Os suplícios que, na mitologia grega, ocorriam no Tártaro, foram reproduzidos na história da humanidade. Cita como exemplo o mito de Tântolo, personificação da abundância e da riqueza, que foi punido pela arrogância em buscar assemelhar-se aos deuses. Obrigado a equilibrar uma pedra em sua cabeça, foi condenado a passar fome e sede pela eternidade, era testado em banquetes dos deuses em que serviam carne humana, e em representações/manifestações artísticas aparece num sarcófago preso em uma roda. Na Idade Média, as bruxas eram torturadas, esquartejadas e queimadas em fogueiras. Os parricidas eram punidos com a perda da visão ou afogamento, jogados no mar dentro de um saco:

Tudo isso demonstra o caráter indestrutível do desejo do inconsciente, tal como Freud o caracterizou, que dirige contra si mesmo as penas mais terríveis que o homem poderia imaginar e os sintomas físicos das neuroses, revestida sob a forma da primeira e mais intensa experiência de prazer, a da vida intrauterina. Deste modo, não parece impossível mas, antes, compreensível, que essas punições não apenas sejam suportadas, como também sentidas como prazerosas o que, a propósito, as práticas masoquistas demonstram cotidianamente. Isso também explica em grande parte o caráter prazeroso de certos sintomas neuróticos, nos quais o paciente faz de si mesmo prisioneiro, recolhendo-se a um quarto e trancando-se lá dentro, ou fantasiando que um mundo inteiro é um cárcere, o que lhe proporciona um bem-estar inconsciente. (RANK, 1923/2016, p. 121-124)

A pena atribuída aos parricidas na idade das Trevas remete à autopunição de Édipo, ao furar os próprios olhos. Ocorre o mecanismo de identificação projetiva¹⁹: ao cegar o Outro, é possível deixar de enxergar, reprimir e punir os próprios desejos parricidas, que precisam ficar nas profundezas do oceano, submersos no inconsciente. José recorda o período de detenção com sofrimento, mas em alguns momentos a privação de liberdade é vivenciada com prazer, como o jogo de futebol, as visitas íntimas e o uso de drogas no cárcere.

No Império Romano um dos parricídios mais conhecidos foi articulado pelo imperador Nero (37-68 d.C.), filho do cônsul Cneu Enobardo, acusado de matar o pai junto à sua sobrinha de segundo grau Agripina, irmã do imperador Calígula. O ditador ficou órfão de pai aos 2 anos

¹⁹ Laplanche e Pontalis (1982, p. 232) indicam que a expressão foi introduzida por Melanie Klein em 1946: “são fantasias que o sujeito introduz a sua própria pessoa (*his self*) totalmente ou em parte no interior do objeto para o lesar, para o possuir ou para o controlar”. É uma modalidade da projeção, o sujeito rejeita para o exterior os aspectos maus que recusa em si.

de idade e foi adotado pelo novo cônjuge de sua mãe, que também era tio dela, Claudio, sucessor de Calígula ao trono.

Historiadores atribuem o envenenamento de Claudio à Agripina e Nero, herdeiro na linha de sucessão que assumiu o poder aos 16 anos. Reinado marcado por um período de tirania e hedonismo, afastou-se de sua mãe, que tinha participação ativa no senado e apoiava um golpe político com Britânico, seu meio-irmão, que foi envenenado na cerimônia de emancipação aos 14 anos. Nero, farto das influências de Agripina, planeja o assassinato de Agripina e ordena um naufrágio, mas ela escapa do acidente. Posteriormente, ciente da conspiração do filho, a imperatriz retorna a Roma, mas ele envia homens ao seu quarto para matá-la. Especula-se que existia uma relação incestuosa entre eles, e era explícito o interesse sexual de Nero por sua mãe ao participar da morte do padrasto; ao se deitar com sua progenitora, ocorre a realização dos desejos edipianos.

Quando ordena a execução de Agripina, parece uma tentativa de eliminar também os desejos incestuosos, destruindo o objeto de amor primário por meio da passagem ao ato. Importante salientar que Sêneca foi o tutor do jovem Nero a partir dos 11 anos de idade. O imperador ordenou que o filósofo cometesse suicídio, e antes do ato teria dito: “Dado o fato de Nero ter matado sua mãe e seu irmão, não é de se estranhar que ele tenha matado também o seu tutor”.²⁰

Os atos violentos e o ato parricida cometidos por Nero são constantemente associados à perversão e a loucura. Aqui apresentamos um estudo de caso com o intuito de despertar novos olhares acerca de um ato parricida cometido por um neurótico.

²⁰ ESTOICO. *Morte de Sêneca*: Uma lição de como abordar a Adversidade. O Estóico: Filosofia Atual e Prática, 2020. Disponível em: <https://www.estoico.com.br/1516/morte-de-seneca-uma-licao-de-como-abordar-a-adversidade/>. Acesso em: 05 nov. 2022.

4 A TRAVESSIA DE FREUD PELO CONCEITO DO COMPLEXO DE ÉDIPPO

Este item e os demais propõem-se a explorar as origens e o desenvolvimento do complexo nuclear das neuroses por meio das correspondências de Freud a Fliess, do mito científico *Totem e Tabu* (1913) e de textos que abordam as principais contribuições do inventor da psicanálise sobre o conflito edípiano.

O surgimento do conceito edípiano foi concomitante ao estabelecimento da Psicanálise enquanto ciência, promovendo a transformação do conhecimento. Porém, as descobertas do funcionamento inconsciente e, conseqüentemente, a repressão dos desejos incestuosos e parricidas foram acompanhadas de resistências por uma parcela conservadora da sociedade que, ao recusar o complexo, nega os desejos reprimidos.

Um século antes da invenção da Psicanálise, o filósofo Diderot, em *De Le Neveu de Romeau*, já anunciava a relevância do complexo de Édipo, enfatizando a diferença entre o homem primitivo e o homem civilizado, conforme Freud (1940[1938]/1996) citara²¹ em trabalhos anteriores: “Se o pequeno selvagem fosse abandonado a si mesmo, se conservasse toda a sua imbecilidade e reunisse ao pouco de razão da criança de berço a violência das paixões do homem de trinta anos, estrangularia o pai e dormiria com a mãe” (DIDEROT, s.d.²² apud FREUD, 1940 [1938]/1996, p. 204).

Freud conclui que a maior descoberta da Psicanálise é o complexo de Édipo reprimido, e o conceito merece um lugar de reconhecimento entre as aquisições mais preciosas da humanidade.

O enigma²³ da Esfinge²⁴ inspirou este capítulo, estimulando a aproximação entre as fases do desenvolvimento humano e o percurso de elaboração do conceito edípiano, suas

²¹ Nota do tradutor, citado em “Conferência XXI” de suas *Introductory Lectures* (1916-17), Standard Ed., 16, 337-8.

²² “*Si le peti sauvage était abandonné à lui même, qu'il conservât toute son imbecilité, et qu'il réunit au peu de raison de l'enfant au berceau la violence des passions de l'homme de trente ans, il tordrait le cou à son père et coucherait avec sa mère*” (DIDEROT, s.d. apud FREUD, 1940 [1938], p. 204).

²³ Em grego, *anigma* significa algo obscuro ou equívoco. Segundo Delcourt os gregos eram fascinados pelos enigmas. O livro X do *Dipnosofistas* (Banquete de sábios), de Ateneu (séc II-III d. C.), era repleto de adivinhações (BRANDÃO, 2015).

²⁴ Segundo Brandão (2015, p. 257-258), o termo é de origem grega, *Sphinks*, na etnologia popular, *sphinguein*, e significa “‘envolver, apertar, comprimir, sufocar’”. Monstro feminino, com rosto e por vezes, seios de mulher, peito, patas e cauda de leão e dotado de asas, a esfinge figura sobretudo no mito de Édipo e no ciclo tebano. Este monstro fora enviado por Hera, a protetora dos amores legítimos, contra Tebas, para punir a cidade do crime de Laio, que raptara Crisipo, filho de Pélops, introduzindo na Hélade à pederastia. Postada no monte Fíquion, próximo da cidade, devastava o país, devorando a quantos lhe passassem ao alcance”.

origens, o amadurecimento e o declínio. O clássico questionamento que a guardiã de Tebas, símbolo da feminilidade pervertida, dirigia aos viajantes, aniquilando aqueles que não o decifravam, era: “Que animal anda pela manhã sobre quatro patas, à tarde sobre duas e à noite sobre três?”, e Édipo responde: “É o homem porque, quando pequeno, engatinha sobre os quatro membros; quando adulto, usa as duas pernas; e, na velhice, caminha apoiado a um bastão, necessita de bengala”. Quando o enigma foi decifrado, a Esfinge, frustrada, atirou-se num precipício e morreu.

Segundo Rank (1923/2016) a esfinge é um símbolo materno, possui um caráter devorador e é representante da angústia enquanto experiência psíquica. Sua função é demonstrar a necessidade do retorno à mãe para superar a angústia de nascimento, que corresponde às regressões do neurótico. O mito apresenta o “duplo episódio da esfinge” e repete o trauma sexual vivenciado no complexo de Édipo, enquanto a esfinge é a própria expressão do trauma. A primeira alusão literária da Esfinge, na *Teogônia* de Hesíodo, cita que Rosher Lexikon identifica que ela é fruto do incesto entre Equidna, moradora da caverna subterrânea de Arimes, que se relacionou com o seu próprio filho. Ao decifrar o enigma e não ser devorado, o herói supera a angústia primitiva, angústia do nascimento, impedindo a realização das fantasias edípicas. A esfinge simboliza:

[...] por um lado e por seu conteúdo latente, que aquele que deseja retornar para a sua mãe corre o perigo de ser devorado; por outro, e por seu conteúdo manifesto, ela representa o ato de geração em si e os obstáculos que se impõem, uma vez que a parte superior do corpo, que é humana, sai da parte inferior (maternal), que é animal, sem poder se separar em definitivo dela. (RANK, 1923/2016, p. 131-132)

As esfinges egípcias *Shesepuannkh* são do sexo masculino e não possuem asas: são símbolos solares, opostos às esfinges gregas, que são femininas e com asas (BRANDÃO, 2015/2020). Guardiãs do Egito, dos umbrais e das múmias, são encontradas também nas entradas dos templos; o corpo de leão simboliza sua força, e sua cabeça real, iluminada, a inteligência. Apresentam serenidade, não expressam o terror como as máscaras das tragédias gregas e, sem um enigma fatal, representam a plenitude. Transitando por Creta e Micenas, são difundidas na Europa com aspectos semelhantes aos das sereias, “cruéis cantoras”, que se tornam a representação da feminilidade sedutora e opressora, ávidas por sangue e prazer erótico, violando sexualmente os jovens e os devorando.

4.1 AS ORIGENS DO CONCEITO

A apresentação do Complexo de Édipo na obra freudiana está intimamente relacionada com a descoberta do inconsciente. Em *A Interpretação dos sonhos* (1900/1996), Freud discorre sobre a primeira tópica, funcionamento dos mecanismos inconscientes e conflito psíquico, e expõe as fantasias e os desejos edípicos inconscientes e o funcionamento do recalque. Na apresentação do prefácio à primeira edição brasileira em 1931, destaca-se a manifestação de Freud sobre sua obra: “a mais valiosa de todas as descobertas que minha boa fortuna permitiu-me fazer. Revelação como esta, o destino nos concede apenas uma vez no curso de nossa existência” (FREUD, 1931/1996, p. 16, prefácio). Surpreende o fundador da psicanálise apontar a influência do destino na descoberta de uma das feridas narcísicas da humanidade. Podemos considerar um excesso de modéstia ou estaria negando os seus conteúdos inconscientes na descoberta do enigma psíquico?

Segundo James Strachey (1969/1996), editor da *Standard Edition* inglesa, Freud teria finalizado *A Interpretação dos Sonhos* no inverno de 1899, apesar de a publicação aparecer datada como do início do século XX. Freud recebeu dois exemplares com antecedência e, com um deles presenteou Fliess, em seu aniversário. O editor ressalta que o clássico literário científico e *Os Três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905) foram obras mantidas atualizadas em suas edições posteriores. Os ensaios de Otto Rank, *Os sonhos e a Literatura Criativa e Sonhos e Mitos*, foram adicionados ao término do capítulo VI, no período de 1914 até 1922, e excluídos das edições subsequentes. Strachey conclui que, embora não seja possível afirmar uma relação específica entre o Complexo de Édipo e a teoria dos sonhos, é impossível desconsiderar as origens infantis dos desejos encobertos nos sonhos.

Em outubro de 1896 faleceu o pai de Freud, motivando sua autoanálise, e foi quando o psicanalista se afastou definitivamente de Breuer e estreitou o vínculo com Fliess. No prefácio à segunda edição de *A Interpretação dos sonhos* (1900/1996), Freud enfatiza a obra como peça de sua autoanálise e expressão do luto paterno: “isto é, ao evento mais importante, à perda mais pungente da vida de um homem. Tendo descoberto que assim foi, senti-me incapaz de obliterar os vestígios dessa experiência” (FREUD, 1900/1996, p. 32). Freud pôde acessar os sentimentos ambivalentes em relação à figura paterna, e as reflexões iniciais sobre o Complexo de Édipo, que se tornaria o complexo nuclear das neuroses, convergem com esse período, conforme as correspondências escritas por Freud a Fliess, em 1897.

O público foi apresentado às correspondências entre eles no período de 1887 a 1902, na publicação alemã de 1950, intitulada: *Sigmund Freud, Aus den Anfängen der Psychoanalyse*.

Briefe an Wilhelm Fliess, Abhandlungen und Notizen aus den Jahren 1887-1902, organizada por Marie Bonaparte, Anna Freud e Ernst Kris. A edição apresentava omissões e abreviações com o intuito de manter o sigilo pessoal e profissional do autor, revelando principalmente os fatos científicos e o contexto sociopolítico na origem da psicanálise. Na edição realizada por Jeffrey Moussaieff Masson, com o auxílio e permissão de Anna Freud, após aproximadamente cem anos, constam as correspondências completas desse período e os documentos encontrados na Biblioteca Nacional e Universitária Judaica, em Maresfield Gardens, em Londres, moradia de Freud em seu último ano de vida, e na coleção privada de Robert Fliess.

Masson (1986) apresenta as trocas de cartas entre Ida Fliess e Freud, iniciadas pela viúva em dezembro de 1928, logo após o falecimento do marido em dezembro daquele mesmo ano. Ela solicitou as cartas de Fliess endereçadas a Freud, que lhe respondeu que possivelmente o material havia sido destruído em 1904. As cartas que ela possuía foram vendidas para um negociante de obras de arte e posteriormente adquiridas por Marie Bonaparte, em dezembro de 1936. Nestas cartas eram evidentes o desconforto de Freud, a importância das correspondências e o desacordo com a possível publicação desse material, conforme resposta enviada à princesa em 3 de janeiro de 1937: “Nossa correspondência foi a mais íntima que você possa imaginar. Seria altamente embaraçoso que viesse a cair nas mãos de estranhos... Não quero que nenhuma delas seja conhecida pela chamada posteridade...” (FREUD, 193, p. 7). Para nossa sorte, Anna Freud e Marie Bonaparte destituíram a autoridade paterna, e seus representantes, a autoridade do mestre, proporcionando à humanidade acesso aos pensamentos e sentimentos mais íntimos de Freud e aos processos criativos em suas primeiras descobertas psicanalíticas.

Freud, em *Extratos dos Documentos dirigidos a Fliess* (1950[1892-1899]), na “Carta 64”, datada de 31 de maio de 1897, Viena, anuncia que estava próximo de encontrar a origem da moralidade. O sonho com conteúdos eróticos com Mathilde, sua filha mais velha, o conduz à mitologia grega. Ele interpreta o sonho como a realização do próprio desejo de encontrar um pai responsável pela neurose, que posteriormente seria concretizado em seu romance familiar. No rascunho “N”, anexo à carta, Freud realiza a primeira indicação do Complexo de Édipo: “Parece que esse desejo de morte, no filho, está voltado contra o pai e, na filha, contra a mãe” (FREUD, 1897/1996, p. 311).

O psicanalista explicita o conceito do Complexo de Édipo, produto do aprofundamento de sua autoanálise, na “Carta 71”, datada de 15 de outubro de 1897, Viena. Freud narra uma recordação anterior aos seus 3 anos de idade, em que apontava desesperadamente para uma arca (*Kasten*, também “caixa”) na presença de seu meio-irmão Philipp, vinte anos mais velho que ele. Ao constatar a ausência de sua mãe dentro do armário, *Schrank* (primeira recordação da

imagem), intensifica o choro até o momento em que ela surge no ambiente. Freud compreende que: “Ao sentir falta de mamãe, temi que ela tivesse desaparecido de mim, tal como acontecera, pouco tempo antes com a velha babá” (FREUD, 1897/1996, p. 321). Aproximadamente quarenta anos após o episódio, o ato analítico suscitou reminiscências infantis e a necessidade de buscar mais informações sobre sua infância, questionando sua mãe sobre a babá. No relato materno a babá aparece como uma senhora já mais velha que costumava levar o pequeno Freud à igreja e retornava com sermões sobre “Deus todo-poderoso”. No período do resguardo materno da irmã caçula de Freud, Anna, dois anos e meio mais nova que ele, descobriram que a babá praticava furtos na residência, inclusive foram encontrados nos pertences de Freud moedas e brinquedos que a ele eram presenteados. Nos conteúdos oníricos do psicanalista no período de sua autoanálise, continham manifestações encobertas desse episódio e reminiscências de incitações para ele furtar moedinhas e entregá-las à babá.

Por iniciativa de Philipp, levaram a babá ao tribunal, que foi sentenciada a dez meses de reclusão de liberdade. Freud associou o fato de ela ter sido “trancafiada” com “encaixotada” – o meio-irmão usava muitos trocadilhos. Em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (1901/1996), Freud aprofunda suas interpretações sobre esse episódio: devido à imaturidade do psiquismo infantil, suspeitou que o irmão teria “encaixotado” a mãe no armário, assim como havia feito com a babá. Em nota de rodapé acrescentada em 1924, ele interpreta o armário ou arca como símbolo do ventre materno. Philipp ocupou o lugar do pai como seu rival, tornando-se suspeito de ter introduzido a criança recém-nascida, Anna, no ventre materno, e expressando também a curiosidade infantil sobre a origem dos bebês.

No relacionamento entre Freud e a babá, ela ocupou transferencialmente o lugar de um representante materno, porém conservou os sentimentos de amor para sua mãe e direcionou os sentimentos de ódio para babá. O episódio em que foi seduzido pela babá para cometer furtos parece ter sido traumático, conforme identificamos em correspondência anterior a Fliess, rascunho anexo à “Carta 61”, datada de 2 de maio de 1897, Viena. Freud generaliza as empregadas domésticas como “pessoas de baixo padrão moral” e com um imenso sentimento de culpa, expressado por “autocensura” como furto e aborto. Segundo ele ainda, normalmente elas se envolvem sexualmente com o patriarca ou com o filho da família para qual prestam serviços, e alerta para uma identificação das filhas com a babá e a sublimação das fantasias eróticas, manifestadas pelo medo de se tornar prostituta, medo de andar desacompanhada nas ruas e medo de um homem esconder-se embaixo de sua cama.

Retornando à “Carta 71”, Freud identifica paixão por sua mãe e os ciúmes de seu pai, constatando a universalidade do fenômeno, presente no início da infância e simbolizando sua

teoria com a tragédia *Édipo Rei*: “Cada pessoa da plateia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada diante da realização do sonho aqui transposta pela realidade, com toda carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual” (FREUD, 1897/1996, p. 322).

Continua com sua análise do conflito edipiano presente em Hamlet apontando uma identificação do inconsciente de Shakespeare com o inconsciente de seu protagonista. Ele atribui um sentimento inconsciente de culpa na hesitação do herói em vingar o homicídio paterno e o reconhecimento de desejos parricidas e incestuosos.

A primeira exposição do Complexo de Édipo na obra freudiana ocorre em *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1996, p. 292), onde Freud simboliza o conflito com a tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles: “Muitos homens sonham em ter relações sexuais com suas mães, e mencionaram esse fato com indignação e assombro. Essa é claramente a chave da tragédia e o complemento do sonho de o pai do sonhador estar morto”. Quando produzidos por adultos, estes conteúdos são acompanhados de sentimentos de culpa, horror e autopunição. A fantasia infantil imaginária em *Hamlet*, de Shakespeare, permanece recalcada, como na neurose. Freud ressalta que a poesia trágica foi escrita após a morte do pai de Shakespeare, presumindo que os sentimentos infantis haviam sido revividos. Existe uma semelhança entre o nome do herói e do filho do poeta que morreu ainda criança “Hamnet”, o que demonstra a projeção dos conflitos infantis inconscientes do autor.

Sobre a autoridade de um pai déspota Freud utiliza os mitos de Cronos, que devorou seus filhos, e de Zeus, que destronou o pai, tornando-se rei em seu lugar, para ilustrar a rivalização entre pai e filho e a necessidade de destituição da autoridade paterna por meio do ato. É um indício preliminar dos pensamentos que serão desenvolvidos por Freud em *Totem e Tabu* (1913/1996), observando os sentimentos hostis e o desejo de morte também nos vínculos fraternos. Normalmente, nos sonhos de morte de entes queridos, os desejos recalçados driblam a censura e são apresentados inalterados, o que demonstra uma proximidade com desejos que não poderíamos nem sonhar: “a censura do sonho não está armada para enfrentar tal monstruosidade, da mesma forma que o código penal de Sólon não continha nenhuma punição para o parricídio” (FREUD, 1900/1996, p. 295).

Ernest Jones, em *A Vida e Obra de Sigmund Freud V.2* (1953/1989), apresenta a correspondência de Freud a Sándor Ferenczi, datada de 6 de outubro de 1910, e é possível perceber que o rompimento da amizade com Fliess foi traumático, assim como o reconhecimento da renúncia de seus desejos homossexuais:

Você não apenas observou, mas também compreendeu que já não tenho nenhuma necessidade de desvendar minha personalidade por completo, e rastreou esse fato acertadamente até sua razão traumática. Desde o caso com Fliess, em cuja superação você me viu ocupado recentemente, essa necessidade se extinguiu. Parte da catexia homossexual foi retirada e empregada para ampliar meu próprio ego. Logrei êxito onde o paranóico fracassa. (JONES, 1953/1989, p. 94)

A apresentação do conflito edipiano e a constatação de sua universalidade na obra freudiana coincidem com o período de morte do seu pai, sua autoanálise e da amizade mais intensa com Fliess. Inevitável a interpretação das relações transferenciais, que parecem ter sido imprescindíveis no nascimento do conceito do Complexo de Édipo. Após a publicação de *A Interpretação dos Sonhos*, Freud afasta-se de Fliess, demonstrando uma boa resolução do seu conflito paterno, produto de sua autoanálise.

4.2 O AMADURECIMENTO COM O MITO CIENTÍFICO

Freud, em *Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens* (1910), introduz o Complexo de Édipo, mas sem uma conceitualização. A elaboração do conceito como conhecemos acontece nos anos 20, em *Três ensaios*, introduzindo a centralidade da castração. Nesse intervalo, Freud constrói o mito da horda primeva, *Totem e Tabu* (1913), provocando a sociedade a refletir sobre seus tabus primevos, o incesto e o parricídio.

No prefácio de *Totem e Tabu* (1913/1996), escrito em Roma, o psicanalista propõe uma convergência entre a Psicanálise e a Psicologia Social, identificando os estímulos iniciais na obra de Wundt e nos trabalhos de Jung, que aproximavam a psicologia individual da social. Ele também propõe compreender as origens do totemismo e suas reminiscências infantis, assim como suas manifestações ao longo do amadurecimento, com o intuito de confirmar sua hipótese da estreita relação entre totens e tabus.

Na introdução do mito científico, correção da publicada originalmente em 1950, Strachey destaca as contribuições dos estudos freudianos sobre os contextos históricos, antropológicos e arqueológicos à psicanálise e, entre elas, cita o horror ao incesto atrelado à repressão dos instintos, promovendo a ascensão da civilização. Freud, em rascunho anexo à “Carta 64”, datada de 31 de maio de 1897, Viena, define o incesto como antissocial e a necessidade de sua renúncia no processo civilizatório, pois os membros seriam impossibilitados de contatos externos. O editor inglês identifica a primeira exposição freudiana mais aprofundada sobre ascensão civilizatória e repressão dos instintos em *Moral Sexual Civilizada*

(1908). Porém, alerta para o antagonismo já implícito na teoria freudiana sobre o desenvolvimento da sexualidade e o mecanismo de sublimação, *Três Ensaios* (1905), e retoma o tema em *O Mal-Estar na Civilização* (1930).

Mezan, em *Freud Pensador da Cultura* (1985/2019), identifica em *Totem e Tabu* a confluência de diversos estudos e investigações freudianas, destacando os elementos: da neurose obsessiva nos sentimentos ambivalentes e nos tabus; da psicose nos mecanismos de projeção e no narcisismo; e da fobia no simbolismo paterno do animal totêmico, consolidando a universalidade do Complexo de Édipo, conflito restrito às fantasias neuróticas. Nota-se que a obra de referência na antropologia psicanalítica compreende a elaboração do complexo paterno de Freud, conflitos pertencentes aos primórdios do movimento psicanalítico e ao relacionamento com Jung, em que ocupava a posição paterna. Em uma de suas cartas a Abraham, anunciava que a obra aceleraria a ruptura entre eles, provavelmente as relações “científicas”, pois as relações pessoais já haviam terminado em janeiro de 1913.

No primeiro ensaio do mito científico *O horror ao incesto*, Freud elege os aborígenes australianos como objeto de suas investigações, descritos pelos antropólogos como os selvagens mais atrasados – o que justifica seu interesse por um estágio de funcionamento psíquico primitivo, anterior ao desenvolvimento psíquico contemporâneo. Essas tribos possuem a existência do sistema do “totemismo”, o declínio do totem, e suas reminiscências são observadas na evolução da civilização por meio de suas transmissões para outras instituições sociais e religiosas.

Importante apresentar a definição do totem utilizada por Freud (1913/1996, p. 22): “Via de regra é um animal (comível e inofensivo, ou perigoso e temido) e mais raramente um vegetal ou um fenômeno natural (como a chuva), que mantém relação peculiar com todo o clã”, que representa o antepassado comum de todos os integrantes do clã, mantidos por laços totêmicos e não consanguíneos; é seu guardião e protetor, além de possuir um caráter ameaçador com os estranhos. Seus membros são proibidos de matar, devorar ou destruir o totem e devem exercer a exogamia, sendo interditas as relações sexuais e matrimoniais entre descendentes (do sexo oposto) pertencentes ao mesmo totem. A punição para o descumprimento dessas regras é a morte de seus violadores. Em nota de rodapé, Freud sugere que a descendência da proibição do incesto era mais antiga no gênero feminino, sobretudo para combate aos desejos incestuosos do filho, havendo maior liberdade do pai em consumir o incesto com as filhas. Etimologicamente o tabu é um termo polinésio com complexa tradução e significados ambivalentes, entre eles: “sagrado e impuro” e “consagrado e perigoso”, e possui um caráter implícito “inabordável”, manifestado por meio de “proibições e interdições”. Freud cita as observações de Wundt

(1906), em que o tabu é visto como representante do código mais antigo de leis não redigido da humanidade.

Mezan (1985/2019) ressalta que Freud descobre o mecanismo fundamental da ordem penal da humanidade: sentimentos idênticos no algoz e na vítima. A punição é um pretexto do grupo primitivo para condenar à morte o violador do tabu. A transgressão de um tabu estimula os demais, que são impedidos de repetir o ato pela intensificação da repressão, manifesta pela solidariedade entre os membros em punir o culpado. Por meio do castigo é possível realizar o desejo reprimido e ao mesmo tempo gratificar a instância repressora.

Freud (1913/1996) reconhece que a punição pela transgressão de um tabu era inicialmente regulada por um mecanismo interno, o tabu transgredido vingava-se. Em um segundo momento, a punição foi atribuída a manifestações divinas, deuses e espíritos e, posteriormente, a sociedade responsabilizou-se pelas penalidades dos violadores do tabu. No luto patológico, as *autocensuras obsessivas* são uma forma de responsabilização do ato, expressas pelas memórias de omissão de cuidados. Os sentimentos ambivalentes são manifestados pelo excesso de sentimentos afetuosos, conservando inconscientemente os sentimentos hostis.

Freud ainda relaciona a fé na onipotência dos pensamentos e no controle do universo dos povos primitivos com o narcisismo neurótico, comparando as fases do desenvolvimento humano com as do desenvolvimento libidinal:

A fase animista corresponderia à narcisista, tanto cronologicamente quanto em seu conteúdo; a fase religiosa corresponderia à fase da escolha de objeto, cuja característica é a ligação das crianças com os pais; enquanto que a fase científica encontraria uma contrapartida exata na fase em que o indivíduo alcança a maturidade, renúncia ao princípio do prazer, ajusta-se a realidade e volta-se para o mundo externo em busca do objeto de seus desejos (FREUD, 1913/1996, p.103)

Ainda, aproxima os primitivos dos neuróticos na supervalorização dos atos psíquicos, pois, embora os conteúdos sexuais nos neuróticos sejam reprimidos, ambos possuem pensamentos majoritariamente sexualizados, atribuídos aos aspectos regredidos narcísicos e à onipotência dos pensamentos. Freud concede a arte na contemporaneidade como herdeira dos pensamentos onipotentes, possibilitando a realização dos desejos e expressão dos instintos primitivos da humanidade. O surgimento do animismo é concomitante com a origem do sujeito primitivo, e suas percepções endopsíquicas são anteriores à busca por conhecimentos científicos, demonstrando o início da religião. A magia é expressa pelos sentimentos

onipotentes, e os espíritos e demônios são projeções dos impulsos internos, que incluem fontes narcísicas e libidinais. Como na paranoia, ocorre uma projeção dos conteúdos mentais, conflitos onipotentes e ambivalentes para o mundo exterior (FREUD, 1913/1996).

Duas teorias divergentes sobre a origem da exogamia e sua relação com totemismo são apresentadas por Freud (1913/1996): na primeira teoria, a exogamia é intrínseca à constituição do sistema totêmico, e na teoria proposta por Frazer (1910) são instituições que possuem origens independentes, mas se combinam acidentalmente na maioria das tribos. Existe um consenso entre a maioria dos estudiosos de que, cronologicamente, a origem do totemismo é anterior à origem da exogamia. Freud considera insuficiente a justificativa de um horror ao incesto inato na criação e na manutenção do sistema exógamo, pois existem inúmeras repetições de casamentos incestuosos na história da civilização, inclusive na contemporaneidade. Concorda com o argumento de Frazer (1910), que reconhece as punições expressas pelas leis como respostas aos instintos anteriores a essas proibições:

[...] as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos são de caráter incestuoso e que tais impulsos, quando reprimidos desempenham um papel que pode ser seguramente considerado — sem que isso implique uma superestima — como forças motivadoras de neuroses, na vida posterior. (FREUD, 1913/1996, p. 133)

As crianças possuem relacionamentos simétricos com os animais com equivalência ao relacionamento dos povos primitivos. O psicanalista constatou no quadro de fobias de animais na infância e na análise do “pequeno Hans” uma identificação com o animal totêmico e um deslocamento do medo que a criança possui do pai, estendendo para um substituto os conflitos ambivalentes do complexo de Édipo e na ameaça de castração. Nas sociedades em que são vigentes o sistema totêmico, o totem é representante de um ancestral comum e do pai primeiro.

Freud (1913/1996) afirma que na refeição totêmica ocorre identificação com o animal e a introjeção de seus aspectos santificados. Esse animal totêmico é um substituto da figura paterna: no ritual de assassinar, ocorre o luto obrigatório por um possível temor da vingança. Posteriormente, são expressos sentimentos festivos presentes na satisfação do desejo proibido, intensificando o vínculo entre os membros do clã. Nas tribos primitivas, encontra-se uma organização patriarcal na figura de um pai tirano que impõe o celibato e expulsa os filhos, resguardando todas as mulheres para si. Esses irmãos retornam, assassinam o pai e o devoram, introjetam os seus aspectos invejados e desejados. Dessa forma, na refeição totêmica encontra-se a repetição desse crime e o início da organização social, impedimentos morais e religiosos. É importante ressaltar que os filhos apresentavam sentimentos ambivalentes: odiavam o pai por

conta das restrições à satisfação dos desejos sexuais, mas também o admiravam. Satisfeitos o ódio e a identificação com os aspectos desejados, entraram em contato com os afetos recalcados e a impossibilidade de ocupar o lugar do pai, proporcionando um sentimento de culpa. Tentando inviabilizar o ato, proibiram a morte do totem e renunciaram às mulheres que haviam sido libertas. “Criaram assim, do sentimento de culpa filial, os dois tabus fundamentais do totemismo, que, por essa razão, corresponderam inevitavelmente aos dois desejos reprimidos do complexo de Édipo” (FREUD, 1913/1996, p. 151).

Freud conclui, em *Totem e Tabu* (1913/1996), que a eliminação do pai primevo pelo grupo fraterno proporcionou diversos substitutos paternos e a transmissão dos sentimentos reprimidos entre as gerações, por meio da cultura e dos cerimoniais ao longo do desenvolvimento da humanidade. O primórdio da civilização, da religião e da moralidade confluem para o complexo de Édipo. Assim como nas descobertas psicanalíticas, é o complexo nuclear de todas as neuroses. A ambivalência emocional foi desenvolvida no complexo paterno, os neuróticos são inibidos em suas ações e o pensamento substitui o ato e, enquanto os “primitivos” são desinibidos, o pensamento é transmitido pela ação, como o mito primevo ilustra que: “no princípio foi Ato” (FREUD, 1913/1996, p. 167).

O termo “primitivo” utilizado por Freud não é uma alusão ao selvagem australiano, pois caracteriza a ausência de vida psíquica, sendo anterior à existência de uma sociedade. Conforme argumenta Mezan (1985/2019), trata-se do homínido da horda. Mesmo os povos mais arcaicos possuem antepassados e uma história que precede a sua existência. Dolto (2013) destaca que no mito freudiano a proibição do incesto é anterior à aquisição das palavras, e o ato não é impedido por não existirem palavras, mas pelo medo da retaliação, de ser expulso pelo grupo por não se submeter à sua lei.

Necessário pensarmos sobre as implicações além do pacto totêmico e seus interditos. Kaës (2011) provoca a reflexão sobre os conflitos despertados pela herança na fratria e a transgeracionalidade dos sentimentos invejosos e narcísicos. A repetição da guerra entre os irmãos continua na história da humanidade, por meio de utopias igualitárias que fracassaram preconizando a repressão desses sentimentos introjetados. Os irmãos continuam até o presente momento buscando um novo pacto coletivo para assegurar sua descendência e sobrevivência.

O autor evidencia que a morte dos pais pode intensificar a rivalização entre os irmãos, porém em algumas fratrias permanecem entrelaçados por laços libidinais que se fortalecem e permitem o reconhecimento das diferenças, pois a morte do pai faz o filho mantido em cada um crescer. Eles não negam as rivalidades por meio de uma idealização, mas constroem a ilusão de um apoio temporário com o intuito de assegurar a continuidade do grupo familiar, por meio do

compartilhamento das lembranças em comum. Kaës (2011, p. 252) enfatiza a necessidade de os irmãos realizarem o trabalho de luto que compreende o trabalho psíquico da herança:

Esse trabalho se refere à perda dos pais comuns e à partilha da origem e dos objetos de amor. É um momento crucial do processo de transmissão da vida psíquica entre as gerações. O trabalho da herança comporta, portanto, dois polos, um narcísico, com a partilha da origem, e um outro objetual, com a partilha dos objetos de amor. Aquilo que cada um herda é, ao mesmo tempo, uma parte da origem e uma parte do amor parental. Essas partes devem ser partilhadas com outros.

4.3 O DECLÍNIO DO CONCEITO E SUAS REMINISCÊNCIAS

Freud, em *A organização genital Infantil* (1923/1996), realiza um desdobramento dos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905/1996), ressaltando a predominância do *falo* no gênero masculino e feminino. O menino, ao descobrir que o pênis não é uma possessão comum, levanta duas hipóteses: inicialmente, que crescerá um pênis na menina (ele ainda é pequeno nela), e posteriormente conclui a existência de um pênis nela que em algum momento foi perdido, havendo, com a castração, complexo originário da fase fálica. A menina associa a falta do pênis na mulher como decorrente de uma punição de instintos iguais aos seus, e em um primeiro momento desconhece essa falta em todas as mulheres; depois, retoma o conflito com questões em torno da origem dos bebês e percebe que as mulheres engravidam e geram filhos, reconhecendo a perda do pênis também em sua mãe.

Em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924/1996), Freud reitera a importância do conflito no psiquismo infantil e a sua regressão no período latência. O desapontamento com o objeto de amor provoca sua renúncia, na impossibilidade de satisfação e conseqüentemente na ausência de êxito, sua destruição. Também apresenta a possibilidade de um fenômeno hereditário do desenvolvimento: “o Complexo de Édipo deve ruir porque chegou a hora de sua desintegração, tal como os dentes de leite caem quando os permanentes começam a crescer” (FREUD, 1924/1996, p. 195).

A fase fálica compreende o complexo edipiano e a primazia genital no desenvolvimento sexual das crianças. Normalmente, os atos masturbatórios são punidos com ameaça de castração, mas o psiquismo infantil não possui maturidade para compreensão simbólica da castração, temendo sua concretização real, mesmo que tenham ocorrido outras perdas durante desenvolvimento infantil, entre elas: o desmame e o ato de expelir as fezes. Para o autor, a masturbação é a descarga da excitação sexual proveniente de desejos e fantasias edipianas, e

Freud compreende ainda duas possibilidades infantis de satisfação no complexo edipiano: uma é a ativa, de ocupar o lugar paterno e manter relações sexuais com a mãe; e a outra possibilidade é passiva, de ocupar o lugar da mãe no relacionamento com o pai. O reconhecimento pelas crianças da castração nas mulheres, da ausência de pênis, contribui para renúncia de satisfação dos desejos incestuosos. O menino expressa medo de ser punido com a castração e perder o pênis, ao passo que a menina constata a castração.

A ameaça de castração é central para o abandono da catexia libidinal dos objetos parentais, substituído pelas identificações e sublimações. A introjeção da autoridade paterna ou dos pais constitui a formação do superego. Para preservar o ego infantil do retorno da catexia libidinal, inicia-se a fase de latência e a cessação do desenvolvimento sexual infantil. Para o autor, esse processo seria a destruição do complexo e não somente a repressão de seu conteúdo no inconsciente, pois a repressão poderia implicar manifestações posteriores com caráter patológico.

Em sua experiência analítica, Freud observa no Complexo de Édipo feminino a renúncia ao pênis acompanhada de uma compensação simbólica: a menina deseja gerar um bebê da relação com seu pai, e o abandono do complexo é decorrente do abandono dos desejos não realizados de ter um pênis e um filho de seu progenitor. Freud aprofunda esta análise da sexualidade feminina em seus artigos *A distinção Anatômica entre os sexos* (1925) e *Sexualidade Feminina* (1931).

Hans Loewald, em *The Waning of the Oedipus Complex* (1979), explora os significantes traumáticos utilizados por Freud em seus escritos para ilustrar a travessia no complexo de Édipo, isto porque Freud escolhe palavras que no vocábulo alemão evidenciam uma experiência desorganizadora, de ruptura e caos, entre elas: “destruição” (*Zerstörung*), “demolição” (*Zertrümmerung*) e *Untergang*, que em alemão significa “descer, ir embaixo”, expressão também utilizada em referência ao pôr do sol. Ferenczi discordava do uso do último termo e atribuiu o emprego dessas palavras a um receio de Freud diante da possibilidade de a teoria do trauma do nascimento de Rank substituir o Complexo de Édipo na centralidade das neuroses. Loewald, no entanto, enfatiza a impossibilidade de destruição dos conteúdos edipianos reprimidos e sugere o termo “declínio”, pois compreende as manifestações do complexo ao longo da vida, por meio da transformação e sublimação do conflito. Para o autor, a diminuição do interesse dos psicanalistas no Complexo de Édipo está relacionada ao aumento do interesse contemporâneo nas neuroses narcísicas, com ênfase nas relações objetais, na importância da separação entre “self-objeto” no processo de individuação e nos conflitos pré-edipianos. Reconhece ainda o autor o superego como uma estrutura herdeira do parricídio, representante

da culpa e da internalização da autoridade paterna, em que estão presentes os conflitos edípiacos do dilema arcaico de “união-individação”.

O parricídio não implica uma dissolução do complexo de Édipo, e isto é evidente quando José expressa as suas reminiscências em relacionamentos triangulares que remetem ao conflito. Após interromper a análise por um mês, o paciente retomou narrando um episódio de descontrole e violência no casamento de sua enteada. Seu relato é bem confuso e dissociado: a polícia foi chamada, pois ele agrediu o seu genro. Observa-se que o paciente rivaliza com o genro, que ocupa transferencialmente o lugar do pai dele. Numa tentativa de reparação e de diminuir o sentimento de culpa, presenteia o casal com alguns móveis, ajuda na mudança e em alguns consertos na nova residência: “– Sabe essa é minha família hoje, nunca tive o que tenho com Clara, essa cumplicidade e cuidado. Agora que ela foi embora [enteada] é a hora de aproveitarmos nossa velhice”.

Para Freud (1930/1978), o sentimento de culpa só pode ser considerado, expressado e vivenciado quando ocorre o estabelecimento do superego e a internalização da autoridade paterna. As origens do sentimento de culpa encontram-se no Complexo de Édipo e seus sentimentos ambivalentes. Os atos agressivos contra a figura paterna permitem a satisfação do ódio, restando o amor e conseqüentemente o remorso. Ocorre a constituição do superego por meio da identificação com o pai, autorizando a punição pela agressão e impedindo a repetição do ato.

Na fala do paciente é possível percebermos que, mesmo após o cumprimento da pena, continua existindo um sentimento de culpa pelo parricídio, expresso por meio do discurso religioso: “–Você não sabe? Tem um pecado capital: “Não matarás”. *Infligi*, eu matei. Não pode, é a lei divina. Em algum momento na hora do juízo final, vai chegar a minha hora, chega a de todo mundo. Vou me encontrar com Deus e ele vai me perdoar ou não”.

5 PSICANÁLISE E CRIMINOLOGIA

A criminologia é uma ciência relativamente recente, com seus primeiros estudos publicados no final do século XIX. Cesare Lombroso, influenciado pela teoria darwinista, em *O homem criminoso* (1876), realiza o estudo de 5.907 delinquentes e a análise de 383 crânios e atribui um caráter biológico e hereditário às condutas desviantes, delinquentes ou psicopatológicas. Garafolo, responsável pelo termo criminologia, e Enrico Ferri, em *Sociologia Criminal* (1881), membros da “escola francesa”, formada por médicos legistas, sociólogos e magistrados progressistas, contestaram esse modelo reducionista. Alexandre Lacassagne e Gabriel Tarde consideraram a influência do meio ambiente na conduta delincente. Responsabilizaram a urbanização, o alcoolismo, a dissolução familiar e os meios de comunicação pelo aumento da criminalidade. Durkheim, em *O suicídio* (1897), destacou a importância dos fatores econômicos, históricos e sociológicos na etiologia da criminalidade e de inúmeros outros aspectos. Freud, nesse mesmo período, analisava os aspectos culturais e suas implicações no psiquismo individual e suas motivações inconscientes, ressaltando a importância de seus estudos sobre o sentimento de culpa e a necessidade inconsciente de punição presente nos crimes. Freud questiona ainda se os crimes teriam sua origem no complexo de Édipo, complexo nuclear das neuroses, porém não se interessa muito pela etiologia da delinquência, desaconselhando alunos a aceitarem analisar delinquentes. Nas palavras de Kauffmann (1993/1996, p. 607), “Nossa arte analítica fracassa diante dessas pessoas, e nem mesmo nossa perspicácia é ainda capaz de sondar as relações dinâmicas que predominam nelas”.

O artigo *A Psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos* (1906/1996) é o primeiro contato documentado de Sigmund Freud entre a Psicanálise e a Jurisprudência, extraído de uma conferência realizada para acadêmicos e juristas na Universidade de Viena. Freud aponta como semelhança entre um criminoso e um histérico/neurótico o fato de ambos possuírem um segredo, algo oculto: “O criminoso conhece e oculta esse segredo, enquanto o histérico não conhece esse segredo, que está oculto para ele mesmo” (FREUD, 1906/1996, p. 99). Dessa forma, a função do terapeuta é análoga à do juiz: revelar o material psíquico encoberto.

Porém, enquanto na psicanálise o paciente contribui com esforços conscientes para diminuir a resistência, com o intuito de ter benefícios e livrar-se do seu sintoma, o criminoso intensifica a resistência. No primeiro caso a resistência localiza-se na fronteira entre inconsciente e consciente, enquanto no segundo apresenta-se totalmente na consciência, o que

impossibilitaria a interpretação da resistência do criminoso como um complexo. Freud alerta para o risco de um neurótico, inocente de um crime, reagir como culpado em um processo investigativo, decorrente de um sentimento de culpa inconsciente que é encoberto por outra transgressão. Observa ainda que é recorrente na infância, diante de uma acusação indevida, a criança chorar como um culpado. A experiência psicológica presente no interrogatório é impossível de ser reproduzida no julgamento, sendo determinante na sentença do tribunal.

James Strachey (1969/1996) identifica três outros breves momentos em que Freud aproximou-se do universo jurídico: em *Criminosos em Consequência de um sentimento de Culpa*, no terceiro capítulo do estudo sobre *Alguns tipos de caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico* (1916) e em dois relatórios sobre casos criminais. Entre eles, há a análise do Parecer do Perito no caso Halsmann (1931[1930]), estudante acusado de parricídio, e um memorando de defesa em um caso de estupro, de 1922, que se perdeu. Nos dois últimos, Freud explicita seu desacordo com a utilização ingênua das teorias psicanalíticas em processos judiciais.

Em *Criminosos em Consequência de um sentimento de Culpa* (1916/1996), Freud observa em sua prática clínica narrativas frequentes de furtos e fraudes praticadas pelos pacientes, principalmente no período da juventude. Inicialmente intuiu que esses atos eram simplesmente pequenos delitos desprovidos de censuras morais, porém, quando foram manifestados durante a análise de pacientes adultos, demandaram um estudo mais aprofundado. Descobre que as motivações das ações estavam em sua interdição e que promoviam um *alívio mental*. São decorrentes de um intenso sentimento de culpa anterior ao ato, desconhecido pelo autor, mas que era atenuado após a transgressão. Freud levanta a hipótese de que a origem desse obscuro sentimento de culpa da humanidade está no Complexo de Édipo, proveniente dos desejos parricidas e incestuosos com a mãe, crimes inadmissíveis nas sociedades primitivas. É como se o sujeito buscasse uma punição no presente para atenuar o sentimento de culpa primevo, fenômeno que percebeu ser semelhante em crianças desobedientes que buscam uma satisfação no castigo.

O psicanalista destaca que foi recordado por um amigo que o filósofo Nietzsche já havia considerado a existência do criminoso em consequência de um sentimento de culpa em sua obra homônima *Assim falava Zaratustra* (1885/2016), ao discorrer sobre o pálido delinquente, antes e depois do ato, conforme trecho extraído da obra do filósofo:

Uma imagem fez empalidecer esse homem pálido. Ele estava à altura do seu ato quando o realizou, mas não suportou a sua imagem depois de o ter consumado.

Sempre se viu só, como um autor de um ato. Eu chamo isso loucura; a exceção converteu-se para ele em regra.

O golpe que deu fascina-lhe a pobre razão: a isso chamo eu a loucura depois do ato.

Ouvi, Juízes! Ainda há outra loucura: A loucura antes do ato. Ah! não penetrastes profundamente nessa alma.

O juiz vermelho fala assim: “Por que foi que este criminoso matou? Queria roubar.”

Mas eu vos digo: a sua alma queria sangue e não roubo; tinha sede do gozo da faca!

A sua pobre razão, porém, não compreendia essa loucura e decidiu-o. “Que importa o sangue? – disse ela. – Nem ao menos deseja roubar ao mesmo tempo? Não te desejavas vingar?”

E atendeu sua pobre razão, cuja linguagem pesava sobre ele como chumbo; então roubou ao assassinar, não se queria envergonhar da sua loucura.

E agora pesa sobre ele o chumbo do seu crime; mas a sua pobre razão está tão paralisada, tão torpe!...

Se ao menos pudesse sacudir a cabeça sua carga cairia, mas quem sacudirá esta cabeça? (NIETZSCHE, 1885/2016, p. 50)

Ao nos debruçarmos sobre nosso caso, vemos algo semelhante: após o cumprimento da sentença, José envolveu-se em diversos conflitos com a lei, ao que parece em uma tentativa de diminuir os sentimentos de culpa advindos do parricídio. Em uma das brigas no trânsito, golpeou um rapaz com um capacete, e pôde responder ao processo em liberdade, mesmo não sendo réu primário. Agrediu uma inquilina que insultou sua mãe, quebrando-lhe o braço. Espancou um funcionário do banco, deixando-o desacordado.

Freud, em *O Parecer do Perito no Caso Halsmann* (1931[1930]/1996), analisa o relatório realizado pelo perito da Faculdade de Medicina de Innsbruck, na Áustria, sobre o jovem estudante Philipp Halsmann, acusado de ter cometido o crime de parricídio em 1929. Segundo Strachey (1969/1996), o tribunal solicitou um parecer acerca do estado mental do prisioneiro no momento do suposto ato para auxiliar na decisão. Freud ressalta o uso inadequado dos conceitos psicanalíticos do Complexo de Édipo e do funcionamento da repressão, o que demonstra o desconhecimento do perito sobre a psicanálise. O psicanalista adverte que a universalidade do complexo de Édipo e a sua intensidade variável em muitos sujeitos, mesmo na idade adulta, não justifica uma decisão jurídica sobre a culpabilidade de um acusado, principalmente na inexistência de provas. Crítica a tese de que o jovem teria reprimido somente as lembranças do crime após o ato, acreditando que o laudo jurídico minimiza os lapsos de memória que podem ocorrer antes e durante um choque emocional.

Daniel Lagache, em seus trabalhos sobre criminalidade na década de 1950, relacionou o fracasso da resolução do Complexo de Édipo com a incapacidade do delinquente de se identificar de uma forma positiva com o genitor do mesmo sexo, demonstrando uma carência identificatória, compensada pela necessidade de “identificações heroicas” – mecanismo inconsciente caracterizado pela busca por uma identificação do ideal de Eu com uma figura dominante, em dissemelhança com a imagem paterna (KAUFMANN, 1993/1996).

Neste mesmo sentido, dentre os psicanalistas que analisaram os efeitos da privação emocional, principalmente na primeira infância, e suas relações com a delinquência, destacam-se René Spitz, John Bowlby e Donald Winnicott.

Winnicott, em *Privação e delinquência* (1984/2016), aponta uma ligação direta entre a privação e a tendência antissocial, caracterizada por um “desapossamento”, que é a perda da experiência positiva por um período prolongado, inviabilizando que a criança se recorde dessa lembrança. Cita a contribuição de Bowlby, que analisava as implicações psíquicas na hospitalização, que condizia à perda gradativa da esperança, decorrente da perda do objeto internalizado, ou do objeto externo introjetado. A imaturidade egóica não permite a vivacidade das recordações do contato com “objetos bons”, e é importante esclarecer que a criança que sofreu privação não é antissocial a todo momento. Motivada pela esperança existente na boa experiência inicial, também pode buscar novos ambientes para reparar falhas e omissões. Comportamentos antissociais expressam uma necessidade de acolhimento, sendo um pedido inconsciente de cuidado.

Melanie Klein e Lacan também se interessaram pela criminologia. Klein, em *As tendências criminosas em crianças normais* (1927/1996), utilizou as teorias do Édipo precoce e do supereu arcaico para interpretar o criminoso, que seria impossibilitado de constituir relações com o mundo que não fossem marcadas por ansiedades persecutórias e hostilidade – consequência da internalização de um mau objeto e do funcionamento de um superego arcaico, com traços severos e cruéis. O criminoso destrói os outros por se sentir perseguido.

Na *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia* (1950/1998), Lacan relaciona as motivações do crime com os conflitos edipianos e questiona as semelhanças entre (1) a dialética presente na busca pela revelação que estão imersas no psicanalista e (2) o sujeito com o objeto da criminologia, que busca revelar a verdade de um crime por meio de um processo judiciário. O autor identifica um elo entre a *verdade do crime*, caracterizada pela versão policial, e a *verdade do criminoso*, compreendida pela versão antropológica. Todas as sociedades possuem punições às desobediências das leis, que podem ser expressas de forma “tradicional ou escrita, de costume ou de direito”, transmitidas expressamente ou por acordos

inconscientes ao longo do processo civilizatório. Ele destaca o funcionamento de um *assentimento subjetivo* na execução das punições, aceito e compartilhado pela sociedade, pelo criminoso e pela estrutura de poder vigente. Lacan apresenta ainda a importância do *termo responsabilidade*, social/institucional e individual diante dos atos, jurídica e eticamente, mas alerta para o risco de exclusão social de alguns membros que se tornam *bodes expiatórios*, depositários e representantes do mal, modelo do Tribunal do Santo Ofício: “E aí que a psicanálise, pelas instâncias que distingue no indivíduo moderno, pode esclarecer as vacilações das noções de responsabilidade em nossa época e o advento de uma objetivação do crime para o qual ela pode colaborar” (LACAN, 1950/1998, p. 129).

Segundo Lacan, a psicanálise aprofunda os olhares contemporâneos acerca da responsabilidade do ato, além de contribuir com descobertas sobre as *tensões relacionais* que são centrais no mal-estar da civilização e podem auxiliar na compreensão da criminologia. Ao aproximar o mecanismo jurídico da confissão de um crime com o diálogo analítico, o psicanalista critica o uso da linguagem como ferramenta para recuperação de uma “verdade absoluta”.

Lacan (1950/1998) enfatiza que Freud, em *Totem e Tabu* (1913), demonstra com o crime primevo, o incesto e o parricídio, a instauração da lei universal, que é concomitante ao reconhecimento do sujeito e ao estabelecimento do supereu resultante da censura inconsciente. Nos crimes condicionados pelo supereu, a psicanálise possui uma tendência a irrealizá-los. Lacan (1950/1998, p. 134) descreve no funcionamento das estruturas sociais que “o indivíduo na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprime-as por condutas simbólicas” e compreende nas manifestações psicopatológicas a estrutura da falha, o supereu como uma extensão das tensões criminosas do contexto familiar à sociedade, conseqüentemente imersa em uma cultura patogênica. Retoma a teoria de Melanie Klein de um supereu arcaico, compreendido como uma *instância psicológica*, constituído precocemente e até mesmo anterior à constituição do *eu*, em que a aquisição da linguagem é posterior à introjeção dos bons e maus objetos.

O grupo funciona como uma extensão dos conflitos edipianos e da autoridade paterna, e o delito interroga a realidade social que, posteriormente, será destinada ao Outro simbólico. Lacan (1950/1998, p. 137) no diálogo entre a criminologia e a psicanálise afirma: “[...] que a psicanálise soluciona um dilema da teoria criminológica: ao irrealizar o crime, ela não desumaniza o criminoso. Mais ainda pela mola da transferência ela dá acesso ao mundo imaginário do criminoso, que pode ser para ele a porta aberta para o real”.

O psicanalista francês constata na estrutura dos mecanismos judiciais o estabelecimento da transferência entre o criminoso e o juiz e percebe a necessidade de os crimes com motivações nos conflitos edípicos serem confiados ao analista em paralelo ao processo criminal. Dessa forma, deveríamos buscar a verdade do criminoso em sua realidade psíquica, em suas representações simbólicas e nos conteúdos inconscientes atrelados às vivências subjetivas. Assim, podemos auxiliar na compreensão da relação entre o criminoso e o objeto de seu crime, com o cuidado para não reproduzirmos aspectos de uma investigação policial ou um discurso popular em que o crime é desprovido de sentido e/ou somente grotesco.

A responsabilidade pode ser compreendida como sinônimo da implementação do castigo na sociedade contemporânea, caracterizada pelo consumo, com ênfase na produtividade e nas relações de exploração. Decorrente do *mal-estar social*, os castigos foram substituídos e pressionados pelos ideais humanitários, com o aprimoramento na constituição das provas. Nas sociedades religiosas a punição dos crimes era atribuída aos julgamentos divinos, e Lacan cita como exemplo o ordálio, que era a submissão do condenado à prova da água ou do fogo: caso sobrevivesse, era considerado inocente. O desenvolvimento humanista do direito europeu e sua universalização possuem origens nos princípios do direito romano na escola de Bolonha, local responsável também pela disseminação da tortura como forma de produzir provas e a confissão. A renúncia da tortura no âmbito jurídico ocorre no século XIX, com o reconhecimento dos direitos humanos; a partir de então, a condição do criminoso não está mais atrelada a sua confissão, mas são investigadas as motivações do crime. Tarde, em suas reflexões sobre o declínio da “filosofia penal”, Lacan (1950/1998) destaca a “similitude social” e a “identidade pessoal” para responsabilização do sujeito.

Esta reflexão nos permite traçar um paralelo com o discurso de José, onde existe uma necessidade de assumir a responsabilidade pelo ato parricida, justificando suas motivações de rivalização contra um pai tirano como decorrentes dos atos violentos do progenitor contra a figura feminina. Para acessar os sentimentos despertados após o ato, pergunto se em algum momento ele pensou em fugir, pois havia ficado 5 anos aguardando a sentença em liberdade, ao que José responde:

Jamais! Tive tios que me ensinaram que precisamos nos responsabilizar por nossos atos. Meu pai não respeitava nenhuma mulher, xingava minha mãe, minha tia e a mulher do meu primo. Te falei que ele até deu chute em uma mulher grávida na feira. Se não tivesse sido eu, seria outra pessoa que o teria matado. (relato de José)

Lacan (1950/1998) ressalta o risco de o psicanalista ocupar a função de perito e produzir provas em um processo judicial pelo fato de ter acesso às motivações inconscientes do ato e a experiência dialética do sujeito. Compreende na dialética de Hegel “tese-antítese-síntese” a origem do eu, sendo necessária uma nova síntese do aparelho psíquico a partir de alguns períodos do desenvolvimento, entre eles: o desmame, o Complexo de Édipo e a adolescência. Isto porque ocorre a identificação com o Outro, decorrente da frustração pulsional, por meio da *imagem especular*, e Lacan constata na *negatividade dialética* o aumento da tensão agressiva na integração das pulsões de morte, citando o caso Aimée e o crime das irmãs Papin para ilustrar o delírio em sua forma extrema, manifesto no homicídio paranoico.

Lacan, em *Passagem ao Ato e Acting Out* (1963/2005), com um subtítulo explicativo: *Deixar-se cair e subir no palco*, explora o termo passagem ao ato introduzido por Freud nos estudos de caso sobre a homossexualidade feminina. A expressão freudiana “largar de mão”, em alemão, *niederkommen lassen* (traduzida para o francês como *laisser tomber*), corresponde à passagem ao ato. A fim de manter o seu status de sujeito e fugir, “ele se precipita e despenca fora da cena” (LACAN, 1963, p. 129). O oposto da passagem ao ato é o *acting out*, que possui ênfase no endereçamento ao Outro, e em análise ao analista, conforme Lacan (1963/2005, p. 13) ilustra com os casos clínicos freudianos suas distinções:

No caso da homossexualidade feminina, se a tentativa de suicídio é uma passagem ao ato, toda a aventura com a dama de reputação duvidosa, que é elevada à função de supremo, é um *acting out*. Se a bofetada de Dora é uma passagem ao ato, todo seu comportamento paradoxal na casa de K. que Freud prontamente descobre com tanta perspicácia, é um *acting out*.

Durante um longo período, a passagem ao ato foi um conceito negligenciado no pensamento psicanalítico, e a expressão não é mencionada no célebre *Vocabulário da Psicanálise*, de Laplanche e Pontalis (1982). O vocábulo é mais encontrado em inventários dos fundamentos da psicanálise lacaniana, no *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*, onde Kauffmann (1993/1998, p. 55) explora o termo:

Utilizado para designar certas formas impulsivas do agir (*Agieren*, segundo a expressão de Freud), o termo passagem ao ato serve, em psiquiatria, para sublinhar a violência ou a brusquidão de diversas condutas que curto-circuitam a vida mental e precipitam o sujeito numa ação: agressão, suicídio, comportamento perverso, delito etc. Seu emprego, muitas vezes pejorativo, não tem portanto especificidade psicanalítica. Ainda assim Lacan tentou delimitá-lo melhor intensificando-o a uma saída de cena em que, como numa defenestração ou num salto no vazio, o sujeito se reduz a um objeto excluído ou rejeitado. Isso não impede que haja então uma atuação do desejo do Outro.

Nesse caso, porém o ato não seria “aquilo que quer dizer” e corresponderia a uma ruptura do quadro da fantasia e a uma expulsão do sujeito.

Segundo E. Roudinesco e M. Plon (1998), a passagem ao ato para Lacan caracteriza-se por um “agir inconsciente”, ou seja, um ato que não é simbolizável e promove no sujeito uma ruptura integral. Ocorre a identificação com o objeto (pequeno) a²⁵, excluído e rejeitado do quadro simbólico.

Em nosso caso, o paciente colocou um terceiro na cena do parricídio, autorizando o ato. Pode ser um delírio do paciente com o intuito de diminuir o controle exercido pelo superego e o deslocamento dos seus desejos, pois José descreveu uma ausência de sentimentos, o que McDougall (1991) define como processo de desafetação, uma proteção necessária para sobrevivência mental em momentos em que os limites corporais e psíquicos são ameaçados.

Ferenczi (1933/2011) reconhece que para sobreviver psiquicamente diante de uma experiência traumática o mecanismo de defesa utilizado é a clivagem da subjetividade em uma parte integrada e outra parte não integrada, pertencentes ao Eu. Diante de uma sucessão de choques, os fragmentos clivados são maiores, o que intensifica o desconhecimento entre as partes, enquanto Freud compreende a clivagem como uma cisão entre duas cadeias representativas que são incompatíveis. Aproximamo-nos mais do pensamento ferencziano, de uma coexistência entre as partes clivadas: “numa parte sensível, brutalmente destruída, e uma outra que, de certo modo, sabe tudo, mas nada sente” (FERENCZI, 1933/2011, p. 88).

Na passagem ao ato parricida, José despenca da cena, e existe uma ruptura com a realidade, fundindo-se ao objeto: o número de facadas que deu no pai foi muito maior do que ele se recorda:

[...] Dei uma facada no abdômen, ele virou, dei outra nas costas e mais três no peito. Ele me dizia: “— Você conseguiu! Você conseguiu!”. Não senti nada, absolutamente nada naquele momento. Como esse conhecido ainda estava por perto, troquei de camiseta com ele, enrolei a faca na minha camiseta e falei para ele jogar no rio. Era dia de clássico, Corinthians e São Paulo, e minha maior vergonha foi ter que usar a camisa do São Paulo. Quando cheguei em casa, contei para minha mãe e meus irmãos, que choraram muito. Liguei para meu tio, que informou que meu pai estava no hospital e *os médicos disseram que foram 11 facadas... Só dei cinco... Acho que as outras facadas foi enquanto ele se defendia*. No outro dia ele morreu. Entrei em contato com um advogado e me apresentei na delegacia. “Sou réu confesso!”. (relato de José)

²⁵ Conforme E. Roudinesco e M. Plon (1998, p. 551), o termo foi introduzido por Lacan, em 1960: “para designar o objeto desejado pelo sujeito e que se furta a ele a ponto de não ser representável, ou de se tornar um ‘resto’ não simbolizável. Nessas condições, ele aparece apenas como uma ‘falha-a-ser’, ou então de forma fragmentada, através de quatro objetos parciais desligados do corpo: o seio, objeto da sucção, as fezes (material fecal), objeto da excreção, e a voz e o olhar, objetos do próprio desejo”.

6 LITERATURA, CINEMA E PASSAGEM AO ATO

A necessidade de articulação entre a psicanálise e outras ciências, e existem algumas que não são humanas, é incontestável. Mas ela não pode vir de fora, nem ser executada por aqueles que só conhecem a psicanálise através de livros, mesmo quando sua profissão é justamente ler, refletir e escrever o resultado de suas reflexões. Mais cedo ou mais tarde, os profissionais artesanais construirão as pontes. Elogio da técnica? Se o psicanalista fosse apenas um técnico, contentar-se-ia com a psicanálise que pratica com os seus pacientes, e nem sentiria a necessidade de se perder, como Dom Quixote, no universo dos livros. (GREEN, 1994, p. 16)

Freud (1928/1996) aponta a relevância de duas obras literárias primordiais, *Édipo Rei*, de Sófocles, e *Os Irmãos Karamázov*, de Dostoiévski, para se discutir o enredo do parricídio, pois exploram os conflitos inconscientes que motivaram o crime primevo e, assim, contribuem na reflexão sobre a repetição do ato parricida no caso estudado. Para enriquecer a análise sobre passagem ao ato, apresentamos também aqui uma discussão psicanalítica que articula as construções clínicas das crônicas de José com a película italiana *Padre Padrone* (1977), de roteiro e direção dos irmãos Paolo Taviani e Vittorio Taviani e inspirada no romance homônimo e autobiográfico de Gavino Ledda (1975), que narra a opressão e os atos violentos a que o jovem era submetido pelo patriarca da família.

Na obra freudiana são comuns referências a personagens literários e trabalhos que contemplam escritores, artistas e as suas obras. Rancière, em *O inconsciente estético* (2001/2018), destaca a presença de algo enigmático nos detalhes que parecem insignificantes escolhidos por Freud, testemunhos do inconsciente, que foram desconsiderados pelos positivistas. Dito de outra forma:

[...] a teoria psicanalítica do inconsciente é formulável porque já existe, fora do terreno propriamente clínico, certa identificação de uma modalidade inconsciente do pensamento, e porque o terreno das obras de arte e da literatura se define como o âmbito privilegiado desse inconsciente. (RANCIÈRE, 2001/2018, p. 11)

O filósofo francês debruçou-se na investigação entre o pensamento e o não pensamento no âmbito da “estética”, designado como pensamento da arte. Ao explorar a genealogia do termo “estética” nas reflexões de Baumgarten (1750) e de Kant, em *Crítica da faculdade de julgar*, ele verifica que o termo era utilizado para denominar formas da sensibilidade. Para Kant, não é possível uma *estética pensável*, pois parte da premissa do sensível como inteligível. A noção de uma estética que constitui uma identificação entre o pensamento da arte e o

pensamento realizado pelas obras de arte foi introduzida pelos pós-kantianos Schelling, os irmãos Schlegel e Hegel. Rancière enfatiza que a “estética” não é uma nova nomeação para arte nem uma substituta do conceito de *poética*, mas uma transformação no pensamento da arte. O pensamento freudiano acerca do inconsciente é uma revolução do universo da poética para o universo da estética. Freud utiliza Édipo como personagem central da psicanálise para ilustrar o complexo edípiano, cujo material foi extraído da tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles. Rancière percebe que a universalidade do conflito apresenta um duplo aspecto: além de explicitar os desejos infantis universais e universalmente reprimidos, revela um segredo oculto, processo de revelação comparável ao trabalho de cura psicanalítica.

Green (1994) ressalta que o psicanalista, ao explorar o campo do inconsciente de uma obra literária, também mergulha nos aspectos desconhecidos do próprio inconsciente, afinal, esse é um dos requisitos fundamentais para acessar o inconsciente do Outro, e não seria diferente em obras literárias. No trabalho analítico, o analisando está sob o efeito da transferência e o psicanalista depara-se com as resistências e as recusas de suas interpretações. O crítico literário apresenta um comportamento semelhante ao do analisando, e ambos possuem interesse no percurso realizado pelo analista para chegar a uma interpretação; desejam incorporá-la na busca de uma solução para todos os seus problemas. O autor destaca que é essencial ao psicanalista manter uma leitura flutuante, que consista em ir além da leitura de um texto; o psicanalista deve escutar o paciente dando a devida atenção ao discurso inconsciente que encobre o manifesto, a fim de realizar um trabalho de desconstrução e construção.

O texto literário aproxima-se das fantasias, onde coexistem processos primários e secundários, porém no discurso da fantasia existe a intenção de ser compreendido e reconhecido pelo Outro, enquanto o texto literário é *inaudito*. Entretanto, os dois deixam rastros dos processos primários ao assumirem a secundariedade, pois são motivados pelo desejo. O analista, na busca pelos efeitos do texto literário no campo psicanalítico, mergulha em seu próprio inconsciente, torna-se o analisado do texto, realiza associações e desvenda suas resistências à interpretação deste texto, mas está atrelado às ressonâncias do texto sobre seu inconsciente. Green (1994) é categórico ao dizer que interpretar é assumir um risco interpretativo, aproximando o delírio da interpretação, pois delirar é colocar o texto fora da trilha. O analista, ao acessar o desligamento encoberto pelos processos de ligação, *desliga o texto e o delira*.

A análise do mito, da tragédia, da literatura, do filme e as apresentações clínicas por meio das crônicas de José ocorrem simultaneamente e servem para ilustrar e elucidar a parte

teórica, cujos principais referenciais são os pensamentos psicanalíticos de Freud, Ferenczi e André Green e o pensamento filosófico de Rancière.

6.1 ÉDIPO REI, SÓFOCLES

Sófocles nasceu em Colono, no auge do Helenismo. Vivenciou o período considerado mais rico e conturbado da história de Atenas, testemunhando seu apogeu e declínio. Acredita-se que ele tenha proporcionado sentido e autonomia ao mito de Édipo, atribuindo-lhe um conflito existencial, identificado com a tragédia de seu protagonista solitário, ao defender-se no tribunal. Com Nicóstrata teve Iofonte, o filho primogênito, que também foi dramaturgo. Com a amante Teorís, teve o filho Ariston, pai de seu neto predileto, que encenou Édipo em Colono:

Parece inventada a anedota, registrada na *Vita Sophoclis*, de que Iofonte, enciumado com a preferência do pai pelo neto ilegítimo, levou Sófocles ao tribunal, querendo declará-lo incapaz (por caduquice) de gerir seu patrimônio. Sófocles se teria defendido lendo trechos de *Édipo em Colono*, a fim de provar sua Lucidez... Desse modo reza a anedota, o poeta venceu a questão... e ainda foi aclamado. (RANAE, s.d., p. 78-82²⁶ apud SERRA, 2017, p. 16)

O poeta foi considerado um cidadão ilustre, transitando entre a poesia e a carreira militar, mas se considerava um estrategista mais habilidoso no amor do que na guerra. Sófocles obteve diversos prêmios como dramaturgo e recebeu o primeiro lugar 18 vezes nas Dionísias²⁷ (SERRA, 2017). A primeira premiação ocorreu em 468, quando tinha apenas 28 anos, com a apresentação do *Triptólemo*; *Édipo Rei*, quando estreou, recebeu o segundo lugar. Foi um autor fecundo, produziu 123 peças, mas só sobreviveram sete, dentre elas: *Filocteto* (409 a.C.); *Édipo em Colono*, com apresentação póstuma em 401 a.C.; *Antígone*, por volta do ano de 440 a.C.; *Ájax* e *Electra* (não é possível precisar a data); e *As Traquínias*, acredita-se que entre 440 e 420 a.C. São inúmeras as discussões sobre a data de apresentação de *Édipo Rei*. Na introdução da peste no Prólogo de sua tragédia, estudiosos acreditam que o dramaturgo tenha se inspirado na epidemia que devastou Atenas durante a guerra do Peloponeso, que teve início em 430 a.C. e um novo pico em 427-6 a.C. Ésquilo e Eurípedes também encenaram a história de Édipo, porém o que diferencia a obra de Sófocles é a existência de uma compreensão mais profunda do sofrimento. O herói torna-se solitário e a crise trágica se concentra em si mesmo, elevando o drama edipiano ao status da mais trágica das tragédias.

²⁶ Ano da referência original não mencionado na obra de Serra (2017).

²⁷ Festivais de caráter cívico-religioso que ocorriam em Atenas com a realização de concursos teatrais.

Alguns críticos acusam Freud de ter modificado a tragédia sofocliana, porém não estavam atentos ao fato de que o psicanalista, em *A interpretação dos sonhos*, utiliza o mito edipiano e a tragédia *Édipo Rei* para ilustrar a sua constatação do complexo de Édipo:

Édipo, filho de Laio, Rei de Tebas, e de Jocasta, foi enjeitado quando criança porque um oráculo advertira Laio de que a criança ainda por nascer seria o assassino de seu pai. A criança foi salva e cresceu como um príncipe numa corte estrangeira, até que, em dúvida quanto a sua origem, também ele interrogou o oráculo e foi alertado para evitar a sua cidade, já que estava predestinado a assassinar seu pai e receber sua mãe em casamento. Na estrada que o levava para longe do local que ele acreditava ser seu lar, encontrou-se com o Rei Laio e o matou numa súbita rixa. Em seguida dirigiu-se a Tebas e decifrou o enigma apresentado pela Esfinge que lhe barrava o caminho. Por gratidão, os tebanos fizeram-no rei e lhe deram a mão de Jocasta em casamento. Ele reinou por muito tempo com paz e honra, e aquela que, sem que ele o soubesse, era sua mãe, deu-lhe dois filhos e duas filhas. Por fim, então, irrompeu uma peste e os tebanos mais uma vez consultaram o oráculo. É nesse ponto que se inicia a tragédia de Sófocles. Os mensageiros trazem de volta a resposta de que a peste cessará quando o assassino de Laio tiver sido expulso do país. *Mas ele, onde está ele? Onde há de ler agora O desbotamento registro dessa culpa de outrora?* (FREUD, 1900/2001, p. 261-262)

Na obra inaugural da psicanálise, Freud (1900/2001) destaca que a tragédia consiste em um processo de revelação equivalente ao trabalho de análise. Édipo descobre que é filho de Laio, o homem que assassinou, e de Jocasta, com quem se casou. Aterrorizado diante da realização da profecia, cega a si próprio e abandona Tebas. Como acontece em um sonho, os desejos primevos são expostos e realizados, e deles recuamos com sentimentos de horror e de autopunição, devido ao funcionamento do recalque. O destino de Édipo promove tanta comoção porque poderia ter sido o nosso destino: “Como Édipo, vivemos na ignorância desses desejos repugnantes à moral, que nos foram impostos pela Natureza; e após a sua revelação, é bem possível que todos busquemos fechar os olhos às cenas de nossa infância” (FREUD, 1900/2001, p. 263).

Freud, em *Escritores Criativos e Devaneios* (1908[1907]/1996), compreende os mitos como releituras que favorecem um novo olhar para um material já existente, assim como as lendas e os contos de fadas. São fantasias e desejos inconscientes coletivos “sonhos seculares” da civilização. Green (1994) identifica que, quando Freud fala do teatro e da tragédia, ele está se referindo a um mundo exterior, onde o mundo interior é uma espécie de teatro particular, em que os desejos são realizados por meio dos sonhos – processo semelhante à encenação. O mito é uma produção inconsciente, ficcional, que ganha sentido na representação.

Segundo Green (1994), o mito proporciona a expressão dos aspectos mais ocultos do inconsciente, substituindo o recalque pela clivagem, e os atos não são regulados pelas proibições dos relacionamentos humanos. Existe no psiquismo uma coexistência do que se sabe e do que se acredita. Torna-se por meio dele possível a criação de um espaço mítico ordenando as relações entre sujeito e objeto de acordo com a dupla diferença: dos sexos e das gerações. Não é central Édipo cumprir seu destino, mas a descoberta que seu destino foi cumprido. O mito é individual e coletivo, pois acompanha o sujeito desde antes do nascimento, nas fantasias parentais até a socialização, por meio das renúncias pulsionais para se adaptar às exigências culturais. Ele critica a psicanálise contemporânea, que postula o Édipo como uma fase do desenvolvimento libidinal. Independentemente da estrutura psicopatológica todo sujeito atinge o Édipo, e a resolução do conflito é responsável pelas escolhas objetais, diferenças de gêneros e gerações. O complexo é estrutural e histórico, apesar de sua elaboração aparente, e continua existindo inconscientemente. Green (1994) aponta a necessidade de um processo terciário de existência coletiva, que seria responsável pela ligação dos processos primários e secundários. Para o autor, o mito ocupa o lugar de um objeto transicional coletivo.

Winnicott (1953/2019) apresenta o objeto transicional como a primeira possessão do bebê no período de dependência absoluta, caracterizado por ilusões de onipotência, para diferenciação do *Eu* e o *Não-eu*. O bebê experimenta a criação de seu próprio ambiente cuidador que terá continuidade no espaço transicional, sendo intermediário entre a realidade psíquica interna e o mundo externo.

A partir do conceito de objeto transicional, Green (1994) conclui que o mito proporciona a ligação social entre a realidade subjetiva e a compartilhada, entre passado e presente, transitando pelos discursos religiosos e políticos, representando pensamentos e afetos inconscientes recalcados pelas interdições sociais.

A tragédia teve origem em Atenas no final do século VI, concomitante com o declínio dos mitos em expressar a situação política e os ideais democráticos das novas cidades gregas. Os conflitos dos personagens da tragédia e do mito são semelhantes, mas o desfecho do drama está longe de ser alcançado por um herói solitário, pois reflete as normas e os valores coletivos. Segundo o autor, as tragédias são obras literárias individualizadas e não podem ser consideradas versões dos mitos, compreendendo o fenômeno social, estético e psicológico. Estas tragédias estimularam concursos trágicos, desenvolveram um novo gênero literário e instauraram o homem trágico com consciência de que é responsável por seus atos. O coro introduz o caráter de um julgamento coletivo, preservando o anonimato e expressando as angústias e os sentimentos dos espectadores. Os atributos do herói não são enaltecidos, ele não é considerado

um modelo, mas um problema para a sociedade e para si mesmo, pois representa as contradições humanas. Para o mitólogo, o agente trágico está imerso em um conflito constante, ao mesmo tempo que é responsável por seus atos, pois estes atos expressam o seu caráter; estando então o agente submetido também aos desejos dos deuses, é uma vítima do destino, ou seja, seus atos o escapam e o ultrapassam (VERNANT, 2014).

Alguns mitólogos compreendem a tragédia como uma revolução dos mitos, em um duplo sentido, o que é tanto um retorno como uma transformação. Na visão de Serra (2017), Sófocles individualizou o mito de Édipo, concentrando o sentido de sua trama na existência do herói e fazendo do seu protagonista um ser trágico, solitário, com uma desgraça individual e terrivelmente autocentrado. Os mitólogos incomodam-se com as interpretações que atribuem culpa ao herói e os questionamentos de inocente ou culpado, acreditam na constatação do sofrimento inerente ao humano e que Édipo estava em busca de sua própria identidade. “[...] agride-se trucidando o pai e possuindo a própria mãe, amaldiçoa-se e condena-se, leva a mãe e esposa a matar-se, ataca seu aliado, cega-se. E faz tudo isso a procurar-se por si mesmo em sua ignorância” (SERRA, 2017, p. 26).

Segundo Rancière (2001/2018, p. 19), a revelação sofocliana apresenta um defeito: “falha ao fazer ver demais o que deveria ser apenas dito, e ao fazer saber cedo demais o que deveria permanecer ignorado”. Estaríamos correndo o mesmo risco quando anunciamos o parricídio no título desta dissertação? Talvez. Porém, discordamos da estratégia encontrada por Corneille (1659): para não ferir a sensibilidade das damas da sociedade francesa, retira da tragédia uma das cenas primordiais, em que Édipo fura os próprios olhos. A tragédia do herói sofocliano se constitui pelo *pathos* do saber: “a obstinação maníaca por saber o que é melhor não saber, o furor que impede de ouvir, a recusa de reconhecer a verdade na forma em que ela se apresenta, a catástrofe do saber insuportável, do saber que obriga a subtrair-se ao mundo do visível” (RANCIÈRE, 2001/2018, p. 23). A identidade de Édipo é marcada pela dualidade entre o saber e o não saber, pelas manifestações conscientes e pelos conteúdos inconscientes, na oposição entre *logos* e *pathos*.

A existência de uma profecia é o que torna a verdade tolerável: se Édipo tivesse descoberto o incesto e o parricídio pelo acaso não despertaria para a empatia; seria considerado um monstro, inviabilizando a contemplação do espetáculo. No caso de José, ele tinha consciência de que assassinava o próprio pai, e é exatamente por isso que o esfaqueava com tanta fúria. O parricídio cometido pelo paciente desperta horror e repulsa até mesmo na prisão, conforme podemos observar nas fantasias e percepções dele sobre o olhar dos outros detentos: “Muitos tinham medo de mim, se eu já tinha matado até o meu pai, poderia matar qualquer um.

Já matei quem eu queria matar. Não precisei carregar mais uma morte”. O parricídio promoveu a realização do desejo proibido, e parece existir uma satisfação na fala do paciente quando diz que já matou quem ele queria matar. José reconhece a lei, ocorreu a introjeção do agressor e a identificação com a violência e com a onipotência paterna, mas ele temia a repetição de atos homicidas, chegando a questionar se era semelhante ao Pedrinho matador, assassino em série que cometeu mais de cem homicídios, inclusive o parricídio. Tinha medo de descobrir um prazer em matar.

Os mitólogos discordam da interpretação freudiana que concede ao ato de Édipo furar os próprios olhos a existência do sentimento de culpa, desconsiderando os aspectos inconscientes do protagonista. José atribui o parricídio ao destino, numa tentativa de desresponsabilizar-se pelo ato, reconhece os desejos conscientes e desconhece os inconscientes: “Você acredita em destino? Eu acredito, não mudaria nada no meu passado [...]. Sei que não era o certo, mas era meu destino, nunca o considereei meu pai, mas de sangue era”.

A palavra destino remete a uma parcela da vida que é desconhecida pelo sujeito. Dolto (2013) compreende que o destino para um psicanalista contempla a transferência, o imaginário e a história do sujeito, em que o futuro sempre permanecerá desconhecido.

Para Freud (1928/1996), o desfecho da tragédia de Édipo tenta diminuir o peso do parricídio e do incesto a um destino desconhecido pelo herói. Porém, quando reconhece que os crimes foram motivados por desejos inconscientes, entra em contato com a culpa, não recorre novamente ao destino. Aceita a punição, como ocorre em crimes por motivações conscientes. Percebemos que o ato de Édipo cegar a si próprio, além de ser uma autopunição, é uma tentativa de se proteger do olhar do Outro, do julgamento e da repugnância que o crime desperta, conforme Sófocles (1917, p. 114-115) evidencia em *Édipo Rei*:

– Se eu ainda enxergasse, não vejo com que olhos/ Fitaria, em chegando lá no Hades, o meu pai/ E minha pobre mãe: contra os dois cometi/ Tais crimes que a puni-los barço é pena leve. E acaso contemplar a vista dada à luz/ De filhos como os que gerei, daria gosto?/ Ora, nunca! Jamais – quando nada a meus olhos!/ Não, nem torre de Tebas, nem as santas imagens/ Dos deuses posso ver, de que – desgrassadíssimo/ – Mesmo sendo o mais nobre tebano, me privei,/Ao dar a ordem , eu mesmo, aos conterrâneos todos/ De expulsarem o ímpio que os deuses revelaram/ Ser impuro, também – e da estirpe de Laio./ Depois de manifesta a minha ignomínia,/ Então teria olhos de encarar esta gente?/ Jamais! E se pudesse a fonte da audição/ No ouvido represar, não deixaria mesmo/ De este corpo infeliz em cárcere tornar-me / De modo a ficar cego e surdo – pois é doce/ Viver com a mente posta distante das desgraças.

O sentimento de culpa encontra satisfação no sofrimento que o castigo representa. José aguarda a condenação pelo crime de parricídio e, após o cumprimento da sentença, repete situações em que entra em conflito com a lei. Com o crime atual inscreve-se numa estratégia masoquista, cujo objetivo é ser punido pela sociedade, e essas condutas criminosas remontam ao Complexo de Édipo; conseqüentemente, às lembranças culpáveis do incesto e do parricídio. Freud considera que o sentimento de culpa é advindo do narcisismo primitivo e do complexo de Édipo, em que ocorre a identificação com a figura parental rival que possui função interditora. O superego pode estimular o ego na realização dos desejos ou esmagá-lo por meio de proibições maciças, mobilizando a pulsão de morte. Diante do funcionamento de um superego severo, o ego masoquista busca a punição e encontra prazer na condição de vítima de uma instância que representa a figura parental punitiva.

6.2 OS IRMÃOS KARAMÁZOV, DOSTOIÉVSKI

O que explicar, senhores? Ora, eu não escondia meus sentimentos, toda a cidade sabe disso – sabem todos que frequentavam a taverna. Ainda, recentemente, no mosteiro, eu o declarei na cela do *stárietz* Zossima... Naquele mesmo dia, à noite, espanquei e por pouco não matei meu pai, e jurei que voltaria lá e o mataria, isso diante de testemunhas! Gritei isso o mês inteiro, todos são testemunhas... Oh, milhares de testemunhas!... O fato é evidente, o fato fala, clama, mas os sentimentos, senhores, os sentimentos já são outra coisa. Vejam, senhores, parece-me que, no tocante aos sentimentos, os senhores não têm o direito de me fazer perguntas. Ainda que os senhores estejam investidos de autoridade, o que eu compreendo, isto porém, é assunto meu, questão interior minha, íntima, no entanto... já que eu não escondia os meus sentimentos antes... na taverna, por exemplo, falava para todos e cada um, então... agora tampouco vou fazer mistério com isso. Vejam, senhores, eu compreendo que neste caso há provas terríveis contra mim: eu disse a todo mundo que o mataria e de repente o mataram: neste caso, como não teria sido eu? Ah-ah! Eu os desculpo, senhores, eu os desculpo plenamente. Eu mesmo estou estupefato até a epiderme, porque, enfim, quem neste caso o teria matado senão eu? Não é verdade? Se não fui eu, então quem é que foi? (*Os Irmãos Karamázov*; Dmitri Karamazov, 2008)

Fiódor Mikháilovitch Dostoiévski nasceu em Moscou, em 1821, num regime czarista totalitário. Foi representativo em seu país desde o lançamento de *Gente Pobre* (1846), mas em especial a partir dos anos de 1860, quando retornou do período de dez anos após o exílio na Sibéria (por tomar parte no círculo de leitura de Pietrachévski). Voltou em um período de grandes reformas sociais e políticas que trouxeram a libertação dos servos e publicou *Memórias do Subsolo* (1864), *Crime e Castigo* (1866), *O Idiota* (1868), *Os demônios* (1872), *O adolescente* (1875) e *Os Irmãos Karamázov* (1880) (GOMIDE, 2005).

A obra de Dostoiévski possui beleza literária e intensa emotividade; é espantosa a análise psicológica dos personagens e de seus universos. Além da originalidade no processo de criação, o que também chama a atenção é a humanidade e a compreensão acerca do sofrimento humano.

Segundo Silveira (1970), Dostoiévski antecipou Freud em sua interpretação sobre o conhecimento do inconsciente e do sentimento de culpa. Em *O Idiota* e *Os Irmãos Karamázov*, fez de suas crises epilépticas objetos de estudo e aborda com maestria os degenerados, os bêbados, os religiosos, os maníacos, os tarados, os assassinos, os pobres de corpo e de espírito, as prostitutas santas, os debochados, os reivindicadores e todos os diversos homens subterrâneos.

Freud (1928/1996) afirma categoricamente que *Os Irmãos Karamázov* é o mais grandioso romance de todos os tempos. Porém, descreve um moralismo presente nas obras do russo e lhe incomoda o fato de os personagens transgredirem a moralidade e posteriormente se adequarem aos padrões sociais. O sentimento de culpa é um ponto fraco da personalidade do escritor, que o igualou a outros autores que conseguiram atingir esse propósito sem muito esforço. Aponta ainda que o masoquismo e o sentimento de culpa foram mecanismos encontrados pelo autor para lidar com a paixão pelo jogo e a possível confissão de violência sexual contra uma garotinha, definindo as crises epilépticas de Dostoiévski como um sintoma histérico.

Quando mergulhamos no infinito de possibilidades sinestésicas proporcionadas pelo universo do autor, realizamos questionamento semelhante ao de Freud, em *Escritores Criativos e Devaneios* (1908[1907]/1996, p. 135): “[...] em saber de que fontes esse estranho ser, retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nos julgássemos capazes”. Freud considera que as respostas dadas pelos escritores criativos são insuficientes, pois apresentam tendência a se aproximar do homem comum com o discurso de que a essência do poeta está presente em todos nós. Os traços iniciais da atividade imaginativa têm início na infância:

Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrada? Seria errado supor que a criança não leva esse mundo a sério, ao contrário, leva muito a sério a sua brincadeira e dispense na mesma muita emoção. A antítese de brincar não é o que é sério, mas o que é real. Apesar de toda a emoção com que a criança catexiza seu mundo de brinquedo, ela o distingue perfeitamente da realidade, e gosta de ligar seus objetos e situações imaginados às coisas

visíveis e tangíveis do mundo real. Essa conexão é tudo o que diferencia o *brincar infantil* do *fantasiar*. (FREUD, 1908[1907]/1996, p. 135)

Freud (1908[1907]/1996) aproxima o escritor criativo da criança, pois ambos brincam com a seriedade em um universo fantasioso investido emocionalmente, mas que permite a percepção e a separação da realidade, e então destaca a conexão presente na semântica do brincar infantil e da criação poética:

Dá [em alemão] o nome de ‘Spiel’ [peça] às formas literárias que são necessariamente ligadas a objetos tangíveis e que podem ser representadas. Fala em ‘*Lustspiel*’ ou ‘*Trauerspiel*’ [comédia e ‘tragédia’: literalmente, ‘brincadeira prazerosa’ e ‘brincadeira lutuosa’], chamando ao que realizam a representação de ‘Schauspieler’ [atores: literalmente, ‘jogadores do espetáculo’]. (FREUD, 1908[1907]/1996, p. 136)

Conforme as crianças crescem, trocam o brincar pela fantasia, e essas renúncias implicam formações substitutivas: “Constrói castelos no ar e cria o que chamamos de devaneios” (FREUD, 1908[1907]/1996, p.136), e na fantasia estão entrelaçados os três períodos do tempo: (1) uma vivência do presente desperta uma lembrança do passado, (2) quando houve a realização do desejo, e (3) posteriormente constrói uma cena no futuro, que corresponde à realização do desejo infantil. Os escritores encontram em suas obras criativas uma maneira de realizar esses desejos e, assim como os devaneios, são uma extensão do brincar infantil. As fantasias que poderiam causar repulsa despertam um imenso prazer no leitor por meio de dois métodos descritos por Freud (1908[1907]/1996, p. 142-143):

O escritor suaviza o caráter de seus devaneios egoístas por meio de alterações e disfarces, e nos suborna com um prazer puramente formal, isto é, estético, que nos fornece na apresentação de suas fantasias. Denominamos de *prêmio de estímulo ou prazer preliminar* ao prazer desse gênero, que nos é oferecido para possibilitar a liberação de um prazer ainda maior, proveniente de fontes psíquicas mais profundas. Em minha opinião, todo prazer estético que o escritor criativo nos proporciona é da mesma natureza desse prazer preliminar, e a verdadeira satisfação que usufruímos de uma obra literária procede de uma liberação de tensões em nossas mentes. Talvez até grande parte desse efeito seja devida à possibilidade que o escritor nos oferece de, dali em diante, nos deleitarmos com nossos próprios devaneios, sem auto-acusações ou vergonha.

No enredo dos escritores criativos, o herói apresenta sentimentos e feitos onipotentes, reconhecendo imediatamente “Sua Majestade, o Ego”, e os demais personagens são divididos entre bons e maus. Ocorre uma identificação do autor com o herói nos romances psicológicos, enquanto o escritor moderno possui tendência a dividir o seu ego em egos parciais e projetar

seus conflitos em diversos heróis. Outros romances afastaram-se desse modelo, criando um herói passivo, como uma espécie de espectador do sofrimento (FREUD, 1908[1907]/1996).

No primeiro volume da biografia de Fiódor Dostoiévski, escrita por Frank (1999), são apontados possíveis equívocos na biografia oficial do russo escrita por Orest Miller e Nikolai Strákhov (1883), que foi utilizada por Freud no artigo *Dostoiévski e o Parricídio* (1928/1996); entre eles, a morte de Dr. Dostoiévski, que não foi elucidada. Existe uma lenda familiar de um assassinato cometido por servos revoltados, o que pode ter gerado consequências emocionais inestimáveis a Dostoiévski. Esse boato foi disseminado por Khotiáintsev, que era dono de uma propriedade vizinha e, caso os camponeses fossem responsabilizados pelo assassinato, seriam deportados para Sibéria. Dessa forma, Khotiáintsev poderia comprar a propriedade por um baixo custo. A conclusão médica oficial do óbito foi ataque apoplético. Dostoiévski e seus irmãos ficaram sabendo somente da versão de assassinato, fato que pode ter intensificado seus conflitos.

Na leitura psicanalítica, o assassinato promoveu a satisfação dos desejos inconscientes do escritor. No romance *Os Irmãos Karamázov* (1880/2008), novamente o parricídio não pôde ser cometido por um filho legítimo, impedido pelo recalque, já que Smiérdiakóv era um filho bastardo.

Freud, em *Dostoiévski e o Parricídio* (1928/1996), aponta que o ápice das crises epiléticas do romancista foi concomitante com o assassinato do pai. Na infância Dostoiévski possuía sintomas melancólicos, sintomas letárgicos e um extremo temor da morte, assemelhando-se a uma morte real. É possível interpretar esse fenômeno como uma identificação com o sujeito morto, ou que deseja a morte, que normalmente no gênero masculino é o pai. No sintoma histérico ocorre a satisfação das fantasias do ego masoquista que se identifica com a figura paterna, e o superego autoriza um caráter punitivo pelo desejo da morte do pai, quando ocorre uma satisfação sádica. “Um criminoso, para ele, é quase um Redentor, que tomou sobre si próprio a culpa que, em outro caso, deveria ter sido carregada pelos outros. Não há mais necessidade de que alguém mate, visto que ele já matou” (FREUD, 1928/1996, p.199).

Dostoiévski aceita sem resistências sua condenação na Sibéria pelo Czar, que é um representante da autoridade paterna. Em *Os Irmãos Karamázov*, retoma o crime primevo e projeta no parricida os próprios sintomas epiléticos. A morte do patriarca, Fiódor Pavlovitch Karamázov, figura devassa e repugnante, é desejada e festejada por todos os irmãos, exceto Aliocha. Os irmãos são cúmplices que, por meio da identificação, compartilham instintos

assassinos. Encontramos essa identificação e projeção dos desejos homicidas no discurso de José, que compreende o parricídio como um ato heroico:

– Meu pai era um homem muito desrespeitoso, nunca considerei ele um exemplo [...]. Te falei que ele até deu chute em uma mulher grávida na feira. Se não tivesse sido eu, seria outra pessoa que o teria matado [...]. Mas havia quem gostava, ele tinha até um melhor amigo. Esse amigo me encontrou um dia qualquer, depois do homicídio. Eu perguntei se estava bravo comigo e ele disse que não, somente não esperava que eu mataria meu pai. Talvez esperasse isso do meu primo, meu tio... não de mim... (relato de José)

Ao revelar o crime à família, José entra em contato com o desapontamento familiar e com os sentimentos ambivalentes que o pai despertava, amor e ódio: “Quando cheguei em casa, contei para minha mãe e meus irmãos, que choraram muito”.

Smiérdiakóv confessa o crime a Ivan Karamázov e, em seguida, comete suicídio na véspera do julgamento, deixando o seguinte bilhete: “Extermino minha vida por livre arbítrio e vontade para não acusar ninguém”. O suicídio é uma forma de ele não se responsabilizar pelo ato homicida, que só poderia ser desvendado por meio de sua confissão. O último ato da vida de Smiérdiakóv é um ataque endereçado ao Outro, pois extermina a possibilidade de Dmitri Karamázov ser absolvido pelo crime que não cometeu.

Percebemos que, por meio do discurso religioso, José reconhece a existência da lei e da proibição ao homicídio, mas recusa essa interdição ao cometer o parricídio. A crença na existência de uma lei divina é determinante para ele assumir a responsabilidade pelo assassinato:

– Tem um pecado capital: “Não matarás”. *Infligi*, eu matei. Não pode, é a lei divina. Em algum momento na hora do júízo final vai chegar a minha hora, chega a de todo mundo. Vou me encontrar com Deus e ele vai me perdoar ou não. Na lei dos homens já cumpri minha pena. Agora o perdão divino depende dele. (relato de José)

Smiérdiakóv nega a existência de uma lei divina, banaliza a barbárie e não entra em contato com o sentimento de culpa, conforme observamos em sua confissão do crime a Ivan Karamázov:

Antes eu alimentava a idéia de começar uma nova vida com esse dinheiro, em Moscou ou, melhor ainda, no exterior, eu acalentava esse sonho, ainda mais porque “tudo é permitido”. Isso o senhor que me ensinou de verdade, porque naquela época o senhor me dizia muitas coisas como essa: pois se Deus definitivamente não existe, então não existe nenhuma virtude, e neste caso ela é totalmente desnecessária. Isso o senhor realmente me disse. E foi assim que julguei. (DOSTOIÉVSKI, 2008, p. 816)

6.3 PADRE PADRONE (1977)

“Padre, patriarca, padrino, padrone, padre eterno, patrono”²⁸
(Padre Padrone, 1977)

Filho de um pequeno proprietário rural da região de Sardenha, Gavino Ledda foi obrigado a abandonar os estudos para pastorear as ovelhas na propriedade do pai, tornando-se uma propriedade dele, conforme somos alertados desde o início pelo título do filme: *Padre Padrone*, com tradução em inglês para *Father and Master* e em português para *Pai Patrão*. Na infância Gavino ocupou o lugar de objeto sádico de um pai tirano e autoritário, e houve a identificação com o agressor, reproduzindo a violência e o abuso com as cabras; a dimensão do cuidado ficou distorcida. O jovem foi analfabeto e pastor até aproximadamente os seus 20 anos, quando ingressou no exército e iniciou os seus estudos. Descobriu nas palavras a libertação das relações autoritárias, formou-se em linguística²⁹, em Roma e, posteriormente, publicou o romance autobiográfico *Padre Padrone* no ano de 1975, que inspirou o filme com o mesmo título, dirigido pelos irmãos Taviani.

Em *Sobre a arte da psicanálise* (2013), Ogden destaca a importância da linguagem nas vivências de “vitalidade” (*aliveness*) e de “desvitalização” (*deadness*), presentes nas interações humanas e sua transmissão no *setting* analítico, possibilitando novos sentidos na experiência de estar vivo. Ele aproxima a escrita literária da analítica, e a leitura de um romance à leitura de um artigo; compreende que o analista, assim como um poeta, utiliza as palavras para criar, sentir e apreender a experiência humana. Os sentimentos de vitalização são experimentados e compartilhados entre leitor e escritor. O romance e a análise possuem um caráter reflexivo retrospectivo, sendo que o segundo possui especificidades das trocas e construções intersubjetivas do par analítico. É fundamental que ambos sejam interessantes e estimulem a liberdade da experimentação, proporcionando experiências autênticas e vivas.

Escrever é ir além da manifestação das palavras. Toda linguagem carrega uma bagagem, uma potência inerente. Rancière (2001/2018) defende que a escrita para Platão é o *logos* mudo, pois deixa rastros e vestígios, não podendo o filósofo proferir de um outro modo o que diz, e também não consegue parar de dizer. A palavra torna-se ato quando possui um significado e a

²⁸ Pai, patriarca, padrinho, patrão, pai eterno, patrono.

²⁹ Linguística é a ciência que estuda as características da linguagem humana. O linguista analisa a evolução e a transformação dos idiomas, a estrutura das palavras, as expressões idiomáticas, os aspectos fonéticos e as formações das expressões em seus aspectos culturais (SANTOS, 1994).

intenção de transmiti-lo. O filósofo identifica que a grande contribuição freudiana é que tudo fala, não existem detalhes irrelevantes, a palavra muda é o discurso do inconsciente: “O escritor é o geólogo ou o arqueólogo que viaja pelos labirintos do mundo social e, mais tarde pelos labirintos do eu. Ele recolhe os vestígios, exuma os fósseis, transcreve os signos que dão testemunhos de um mundo e escrevem uma história” (RANCIÈRE, 2001/2018, p. 38).

A tragédia de Gavino começa quando é retirado pelo pai da sala de aula onde cursava o primeiro ano para trabalhar na propriedade rural da família. O episódio é desorganizado, a criança fica paralisada e urina nas calças. Ao saírem da sala, outras crianças riem da situação, e o patriarca retorna e amedronta os outros alunos, alertando que essa situação poderá se repetir com eles. As crianças compartilham em pensamentos as seguintes fantasias edípicas:

– Mentira, comigo não vai acontecer. Mamãe jurou. [...] – Deus, faça papai morrer e eu lhe obedecerei para sempre. Basta um coice na barriga. Na testa é melhor. Assim morre sem nem perceber. – Antes de mim será o meu irmão [...] –Ao chegar em casa, colocarei uma cadeira junto à janela, subirei e me jogarei, quando todos estiverem à mesa. Assim, vão me ver e mamãe tentará me deter. (trecho do filme *Padre Padrone*, Gavino Ledda [livro]; Paolo Taviani; Vittorio Taviani, 1977, Rai Cinema)

José também havia crescido em um ambiente hostil. Suas lembranças infantis são marcadas pela violência, que era intensificada nos momentos em que o pai estava embriagado. Ambos possuíam pais violentos e autoritários. As mães eram submissas, não protegiam os filhos contra as agressões paternas. Nas fantasias edípicas de José, o avô representava uma possibilidade de interditar a autoridade paterna. Por muito tempo, o avô materno foi seu super-herói. Um dia, após um conflito familiar durante a sua infância, o avô ameaçou o pai de José com uma espingarda, e José se sentiu vingado pelo ato do avô, que destituiu a autoridade paterna, entrando em contato com a possibilidade de que matar o pai era uma alternativa aceita e desejada também por seus familiares. Ele possuía uma boa relação com os avós maternos, sentia-se acolhido por eles, o que diminuía o sentimento de desamparo. Os poucos brinquedos que ele e os irmãos tinham eram presentes de seu avô, por quem José tinha admiração e que ocupava o lugar de ideal do Eu.

José e Gavino vivenciaram diversos episódios violentos durante a infância e na adolescência. Conforme aponta Ferenczi, no artigo *Confusão de língua entre os adultos e a criança* (1933), devido à fragilidade da personalidade da criança não é possível fazer frente à autoridade do adulto, e então ela fica desprotegida e submetida aos desejos do adulto. Ocorre uma identificação com o agressor e a introjeção dos seus sentimentos de culpa. Para preservar

um estado anterior ao choque, ocorre a clivagem da personalidade e, dependendo da intensidade desses choques e de sua repetição ao longo do desenvolvimento, a fragmentação e o desconhecimento entre as partes são maiores. Na ausência de um ambiente acolhedor que nega as suas sensações e inviabiliza a integração psíquica, acontece a formação traumática. Não foi possível a eles, José e Gavino, encontrarem acolhimento em suas relações objetivas primárias, pois o adulto que deveria prover os cuidados era o agressor. No caso de José, a mãe dele também era vítima das agressões e ficava imobilizada pelo medo. A mãe de Gavino e os seus irmãos eram coniventes com as agressões e muitas vezes compartilhavam de um gozo perverso diante da violência a que o jovem era submetido.

Gavino, na tentativa de distanciar-se da opressão paterna, alistou-se no exército alemão e, para emigrar a outro país, precisava da autorização por escrito do seu pai. Como Galvino era analfabeto, só percebeu que não constava a assinatura no documento quando os oficiais recusaram o seu alistamento. Após vender todas as terras da família, o pai concordou com o alistamento do filho no exército italiano. No início, o jovem teve dificuldades de compreender o idioma italiano, pois se comunicava apenas em sardo, um dialeto da Sardenha. No exército iniciou o processo de ensino e aprendizagem e, com a ajuda de um amigo, começou a estudar os vocábulos e descobriu os significados das palavras, o que proporcionou novos sentidos para a sua existência:

Prezado pai, é a primeira vez que lhe escrevo e há um motivo. Passei nos exames do ginásio. Descobri que os que você chama de “cordeiros” podem estudar. Aliás, devem. Mas devo informá-lo de uma decisão mais importante. Não seguirei uma carreira militar, como você queria. Nem de técnico de rádio. Ficarei no exército só para tirar o meu diploma. Depois voltarei a Sardenha para estudar... na universidade. Você sempre falava de cordeiros e leões. Bem, agora sei quem são os leões, desde os carnívoros menores, os sargentos. Não quero ser um herbívoro obrigado a comer carne. Está me ouvindo, pai? (trecho do filme *Padre Padrone*, Gavino Ledda [livro]; Paolo Taviani; Vittorio Taviani, 1977, Rai Cinema)

O pai responde: “Se vier, de caçador passará à caça e qualquer um poderá abatê-lo. Ordeno que não volte”.

O universo de Gavino foi expandido pelas vivências no exército, conquistou autonomia e ganhou voz. Apesar das críticas à perversão da instituição militar, desfrutou dos benefícios que eram oferecidos, ao contrário de José, que encontrou no exército um representante da autoridade paterna, um lugar que reproduzia a violência, silenciava a sua voz e reprimia os seus desejos.

Quando Gavino retorna a Sardenha, encontra o mesmo cenário, mas o jovem não é mais o mesmo: o conhecimento o havia trazido consciência e lhe permitido nomear o sofrimento. Saiu do lugar de objeto sádico do seu pai, começou a fazer frente e a impedir os abusos, como mostra o diálogo abaixo:

- Reprovaram-me no exame. Pode rir. Fiquei abismado. Quase tenho vontade de rir também. Agora, tenho de me concentrar para o exame de junho. Se ainda conseguir. Não me olhe assim.
 - Não pode me dar ordens. Nesta casa, sou o patrão e seu pai.
 - Não é patrão de ninguém! E danem-se os laços sanguíneos. Sem ter nenhum parentesco, muitas pessoas me ajudaram mais que você nos últimos anos [...] Vocês, patriarcas, só fizeram duas coisas na vida.
 - Não ouço nada.
 - Primeiro, obedeceram. E depois, comandaram.
 - Não estou ouvindo.
 - Os bens são seu corpo. O comando, seus pulmões. A obediência, seu ar. Mesmo se não quiser me ouvir.
- No jantar do dia seguinte o pai ordena:
- Desligue o rádio e saia senão eu acabo com você. (trecho do filme *Padre Padrone*, Gavino Ledda [livro]; Paolo Taviani; Vittorio Taviani, 1977, Rai Cinema)

O jovem, enfurecido, aumenta o rádio, lança-se sobre o pai e começa a estrangulá-lo, mas a agressão é interrompida por umas das irmãs que aparece na cozinha. O pai joga o rádio na pia e abre a torneira, numa tentativa de silenciar o rapaz, que assovia como um ato de resistência, comunicando que não se calaria mais diante das agressões paternas. Eles voltam a brigar e se esbofeteiam até a exaustão. A família escuta a briga passivamente de outro cômodo, não interfere na cena. Após esse episódio, o jovem parte para o continente para cursar linguística, e as palavras o libertaram da opressão paterna. Ele conclui o curso e, após lecionar por um período, retorna a Sardenha para confrontar seu passado e escrever a sua autobiografia. Por meio das palavras, Gavino sublima a raiva despertada por um pai autoritário e violento, responsabiliza o pai pelas agressões, já que escrever é um ato de libertação, é uma forma de resgatar e transformar a própria história.

José, por sua vez, não possuía ferramentas internas e externas para sublimar o ódio que o pai despertava. Não foi possível a simbolização da destituição da autoridade paterna. Matar o próprio pai parecia a única alternativa para destituir a autoridade do seu algoz. Na passagem ao ato parricida, ocorre a clivagem da personalidade: ele salta no vazio e desliga.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“E agora, José?
Sua doce palavra,
seu instante de febre,
sua gula e jejum,
sua biblioteca,
sua lavra de ouro,
seu terno de vidro,
sua incoerência,
seu ódio - e agora?”*

(Carlos Drummond de Andrade, *José*, 1942)

Na travessia desta elaboração teórico-clínica de um estudo de caso sobre o parricídio, apresentamos a construção deste caso por meio da crônica, um dispositivo metodológico que desenvolvemos de testemunho clínico. A crônica constitui-se por fragmentos, é um dispositivo que destaca o traumático, gira em torno do irrepresentável, assim como a psicanálise: o tempo e a morte são irrepresentáveis. A crônica destrói a tentativa de totalização e permite o retorno dos fragmentos que constituem o testemunho do analista, o resgate da história de vida do paciente, as construções em análise e o pensamento clínico. O tempo é o elemento central da crônica e da análise, adentrando em um passado escondido, em um presente atualizado e em um futuro projetado. Foi possível explorar a realidade e a fantasia, as manifestações inconscientes, o campo transferencial-contratransferencial, as formações traumáticas, o Complexo de Édipo, a passagem ao ato e os sentimentos de culpa no caso estudado.

Ao escrever a tragédia de José e a travessia da análise, este trabalho possibilitou a elaboração e a transmissão de uma experiência singular. Reconhecemos que ele é agente e vítima da catástrofe, que poderia ser a nossa, o que desperta empatia e repulsa. O testemunho da prática clínica por meio das crônicas cria outra forma de aproximar mais o leitor dos desdobramentos de uma análise e das construções clínicas. A prática clínica convoca constantemente a revisão teórica e conseqüentemente a revitalização do conhecimento.

Freud ilustrou sua teoria com historiais clínicos que se assemelhavam a novelas de ficção, deixando explícito que a complexidade do testemunho da clínica psicanalítica não cabe em um simples relato de caso. Pensamos que é imprescindível a formulação de novos dispositivos de testemunho clínico, que sejam originais e que transmitam a vitalidade dos encontros clínicos. Dito isto, esperamos que as crônicas de José possibilitem ao leitor acesso aos afetos, às angústias e ao horror despertados na análise de um paciente parricida. Ainda, que favoreçam o acompanhamento das associações e do ritmo do trabalho analítico, permitindo ao

leitor construir as suas próprias percepções e interpretações. Afinal, o estudo de caso psicanalítico não pretende esgotar um assunto, mas, sim, provocar a reflexão.

Esta dissertação buscou compreender as motivações da passagem ao ato parricida no caso clínico, visto que a universalidade do Complexo de Édipo é insuficiente como única justificativa da passagem ao ato parricida. Por meio das crônicas, é possível acompanhar que José rivalizava com a autoridade paterna desde a infância. O pai dele era agressivo e o principal alvo da truculência paterna era a mãe do paciente. Nas fantasias de José, o ato parricida representa uma defesa à honra materna e a satisfação dos desejos homicidas compartilhados entre os familiares. Matar o próprio pai não promoveu a resolução do Complexo de Édipo: o paciente continua expressando as reminiscências do conflito em relacionamentos triangulares que remetem ao complexo. O parricídio não satisfez totalmente o ódio que José sentia em relação ao pai e a destruição do objeto impediu o reconhecimento dos sentimentos ambivalentes; o pai tornou-se exclusivamente mau e continua sendo uma ameaça à sobrevivência psíquica dele.

Após o cumprimento da sentença pelo homicídio, José continuou se envolvendo em diversos conflitos com a lei. Nossa hipótese é de uma tentativa de buscar punição para diminuir os sentimentos de culpa advindos do parricídio. Matar o próprio pai não impediu a internalização da autoridade paterna, que foi anterior ao ato. O paciente reconhece a lei, ocorreu a identificação com o agressor paterno e o estabelecimento de um superego autoritário e violento. Conforme afirma Freud (1930/1978, p. 183), matar o próprio pai não impossibilita o estabelecimento do sentimento de culpa:

Matar o próprio pai ou abster-se de matá-lo não é realmente, a coisa decisiva. Em ambos os casos, todos estão fadados a sentir culpa, porque o sentimento de culpa é uma expressão tanto do conflito devido a ambivalência, quanto da luta entre Eros e o instinto de destruição ou morte. Esse conflito é posto em ação tão logo os homens se defrontem com a tarefa de viverem juntos.

José não elaborou simbolicamente a destituição da autoridade paterna; ocorreu a passagem ao ato parricida. A existência de José foi atravessada e interrompida pelo ato homicida. Para Lacan (1963), o ato é sempre um ato significante, que promove a transformação do sujeito *a posteriori*, enquanto a passagem ao ato é um agir inconsciente, é um ato que não é simbolizável e em que o sujeito declina para uma situação de ruptura. O sujeito é excluído do quadro simbólico, despenca da cena e salta no vazio.

Ao assassinar o próprio pai, José matou também os sonhos da juventude. O cárcere o protegeu do convívio em sociedade, de novas vivências e impossibilitou a continuidade do ser.

A passagem ao ato parricida representa uma queda no precipício, contribuindo para o sentimento de morte psíquica e conseqüentemente para as perdas das fronteiras entre as realidades externa e interna. Para sobreviver psiquicamente diante de uma experiência traumática e conservar um estado anterior ao choque, Ferenczi (1933) reconhece que o mecanismo de defesa utilizado é a clivagem da subjetividade em uma parte integrada e outra parte não integrada, ambas pertencentes ao Eu.

A analista funcionou como um terceiro que pôde reconhecer o horror do parricídio e de outras experiências traumáticas, fornecendo elementos de ligação que puderam retomar a continuidade do ser. José voltou a sonhar e a fazer novos planos de vida.

Quando pacientes autores e vítimas de atos violentos buscam análise parecem entrelaçados em uma teia vermelha. Solicitam transferencialmente que o analista ocupe lugares ativos e passivos. Kupermann (2008) explora a importância do manejo da transferência, principalmente na clínica ferencziana, que prioriza a elasticidade da técnica psicanalítica e a criação de um campo transferencial com trocas afetivas em que é possível a *empatia* e *sentir com* o paciente. Ferenczi (1933) adverte sobre a *hipocrisia profissional* mantida por um distanciamento afetivo e o risco de uma identificação do paciente com o analista. Esses pacientes gravemente traumatizados, por estarem imersos em uma profunda aflição, apresentam aspectos regredidos e tendem repetir a situação que promoveu a clivagem. Por isso, necessitam de uma *simpatia autêntica* do analista.

Pode ser possível, juntamente ao paciente, descobrir novas cores para esse fio vermelho e construir outros caminhos. Porém, é importante reconhecermos nossos limites e nossas fantasias onipotentes. Necessário também é ressaltarmos a fragilidade desse fio – ou vínculo, se preferirem. Afinal, a vida nasce da dor, daquilo que é mais precário do ser. A condição humana é de precariedade e fragilidade, o resto é tudo defesa, de perto todo mundo é muito parecido.

Não temos mais a pretensão de responder à questão inicial: por que José matou o próprio pai? Destacamos uma outra inquietação que continua ecoando na conclusão deste trabalho: o que é possível construir após um parricídio?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *José/ Novos Poemas/Fazendeiro do ar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BENDER, F. C.; Laurito, I. B. *Crônica – História, Teoria e Prática*. São Paulo: Scipione, 1993.
- BRANDÃO, J. S. (2015). *Mitologia Grega- Vol. I*. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- _____. *Mitologia Grega- Vol. III*. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Brasília, 2002.
- _____. *Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940*. Brasília, 1940.
- COELHO JUNIOR, N. Alteridade e Ética no Diálogo entre as Filosofias de Merleau-Ponty e Levinas: contribuições para a Psicanálise”. In: SAFATLE, S; MANZI, R. A. *Filosofia após Freud*. São Paulo: Humanitas/CAPEs, 2008.
- CROMBERG, R.U. *Sabina Spielrein - Uma pioneira da psicanálise*. Vol. I. São Paulo: Livros da Matriz, 2014.
- DAL MOLIN, E. C. O terceiro tempo do trauma. In: DAL MOLIN, E. C. *O terceiro tempo do trauma: Freud, Ferenczi e o desenho de um conceito*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2016.
- DALLAZEN, L.; GIACOBONE, R. V.; MACEDO, M. M. K.; KUPERMANN, D. Sobre a ética em pesquisa em psicanálise. *Psico*, 2012, 43(1), p. 47-54.
- DOLTO, F. *Seminário de psicanálise com crianças*. São Paulo: Martins Fonte, 2013.
- DOSTOIÉVSKI, F. M. *Os irmãos Karamázov*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- ESTOICO. *Morte de Sêneca: Uma lição de como abordar a Adversidade*. O Estóico: Filosofia Atual e Prática, 2020. Disponível em: <https://www.estoico.com.br/1516/morte-de-seneca-uma-licao-de-como-abordar-a-adversidade/>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- FERENCZI, S. (1908-1912). *A figuração simbólica dos princípios de prazer e de realidade no mito de Édipo*. In: FERENCZI, S. *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. (1933). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. In: FERENCZI, S. *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FERREIRA, M. P. C. *Matar pai e mãe = uma análise antropológica de processos judiciais de parricídio* (São Paulo, 1990-2002). 2010. 244p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2010.
- FIGUEIREDO, L. C. *A mente do analista*. São Paulo: Escuta, 2021.
- _____; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 2006, 39(70), p. 257-278.

FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FRANÇA, C. P. *Nem sapo, nem princesa: terror e fascínio pelo feminino*. São Paulo, SP: Blucher, 2017.

FRANK, J. *Dostoiévski: as sementes da revolta, 1821-1849*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FREUD, S. (1886-1889). *Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1900). *A interpretação dos Sonhos*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1900). *A interpretação dos Sonhos*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1900). *A interpretação dos Sonhos. Edição Comemorativa 100 anos*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

_____. (1901). *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1906). *A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1908 [1907]). *Escritores Criativos e Devaneios*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1911-1915[1914]). *Artigos sobre técnica*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1913). *Sobre o início do tratamento* (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I). In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1913). *Totem e Tabu*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1913[1911]). *Sobre a Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- _____. (1915). *Os instintos e suas vicissitudes*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1915). *O Inconsciente*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1916). *Criminosos em consequência de um sentimento de culpa*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1920). *Além do princípio de prazer*. In: Edição Standard brasileira das Obras psicológicas completas de S. Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1923). *A organização genital infantil*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1924). *A dissolução do complexo de Édipo*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1928 [1927]). *Dostoiévski e o parricídio*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1930 [1929]). *O mal-estar na civilização*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. (1931). *O Parecer do Perito no Caso Halsmann*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1937). *Construções em Análise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1940 [1938]). *Esboço da Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GANCHO, C. V. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991.
- GIL, A.C. *Como elaborar um projeto de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GREEN, A. *O Desligamento*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GRIMAL, P. *Mitologia Grega*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.
- GOMIDE, P. I. C; TECHE, A. M. F; MAIORKI, S.; CARDOSO, S. M. N. Incidência de parricídio no Brasil. *Temas psicol.* [online]. 2013, vol. 21, n.1, pp. 283-295.
- HUNGRIA, N. *Comentários ao Código Penal*. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- JONES, E. (1953). *A vida e obra de Sigmund Freud*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- KAËS, R. *O Complexo Fraternal*. Aparecida: Aparecida, 2011.
- KAUFMANN, P. (1993). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise - O Legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

- KLEIN M. (1927). *Tendências Criminosas em Crianças Normais*. Obras Completas de Melanie Klein. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KUPERMANN, D. (2008). *Presença sensível: A experiência da transferência em Freud, Ferenczi e Winnicott*. In Cuidado e criação na clínica psicanalítica. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, p. 83-108.
- _____. *Ousar rir: humor, criação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- LACAN, J. (1962-1963), *A angústia*. In: O seminário livro 10. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.
- _____. (1950). *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.
- LISPECTOR, C. *Todas as Crônicas Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Rocco, 2018).
- LITTLE, M. I. (1990). *Psychotic anxieties and containment: A personal record of an analysis with Winnicott (Ansiedades psicóticas e prevenção: Registro pessoal de uma análise com Winnicott)*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- LOEWALD, H. *The waning of Oedipus Complex*. Londres: Collected Papers of Hans Loewald, 1979.
- LOUREIRO, I. *O carvalho e o pinheiro: Freud e o estilo romântico*. São Paulo: Escuta: FAPESP, 2002.
- MCDUGALL, J. *Teatros do corpo - o psicossoma em psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MEZAN, R. *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- _____. (2014). *O tronco e os ramos: estudos da história da psicanálise*. 2. Ed. São Paulo: Blucher, 2019.
- _____. (1985). *Freud Pensador da Cultura*. São Paulo: Blucher, 2019.
- MORAES, Vinicius de. *Para Viver um grande amor*. Rio de Janeiro: Autor, 1962.
- MASSON, J. (Org.). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- NIETZSCHE, F. (1885). *Assim falava Zaratustra; livro para toda a gente e para ninguém*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- OGDEN, T. H. Sobre a arte da psicanálise. In: *Reverie e Interpretação: captando algo humano*. São Paulo: Escuta, 2013.
- LEDDA, G.; TAVIANI, P.; TAVIANI, V. *Padre Padrone*. Produção: Giuliani G. De Negri. Itália: RAI/CINEMA, 1977. (109 min)

- PINHEIRO, D. P. N. *Três casos de parricídio? Passagem ao ato em diferentes configurações psicopatológicas*. 2011. 217f. Tese (Doutorado) – Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PORTELLA, E. *Visão prospectiva da Literatura Brasileira*. In: Vocabulário técnico da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.
- RANCIÈRE, J. (2001). *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- RANK, O. (1922). *O mito do nascimento do Herói: Uma interpretação psicológica dos mitos*. São Paulo: Cienbook, 2015.
- _____. (1924). *O trauma do nascimento: E seu significado para a psicanálise*. São Paulo: Cienbook, 2016.
- ROUDINESCO, E; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- SAFRA, G. *Investigação em Psicanálise na Universidade*. Psicologia USP, São Paulo, v. 12, n. 2, 171-175, 2001.
- SANTOS, I. P. Lingüística. *Humanidades-Estud. av.*, 1994, 8 (22).
- SHAKESPEARE, W. *Shakespeare Navigators*. Consultado em 07 de março de 2020. Disponível em: http://shakespeare-navigators.com/JC_Navigator/JC_3_1.html#speech36. Acesso em: out. 2022.
- SILVA, M. D. J. *Em nome do pai-articulações discursivas em matérias sobre parricídio*. Dissertação (Mestrado) – Teoria e Pesquisa em Comunicação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVEIRA, H. *Três Ensaios Sobre Dostoiévski*. São Paulo: Martins, 1970.
- SÓFOCLES. *Édipo Rei/Antígona*. São Paulo: Martin Claret, 2017.
- VARELLA, D. (1999). *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- WINNICOTT, D. (1965). *O preço de desconsiderar a pesquisa psicanalítica*. In: Tudo começa em casa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- _____. (1984). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- _____. (1953). *Objetos transicionais e fenômenos transicionais*. In: Winnicott, O brincar e a realidade. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ANEXO I – JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Andressa Martins Belisario, pelo presente termo, solicito ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEPH-IPUSP) a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, da pesquisa intitulada “Estudo de caso: Parricídio”. Apresento como justificativa a impossibilidade de contato com o paciente e/ou falecimento.

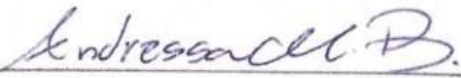
Foram realizadas diversas tentativas de contatar o paciente por meio de ligações telefônicas, mas não houve retorno. Após o encerramento da psicoterapia e devido ao longo período transcorrido, o endereço e telefone de contato não são mais válidos.

Conforme assegura a resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, em seu IV artigo que versa sobre a dispensa do Termo de Consentimento Livre Esclarecido:

IV.8 - Nos casos em que seja inviável a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou que esta obtenção signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa do TCLE deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP, para apreciação, sem prejuízo do posterior processo de esclarecimento.

Os dados da presente pesquisa são retrospectivos e serão utilizados especificamente para este estudo de caso individual. Garantido a confidencialidade das informações, a privacidade do paciente e a proteção de sua identidade. Em consonância com as normas e diretrizes das Resolução CNS 466/12 e suas complementares.

São Paulo, 25 de maio de 2020.



Andressa Martins Belisario